



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – ICHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

**AGRICULTURA, MEMÓRIA, PAISAGEM E TURISMO: AS
PERSPECTIVAS DE CONSTRUÇÃO DE NOVAS RURALIDADES NO
ASSENTAMENTO RURAL FAZENDA ENGENHO NOVO**

CRISTIANE VALLADARES DE AZEVEDO

Dissertação submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre em Ciências, no
Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Orientadora: Prof^a Dr^a Susana Cesco

RIO DE JANEIRO

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – ICHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

DISSERTAÇÃO

**AGRICULTURA, MEMÓRIA, PAISAGEM E TURISMO: AS
PERSPECTIVAS DE CONSTRUÇÃO DE NOVAS RURALIDADES NO
ASSENTAMENTO RURAL FAZENDA ENGENHO NOVO**

CRISTIANE VALLADARES DE AZEVEDO

RIO DE JANEIRO
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – ICHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

CRISTIANE VALLADARES DE AZEVEDO

**AGRICULTURA, MEMÓRIA, PAISAGEM E TURISMO: AS
PERSPECTIVAS DE CONSTRUÇÃO DE NOVAS RURALIDADES NO
ASSENTAMENTO RURAL FAZENDA ENGENHO NOVO**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências,
no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade.

Aprovada em.....de.....de

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Susana Cesco

(UNIPAMPA)

Profª Drª Eli Fátima Napoleão Lima

(UFRRJ-CPDA).

Profª Drª Karla Estelita Godoy

(PPGTUR - UFF)

Aos meus pais e a todos que me ajudaram ao longo desta jornada. Às minhas sobrinhas Júlia, Melina e Isabele e às minhas afilhadas Alexia e Nathália.

Quando olhamos as circunstâncias
Não conseguimos seguir adiante!

AGRADECIMENTOS

A Deus por seu infinito amor e cuidado!

Agradeço ao meu pai (*in memoriam*) meu grande incentivador, a minha mãe e a minha tia Mariazinha.

Aos produtores rurais e amigos do Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo, sem os quais a realização deste trabalho seria impossível. Especialmente aos casais Hermínio e Cristina e Onofre e Cecília, que gentilmente abriram suas porteiras e sempre dispostos a um “dedo de prosa” e a ajudar no desenvolvimento deste trabalho.

À família Serrado que abriu as portas de sua casa e que gentilmente compartilhou suas memórias e seu álbum de família.

Aos meus primos de Nova Friburgo, porto seguro em minha vida.

Às queridas amigas Beth, Ana Mary, Núbia, Andrea, Valéria Aboud, Michele, Sara Sumie, Nanda Pimenta, Ana Rosa (pelo aprendizado na caminhada), Lud e Cláudia, Vivi e Salomé, Marcelo Mascarenhas. A família Lattanzi. E, em especial à Ana Lúcia que, após a superação de um momento difícil, dedicou-se a caminhar ao meu lado compartilhando os temores da reta final, relendo todo o meu trabalho e me encorajando a cada *zap* e a cada telefonema. Velhas e novas amigas, mas cada uma delas com sua devida importância e participação na conclusão deste trabalho.

À minha ex-professora e amiga, Karla Godoy, por ter me conduzido e incentivado a dar os primeiros passos dentro da academia. Meu exemplo de comprometimento e seriedade.

A cada um dos meus colegas de turma em especial à Thaís com toda sua Luz, Bianca Naime, Renata e sua Juju, Geise, o ponto de equilíbrio da turma, Janille, e a minha companheira de orientação e de insônias que na reta final de sua defesa ainda separou um tempinho para ler toda minha dissertação, minha parceirinha, Ledinha.

Aos professores do CPDA, que me revelaram os caminhos das Ciências Sociais e do Mundo Rural, especialmente a Eli Lima, com seu copo de “água benta”, durante a entrevista de seleção, e com seu sorriso que iluminava e incendiava as aulas de Raízes Agrárias e que nos ensinou o caminho para leitura e interpretação de clássicos da Literatura brasileira e hispano-americana a partir das Ciências Sociais na disciplina Mundo Rural e Nações em Representações Literárias; Regina Bruno, tão querida que dava vontade de levá-la para casa, após as aulas de Teorias Sociais; Luís Flávio, um grande incentivador na ideia do uso das imagens como documento neste trabalho, meu muito obrigada a cada um de vocês.

À Raquel Passeri (CPDA), que tantas vezes me salvou com os livros e as revistas “Cpdanas”.

Aos professores Regina Abreu e José Bessa, disciplina Memória e Patrimônio, no Programa de Pós-graduação em Memória Social – UNIRIO e a professora Simone Vassalo, disciplina Antropologia dos objetos, no programa de Pós-graduação em Sociologia – IUPERJ, obrigada pela gentileza de me acolherem como aluna externa.

Às minhas irmãs, Beth e Terezinha.

À pastora Selma, por seu colo e por suas sábias palavras em meus momentos de dúvida e inquietação.

E, por último, mas não menos importante, à minha orientadora e amiga, Susana Cesco, por sua amizade e comprometimento. Ainda que distante geograficamente, você esteve sempre, sempre, próxima durante a construção deste trabalho, seus *zaps*, seus *e-mails* e a firmeza nas palavras não me deixaram desistir. Obrigada por ter me trazido de volta aos trilhos e por ter me feito acreditar novamente que a conclusão desta etapa seria possível. Susana, obrigada por não desistir de mim!

“Às vezes, quando estamos muito confiantes por achar que conhecemos muito o que estamos fazendo, perdemos o foco e as coisas ficam turvas.”
(CESCO, 2015).

Sumário

Introdução	15
O Barão de São Gonçalo e seu Engenho	20
1.1 - Trajeto histórico de São Gonçalo: de sesmaria a cidade	26
1.1.1 A importância econômica: o auge	27
1.1.2 A decadência e a desapropriação	28
2 - Monjolos: um olhar sobre o novo rural	36
2.1 - O Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo e suas redes sociais	40
2.2 - Agricultura familiar e as Redes sociais no Assentamento	44
2.3 - A sazonalidade na agricultura familiar e o surgimento de atividades paralelas	57
3 - Um Engenho de Memórias: um olhar sobre os atores sociais do novo rural	66
3.1 - Identidade, Memória e Patrimônio	70
3.2 - Espaço e Paisagem nas Memórias do Engenho	76
3.3 - O Campo na Cidade	83
3.4 - Circuito Engenho Novo: um diálogo entre a agricultura familiar e o Turismo como complementação da renda local	86
3.5 - Os relatos orais e as perspectivas de um “novo rural”	87
Considerações finais	90
Referências bibliográficas	92
Anexos	98
Anexo (I) Autorização para uso de imagens, áudio e vídeo em pesquisa acadêmica	99
Anexos (II) Relação de Inventários digitalizados pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro	108
Anexos (III) Carta de Joaquim Serrado Pereira da Silva ao juiz municipal de <i>Nictheroy</i> reivindicando as terras do barão de São Gonçalo.	109
Anexos (IV) Cópia do Decreto de desapropriação publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro	110
Anexos (V) Cópia do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, referente ao Tombamento do Conjunto arquitetônico e paisagístico da Fazenda.	111
Anexos (VI) Estimativa da população residente no município de São Gonçalo (IBGE 2014).	112
Anexos (VII) Tabela referente ao censo de 1940 – (IBGE).	114

Anexos (VIII) Cópia da Lei N° 170, 21 de agosto de 2008.	115
Anexos (IX) Cópia do ofício 797/2009 – Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.	121
Anexos (X) Reportagem Jornal Extra – Caderno Mais São Gonçalo	123

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fig. 1	Óleo sobre tela do Barão de São Gonçalo (1791-1873). Auto retrato, autor desconhecido.	21
Fig. 2	Tabela demonstrativa referente ao número de escravos relacionados no Inventário do Barão de São Gonçalo.	21
Fig. 3	Mapa do estado do Rio de Janeiro, com destaque para o mapa da cidade de São Gonçalo separado por distritos.	22
Fig. 4	Imagem aérea de parte do lote 32 com destaque para o conjunto arquitetônico da antiga sede da Fazenda Engenho Novo.	23
Fig. 5	Registro fotográfico da Primeira Corrida automobilística oficial, realizada no Brasil em 1909.	24
Fig. 6	Marco comemorativo, referente ao centenário da Corrida.	24
Fig. 7	Parte do conjunto arquitetônico que compõe a sede da Fazenda Engenho Novo. Construção neoclássica composta por uma capela central, área de serventia e ao fundo chaminé do antigo engenho.	25
Fig. 8	Ruínas da Capela dedicada a N. Sr ^a . da Conceição.	31
Fig. 9	Horta da dona Cecília – Sítio Girassol.	33
Fig. 10	Horta do Sr. Onofre – Sítio Girassol.	33
Fig. 11	Sr. Alfredo, proprietário do Sítio Engenho Novo, durante desfile cívico em comemoração ao aniversário da cidade.	34
Fig. 12	Produtores rurais, em participação no desfile cívico. Aniversário da cidade.	34
Fig. 13	Mapa da cidade de São Gonçalo, separado por distritos.	36
Fig. 14	A imagem demonstra a proximidade das propriedades com a Estrada José de Souza Porto; os lagos pertencem ao Sítio Girassol.	37
Fig. 15	Estrada do Rio Frio, via de acesso ao sítio arqueológico da Fazenda, ainda sem pavimentação.	37
Fig. 16	Entrada do Sítio das Mangueiras	37
Fig. 17	Estrada José de Sousa Porto, trecho próximo ao Sítio das Mangueiras	37
Fig. 18	Parte frontal da casa grande em dois momentos, demonstrando a negligência no processo de “restauro”.	41
Fig. 19	Fundos da casa grande, anos 1980 e após “restauro”. Registro feito em 2012.	41
Fig. 20	Feira do Produtor Rural – uma das primeiras edições ainda no Centro de São Gonçalo.	42
Fig. 21 e 22	Feira do Produtor Rural – versão atual, agora localizada à Rua João de Almeida, no bairro de Alcântara.	43
Fig. 23	Capa do <i>Caderno Mais São Gonçalo</i> , suplemento do <i>Jornal Extra</i> .	47
Fig. 24	Entrega de hortaliças destinados à merenda escolar. Sr. Onofre Pereira.	49
Fig. 25	Entrega de hortaliças destinados à merenda escolar. Sr. Onofre e Sr. João Batista.	49
Fig. 26	Pecuária leiteira – Sítio Girassol e produção de queijo do tipo frescal no Sítio Santa Clara.	51
Fig. 27	Projeto galinha caipira – galinheiro no Sítio Carvalho de Justiça.	52
Fig. 28	Projeto cana Forrageira – canavial no Sítio Santa Clara.	53
Fig. 29	Projeto Pupunha – plantação no Sítio Carvalho de Justiça.	54
Fig. 30	Projeto patrulha mecânica – entrega de tratores na sede da Fazenda Engenho Novo.	54
Fig. 31	Cultura diversificada de frutíferas – Sítio Carvalho de Justiça.	57

Fig. 32	Atividades de Lazer – Sítio das Mangueiras e Sítio Girassol (passeio charrete).	59
Fig. 33	Área verde – Sítio das Mangueiras	60
Fig. 34	Projeto Pataxós – Sítio das Mangueiras	60
Fig. 35	Sítio Carvalho de Justiça, recebendo alunos do curso de bacharel em Turismo – Faculdade Paraíso.	61
Fig. 36	Alunos do curso de bacharel em Turismo – Faculdade Paraíso em visitação ao sítio arqueológico da Fazenda Engenho Novo.	64
Fig. 37	Sr. Hermínio, proprietário do Sítio Pau Brasil, durante entrevista.	67
Fig. 38	Sr. Antônio, proprietário do Sítio Santa Calara, durante entrevista.	68
Fig. 39	Sr. ^a . Arlete Serrado e sua neta Fabiana Serrado, em sua residência no Rio de Janeiro.	71
Fig. 40	Ruínas da casa grande, vista da parte interna.	71
Fig. 41 e 42	Pilares que sustentavam a porteiro no acesso original à Fazenda.	78
Fig. 43	Ruínas e a chaminé do antigo engenho.	80
Fig. 44	Cratera originada pela retirada ilegal de areola no pátio próximo ao conjunto arquitetônico da Fazenda.	81
Fig. 45	Quatro momentos que demonstram o processo de degradação e vandalismo sofrido pelo conjunto arquitetônico da Fazenda.	82
Fig. 46	Casa grande após as obras de “restauro”.	82
Fig. 47	Fogão à lenha: cozinha do Sítio Pau Brasil – compartilhando o moderno e o antigo.	88

LISTA DE SIGLAS

COOPAC – Cooperativa de Produção Agropecuária Canudos

EMATER-RJ – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ITERJ – Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MinC – Ministério da Cultura

MTur – Ministério do Turismo

PNTRAF – Programa Nacional de Turismo na Agricultura Familiar

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ZUPR – Zonas de Uso Predominantemente Rurais

RESUMO

A proposta deste estudo é identificar e discutir os elementos socioculturais, político-econômicos, históricos, as práticas agrícolas e demais aspectos situacionais que incidem no processo de construção de memórias, identidade coletiva e espaços de autonomia relacionados aos pequenos produtores rurais do assentamento Fazenda Engenho Novo, São Gonçalo/RJ. Esta pesquisa, baseada em procedimentos teórico-metodológicos relacionados às subáreas do Turismo Rural, Antropologia e Sociologia Rural, objetiva oferecer não apenas um registro interpretativo do modo de (se) ver e viver do grupo pesquisado, como também pretende proporcionar um diagnóstico desta comunidade no tempo presente e uma abordagem propositiva para a sistematização de um circuito turístico rural e cultural, a fim de contribuir para o fortalecimento da identidade local e para a autonomia socioeconômica dos assentados rurais aqui em foco.

Palavras chave: Sociologia rural; Neorrural; Agricultura familiar; Memória social; Turismo rural.

ABSTRACT

The purpose of this study is to identify and discuss the socio-cultural elements, political-economic, historical, farming practices and other situational aspects that affect the process of building memories, collective identity and autonomy of spaces related to small farmers nesting Farm Engenho Novo, São Gonçalo / RJ. This research based on theoretical and methodological procedures related to sub Rural Tourism, Anthropology and Rural Sociology aims not only to offer an interpretative record of how to see and to live the group researched, but also to provide a diagnosis of the community in real time. Besides this work approaches purposefully the systematization of a rural and cultural tourist circuit in order to contribute to the strengthening of local identity and socioeconomic autonomy, rural setting here in focus.

Keywords: Rural Sociology; Neorrural; Family farmers; Social memory; Rural tourism.

Introdução

O objetivo desta pesquisa é compreender as relações estabelecidas entre agricultura familiar e algumas atividades de lazer realizadas no Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo. Buscamos, assim, entender a permanência e a resistência de um grupo de pequenos produtores rurais diante do processo de urbanização de uma cidade da região metropolitana do Rio de Janeiro. A cidade escolhida foi São Gonçalo e o bairro foi Monjolos¹, tendo como recorte espacial algumas propriedades rurais do Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo, localizado nas terras da antiga Fazenda Engenho Novo em Monjolos.

Portanto o espaço aqui desenhado, objeto desta dissertação, será o do Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo, com suas marcas produzidas pelo tempo e com o possível potencial turístico a ser “explorado” por meio de atividades que se apropriem da paisagem e das práticas e representações socioculturais do lugar. Por todos os lados vemos as marcas deixadas na paisagem da região como uma grande cicatriz. Mas, apesar das cicatrizes desnudas e traduzidas em grandes crateras originadas da retirada ilegal de areola² e do estado de arruinamento do Antigo conjunto arquitetônico composto pelo casario da sede da Fazenda e da área de serventia e capela, a beleza retratada e traduzida nas memórias e nos relatos do Sr. Hermínio³, que descreve com detalhes os laranjais que ocupavam as terras da Fazenda em meados dos anos 1950, contagia os seus ouvintes. Suas impressões e seus relatos são tão bem descritos que nos fazem viajar e sentir a *mágica* do lugar. Uma paisagem que sofreu e ainda sofre inúmeras transformações. Segundo os relatos do Sr. Hermínio, primeiro foram as pragas que varreram os laranjais gonçalenses, decretando, assim, a ruína da Fazenda, e, depois, o estado de abandono da sede da Fazenda que provocou diversas ações de saque e vandalismo.

A paisagem do Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo continua passando por alterações constantes. Atualmente, uma parte significativa dos sítiantes⁴ possuem algum tipo de produção, o que, de certa forma, contribui para a dinâmica da paisagem local; são plantações e rebanhos que mudam de lugar e de espaço a cada final de ciclo. Segundo Yázigi (2002), a paisagem é um conjunto de formas num dado momento, ou seja, a paisagem é algo que está sendo construído sempre refeito sobre a mesma matriz. A paisagem aqui entendida pode ser ponto de partida como testemunho de diversas mudanças que nos remetem à questão social, mas também pode ser um objeto em si, fazendo a interação de vários fatores de transformação do Assentamento. A transformação da paisagem local pode ser produzida, por exemplo, por um rebanho que hoje pasta em uma propriedade à beira da estrada e, amanhã, já ocupará outra área da propriedade; ou a colheita que mudará completamente a imagem e a

¹ O bairro de Monjolos lutou pela reafirmação de sua condição de área rural, e foi com a prática da agricultura familiar e por meio de inúmeros projetos desenvolvidos na região em parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca, a EMATER, o ITERJ e de algumas atividades de lazer que os sítiantes conseguiram defender sua condição de assentados e de área rural produtiva num município com mais de um milhão de habitantes.

² Tipo de areia utilizada na construção civil. A extração na região inicia-se na década de 1950 e permanece até meados do ano 2000. A extração desordenada de areola revolve a camada fértil do solo sem nenhuma preocupação com a reabilitação do mesmo.

³ O ex-garçom Hermínio Marques da Costa, 76 anos, é proprietário do Sítio Pau Brasil que fica no Assentamento. Seu Hermínio e sua esposa Cristina têm o hábito de plantar árvores. Uma das espécies favoritas do casal é o Ipê Amarelo.

⁴ Trabalhador rural, quase sempre autônomo; pequeno proprietário de terras de onde geralmente tira seu sustento. Como as terras do Assentamento são denominadas pelos assentados de sítios, adotaremos a categoria sítiante para denominar os pequenos produtores rurais que vivem no Assentamento. Veremos a partir do recorte da pesquisa que cada sítiante deu um nome à sua propriedade ou ao seu sítio, o que acaba sendo peculiar num assentamento. Alguns dos sítios eleitos para esta dissertação abrigam não apenas o local do trabalho, da produção, mas também o local do lazer.

percepção sensorial de um laranjal. Surge assim, uma paisagem agrária ou uma paisagem rural, dinâmica e mutável, mas revelada pela observação de olhares mais atentos, uma observação direta feita a partir do contato com o espaço rural, o olhar do visitante, ou indireta, feita a partir da análise de fotografias que traduzem caminhos, plantações, edificações, enfim imagens do meio rural capturadas em lentes fotográficas e traduzidas num imaginário de uma vida tranquila e bucólica encontradas no campo. Imagens que se modificam à medida que se manuseia e se prepara a terra para colheitas e novos plantios. É neste cenário degradado por inúmeros impactos ambientais que buscamos um diálogo entre a paisagem produzida e reproduzida ao longo desta história e o possível desenvolvimento da atividade turística. Para tanto, utilizaremos a paisagem do Assentamento e de seu entorno como interlocutora; ora abordaremos o cenário degradado da região, suas alterações a partir de algumas culturas, ora dialogaremos com o patrimônio histórico presente no Assentamento, formado pelo conjunto arquitetônico da antiga sede da Fazenda Engenho Novo. Justamente por entendermos, a partir de parte da bibliografia utilizada na construção deste trabalho, a paisagem como algo dinâmico e passível de ser alterada pelo homem para o bem ou para o mal (derrubada de matas, degradação de conjuntos arquitetônicos), usaremos o turismo e a agricultura familiar como possíveis ferramentas de manutenção da paisagem revelada no Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo.

Nesta reflexão, faremos um recorte espacial em que trabalharemos, especificamente, com cinco propriedades voltadas à prática da agricultura familiar ou inseridas em projetos junto à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Rio de Janeiro) – EMATER-RJ, além de algumas atividades pontuais voltadas à prática de lazer e entretenimento. As propriedades são: o Sítio Pau Brasil, o Sítio Girassol, o Sítio Carvalho de Justiça, o Rancho das Mangueiras e o Sítio Santa Clara. A análise do plantio de algumas espécies de reflorestamento e dos projetos Palmito Pupunha, Cana Forrageira e Galinha Caipira nos ajudará a entender as tessituras das redes sociais presentes entre os pequenos produtores rurais que participam dos projetos e que, também, são membros da Associação dos Trabalhadores e Produtores Rurais da Fazenda Engenho Novo.

No decorrer do trabalho, estabelecemos um diálogo entre atividades da agricultura familiar, memória social e atividade turística, buscando assim entender a dinâmica social presente no Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo. Uma dinâmica que tem sido capaz de fortalecer os vínculos e a identidade coletiva⁵ no decorrer de todos esses anos.

Para melhor compreensão do tema, a dissertação está dividida em três capítulos: o primeiro capítulo, intitulado **O Barão de São Gonçalo e seu Engenho**, tem por objetivo apresentar a história da Fazenda Engenho Novo, a partir de seu proprietário mais ilustre, o Barão de São Gonçalo, mostrando sua importância econômica para o município de São Gonçalo entre os séculos XIX e XX. A ideia é fornecer informações relevantes e pertinentes em relação à história da Fazenda, sua importância econômica no desenvolvimento da então freguesia de São Gonçalo e a origem do Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo. Serão abordados aqui pontos como a desapropriação e o tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico da Fazenda, além do descaso e do abandono “sofridos” por vários anos, da área correspondente ao lote 32, onde se encontra o conjunto arquitetônico e paisagístico da Fazenda. Esse lote é designado pelo seu número, não sendo um sítio específico, pois trata-se da área onde está a antiga sede da Fazenda e, portanto, sendo assim conhecido pelo nome da antiga Fazenda. As áreas repartidas no Assentamento são identificadas por números no seu registro junto ao ITERJ, mas cada assentado/sitiente nomeou sua área como, por exemplo, a

⁵ Segundo o Dicionário de Sociologia (p. 232), Identidade coletiva: Aptidão de uma coletividade para reconhecer-se como grupo; qualificação do princípio de coesão assim interiorizado (identidade étnica, identidade local, identidade profissional); recurso que daí decorre para a vida em sociedade e a ação coletiva.

área de terras do Sr. Hermínio, que recebe o nome de Sítio Pau Brasil, a do Sr. Onofre, que recebe o nome de Sítio Girassol, etc.

O segundo capítulo, **Monjolos: um olhar sobre o novo rural**, traz algumas perspectivas relacionadas aos neorrurais, apresenta o Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo e o recorte temporal que será trabalhado entre os sítios selecionados, assim como os motivos que nos levaram à seleção. É neste recorte que estará destacada a importância da integração e das redes sociais⁶ estabelecidas entre os produtores rurais via Associação dos Produtores e Trabalhadores Rurais de São Gonçalo, Sindicato dos Trabalhadores e Produtores Rurais de São Gonçalo e algumas entidades presentes na região (EMATER-RJ, ITERJ, dentre outras). A perspectiva é a de entender a importância das relações de trocas (favores, bens e serviços) existentes no Assentamento, no que diz respeito à prática da agricultura familiar na comunidade estudada e também à legitimação do patrimônio cultural, representado pela sede da Fazenda Engenho Novo. A princípio, observamos que existem pelo menos dois tipos de redes sociais claramente estabelecidas, que seriam a dos assentados mais antigos (*velhos agricultores*) e um pouco mais resistentes às novas técnicas e às questões ecológicas, e os novos assentados (novos agricultores ou aqueles que vieram de fora), mais flexíveis e abertos às novas técnicas e, conseqüentemente, aos projetos que estão sendo desenvolvidos e implantados na região e subsidiados ou orientados por instituições ou órgãos governamentais.

No terceiro e último capítulo, **Um Engenho de Memórias: um olhar sobre os atores sociais do novo rural**, nos propomos a discutir, numa abordagem que tem a perspectiva cultural⁷ como base, os vínculos de memória, identidade e as novas ruralidades que se apresentam no espaço rural. Iniciamos a análise estabelecendo um diálogo entre as diversas memórias e os suportes dessas lembranças. Esperamos, assim, estabelecer uma relação entre espaço e paisagem como suportes da memória e dinamizadores da identidade local. Segundo Pollak:

[...] a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (1992, p. 204)

As memórias aqui utilizadas serão um recorte entre os diversos atores envolvidos nesta pesquisa. Para tanto, utilizaremos o arquivo de filmografia obtido a partir de conversas informais durante algumas incursões ao campo, com os direitos de utilização de imagem e fala devidamente autorizadas⁸ pelos diversos atores sociais envolvidos. É neste capítulo que também se apresenta o diálogo proposto entre agricultura familiar e atividade turística, a partir do conceito de multifuncionalidade. O potencial econômico e a crescente valorização da atividade turística no meio rural, além de adicionar novo aproveitamento para essas áreas, abre espaço para o questionamento da importância da preservação do ambiente não apenas natural, mas também do ambiente social formado pelos costumes e tradições que correm o risco de desaparecer, engolidos pela rapidez da modernização. O intuito é o de avaliar as

⁶ Utilizaremos aqui a noção de redes como estrutura e dinâmica das redes de comunicação e seus agentes diretos (Associação dos Produtores e Trabalhadores Rurais de São Gonçalo, Sindicato dos Trabalhadores e Produtores Rurais de São Gonçalo e algumas entidades presentes na região (EMATER-RJ, ITERJ), dentre outros). Não recorreremos à noção de redes tal qual se pode observar na leitura especializada, especialmente aquelas advindas dos trabalhos desenvolvidos por Barnes, J. A. Mitchell e J. Clyde, o que seria, sem dúvida, interessante, mas que não é a pretensão de alcance dessa dissertação.

⁷ Ao utilizarmos o termo “perspectiva cultural”, nos referimos ao fato de o capítulo estar diretamente relacionado ao patrimônio cultural (material e imaterial) e natural da região, e à sua interlocução com os diálogos representados pelas memórias retratadas em documentos e também por meio da história oral, representada neste caso pelos atores sociais diretamente envolvidos no todo ou em parte com a Fazenda Engenho Novo.

⁸ Anexo (I) Ficha de Autorização para uso de imagens, áudio e vídeo em pesquisa acadêmica.

perspectivas dos sítiantes numa possível parceria entre a principal atividade econômica da região, a agricultura familiar, e o turismo como um fator de complementação da renda familiar. Abordaremos também alguns dos segmentos turísticos que podem ser desenvolvidos a partir da agricultura familiar, entre eles o Turismo Rural⁹. Segundo Schneider (*apud* Almeida):

(...) o turismo rural propicia a valorização do ambiente onde é explorado por sua capacidade de destacar a cultura e a diversidade natural de uma região, proporcionando a conservação e a manutenção do patrimônio histórico, cultural e natural. (2000, p. 35)

De acordo com o Ministério do Turismo e o Ministério do Desenvolvimento Agrário¹⁰, no início da década de 1990, surgem os primeiros projetos de assistência técnica e extensão rural, incluindo o turismo na força de trabalho da agricultura familiar. É a partir deste momento que as pequenas propriedades rurais voltadas para a agricultura familiar passam a se apropriar da atividade turística como complementação da renda familiar, ofertando atividades ligadas ao lazer, cultura, gastronomia e o contato com algumas técnicas produtivas como um diferencial a ser experimentado por turistas e demais visitantes.

Ao longo da pesquisa surgiram inúmeras inquietações, mas, devido ao tempo, optamos por conduzir nossa escrita entremeando um diálogo entre agricultura familiar, redes sociais e o possível desenvolvimento da atividade turística como instrumento de valorização da área rural e ferramenta de complementação da renda familiar. A partir dos dados recolhidos em nossas idas a campo, da revisão bibliográfica e da análise de alguns documentos incorporados como Anexos, ao fim deste trabalho, conseguimos esclarecer alguns pontos presentes nas inquietações que originaram esta pesquisa. Dessa forma, os objetivos propostos inicialmente – identificar no Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo algumas propriedades que já desenvolvessem atividades não-agrícolas em parceria com as atividades agrícolas; demonstrar que a prática da atividade turística pode ser uma possibilidade para manutenção e preservação dos bens culturais no meio rural; e analisar os vínculos de memória a partir da oralidade de alguns atores sociais ligados à Fazenda Engenho Novo – foram elucidados por meio de cada um dos suportes utilizados na construção dos alicerces desta dissertação. Para tanto, recorreremos aos estudos de Halbwachs (*A memória coletiva*), Bosi (*Memória & sociedade: lembranças de Velhos*), Pollak (*Memória e identidade*), Carneiro (*Ruralidades Contemporâneas*), Cazella (*Multifuncionalidade na Agricultura familiar*), Schimdt (*Redes*), Martins (*Sociologia da Imagem e da Fotografia*), Calabre; Abreu e Chagas (*Políticas públicas do Patrimônio; Memória e Patrimônio*) que, por assim dizer, configuram parte do nosso quadro teórico-metodológico.

Devido à proximidade em relação à localização do Assentamento e dos sítios que fizeram parte do recorte de nossa pesquisa, conseguimos ir a campo várias vezes e em diferentes situações, entre os anos de 2013 e 2014, a fim de observarmos e coletarmos os dados de forma a alcançar a maior proximidade possível com o dia-a-dia dos atores sociais que tiveram suas falas e parte de sua história de vida expostas e interpretadas por este trabalho. Dentro do núcleo rural, foram ouvidos os sítiantes: Sr. Onofre Pereira e sua esposa D. Cecília, proprietários do Sítio Girassol, Sr^a Lucía Brasileiro, proprietária do Sítio Carvalho

⁹ O turismo rural é conhecido como a atividade turística que ocorre na zona rural, integrando a atividade agrícola pecuária à atividade turística, e surge como alternativa para proprietários rurais [...]. (ALMEIDA, 2000).

¹⁰ Ver BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Manual do Plano Safra da Agricultura Familiar 2003/2004 - BRASIL. Ministério do Turismo. Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil. 2004.

de Justiça, Sr. Jansen Siqueira, proprietário do Sítio das Mangueiras, Sr. Antônio Ferreira e sua esposa D. Terezinha, proprietários do Sítio Santa Clara, Sr. Hermínio Marques da Costa e sua esposa D. Cristina, proprietários do Sítio Pau Brasil, Sr. Alfredo Pinheiro da Silva, proprietário do Sítio Engenho Novo; no núcleo urbano, foram ouvidos alguns dos familiares do Coronel José Serrado; são eles: Arlete Serrado (esposa), Helena Serrado (filha única do casal) e Fabiana Serrado (neta). Todas vozes ressonantes e que tornaram-se importantes para o entendimento das dinâmicas presentes no meio rural, auxiliando e muito na construção e desenvolvimento da pesquisa realizada no Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo.

Apesar de terem sido identificadas algumas áreas de tensão, durante as idas a campo, principalmente em relação ao cargo de presidência do Sindicato Rural do Município, não nos deteremos em explorá-las tendo em vista que o foco principal deste estudo não diz respeito a esta abordagem. O que não impede estudos futuros e mais aprofundados para identificação destas áreas de tensão.

Capítulo 1

O Barão de São Gonçalo e seu Engenho

Belarmino Ricardo de Siqueira nasceu em Saquarema, Rio de Janeiro aos 8 dias de fevereiro de 1792. Era filho legítimo do coronel Carlos José de Siqueira Quintanilha e de D. Maria Antônia do Amaral. De família extensa, conservou-se sempre solteiro. Além da Fazenda Engenho Novo do Retiro, tinha a Fazenda Jacaré, também em São Gonçalo, e outras propriedades em Niterói e Araruama. Oficial da Guarda Nacional de 1826 a 1842, foi comandante superior da região de Magé e Niterói e também membro do Conselho Fiscal do Instituto Fluminense de Agricultura. Tornou-se Barão com honras de grandeza em 1849. Como componente da nobreza fluminense e amigo de D. Pedro II, foi agraciado com o título honorífico de Fidalgo da Casa Imperial e Comendador da Imperial Ordem. Criou, em 1854, o Banco Rural Hipotecário, organizado com o capital inicial de 8.000\$ contos de réis. Foi o primeiro estabelecimento bancário do Rio de Janeiro a emprestar dinheiro aceitando como garantias hipotecas de bens de raiz e de propriedades urbanas e rurais¹¹. O Banco Rural Hipotecário teve autorização para funcionar a partir do Decreto nº 1.136, de 30 de março de 1853¹².

Segundo a historiadora Márcia Motta, em 1856, o Barão de São Gonçalo, seguindo as determinações da Lei de Terras de 1850 e de seu regulamento, em 1854, registra a Fazenda Engenho Novo nos Registros Paroquiais de Terras da freguesia de São Gonçalo, parte do antigo município de Niterói¹³.

Declaro que possuo as terras da Fazenda do Engenho Novo do Retiro em outro tempo conhecida e denominada por Engenho das Mossas, por compra que da mesma fiz ao falecido Tenente José Luiz Pereira de Brito, cita na freguesia de São Gonçalo, a qual fazenda tem diversas datas de terra [...] que comprei de diferentes proprietários, todas contiguas a mesma fazenda [...]. (Barão de São Gonçalo)¹⁴

¹¹ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. O Império e os bancos comerciais do Rio de Janeiro na Segunda metade do século XIX: os casos do Banco Mauá, Mac Gregor & Cia, do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro e do Banco Comercial e Agrícola. Curitiba ABPHE, CD- Rom.

¹² Colleção das leis de 1853, Tomo XVI, Parte II. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1887.

¹³ Para maiores detalhes ver: MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Pelas bandas d'além*. Fronteira Fechada e arrendatários-escravistas em uma região de policultura. Dissertação de Mestrado. Niterói, UFF, 1989.

¹⁴ Relatório preliminar do dossiê de tombamento da Fazenda Engenho Novo, arquivado no INEPAC, p. 7.



Fig. 1 – Óleo sobre tela do Barão de São Gonçalo (1791-1873).
 Fonte: Fundação Barão de São Gonçalo.

De acordo com o que observamos em seu inventário¹⁵, o Barão possuía cerca de 112 escravos, incluindo homens e mulheres. Com os dados obtidos, criamos uma tabela para melhor demonstrar a configuração e distribuição deste número nas categorias de gênero feminino e masculino e de grupos relacionados no presente documento.

Sexo	Condição				Total
	Crioulo (a)	Nação	Pardo (a)	Mestiço (a)	
				Sem Identificação	
Feminino	12	13	6	1	39
Masculino	29	19	11	0	72
TOTAL	41	32	16	1	112

Fig. 2 – Fonte: Inventário do Barão de São Gonçalo.

O Barão faleceu em 9 de setembro de 1873. Em seu testamento (que se encontra no 3º Ofício de Notas de Niterói), Belarmino Ricardo Siqueira, que não possuía herdeiros diretos, nomeia como herdeiros seus sobrinhos e suas quatro irmãs. Após a morte de suas irmãs, a Fazenda deveria ficar em usufruto vitalício. Porém, em 1897, devido à morte de Anna Isabel Sodré e Souza, irmã do Barão, Joaquim Serrado Pereira da Silva requer ao Juiz de Direito a posse da Fazenda¹⁶. O dito Joaquim afirma ser o único herdeiro da Fazenda Engenho Novo. Porém, em nenhum momento, o nome de Joaquim aparece no testamento do Barão, o que deixa uma lacuna na compreensão da sucessão. Assim, a Fazenda Engenho Novo permaneceu com a família Serrado até 1989, quando foi vendida ao Sr. Deusdérito Belmont Netto.

A Fazenda Engenho Novo localiza-se no bairro de Monjolos, cidade de São Gonçalo, estado do Rio de Janeiro. O acesso se dá a partir da Rodovia Amaral Peixoto (RJ-104), seguindo pela Estrada José de Souza Porto, Largo da Ideia e Estrada Rio Frio, esta última já

¹⁵ O inventário do Barão de São Gonçalo foi digitalizado e encontra-se arquivado em dois volumes, no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, conforme relação em anexo (II).

¹⁶ Cópia do documento em Anexos (III). Este documento é parte integrante do dossiê de tombamento da Fazenda Engenho Novo – arquivado no Instituto Estadual do Patrimônio Cultural.

dentro da propriedade. Em 1993, a desapropriação¹⁷ de terras pelo ITERJ (Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro), órgão do Governo do Estado, deu origem ao Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo. A propriedade teve grande influência na economia do município de São Gonçalo entre os séculos XIX e XX, sendo exportadora de citros para países da América Latina e Europa. Seu primeiro proprietário ilustre, o Barão de São Gonçalo, foi grande latifundiário na região, sendo também proprietário da Fazenda Jacaré, na localidade onde atualmente encontra-se a Faculdade de Formação de Professores da UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro – bairro Paraíso, também em São Gonçalo.

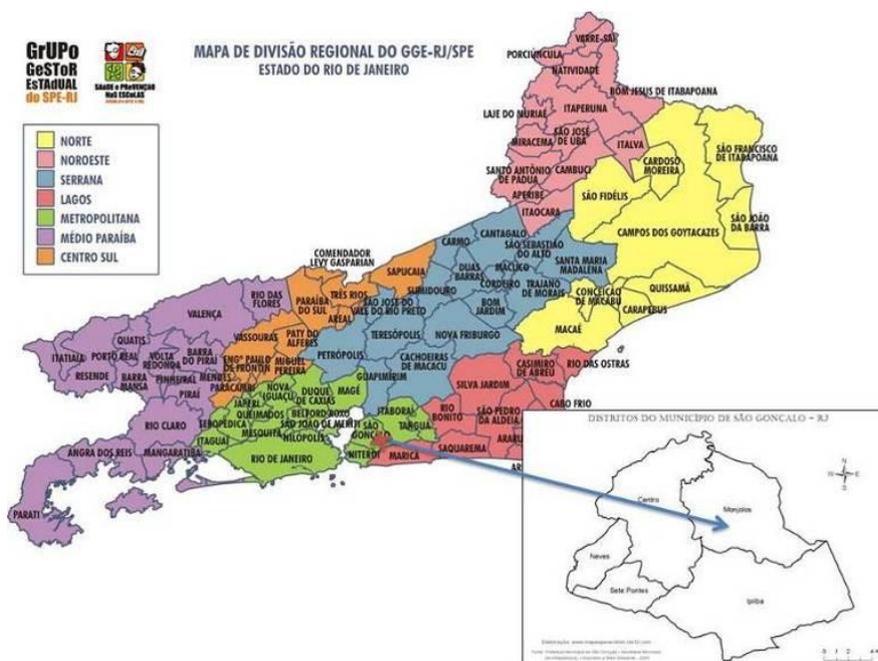


Fig. 3 – Fonte: Governo do Estado do Rio de Janeiro.

O Distrito de Monjolos foi criado pelo Decreto-Lei Estadual 641, em 15 de dezembro de 1938, após o desmembramento do Distrito de São Gonçalo, e passou a 3º Distrito a partir do Decreto-Lei Estadual 1.063, de 28 de janeiro de 1944. Justamente neste distrito, encontra-se a sede da Fazenda Engenho Novo e o Assentamento Rural de mesmo nome.

Hoje (século XXI), além de abrigar 147 pequenas propriedades rurais, o Assentamento abriga a antiga sede histórica da Fazenda Engenho Novo, tombada em 1998 pelo INEPAC (Instituto Estadual do Patrimônio Cultural)¹⁸. A imagem abaixo foi registrada em 2012¹⁹ logo após a conclusão das obras de intervenção feitas no conjunto arquitetônico correspondente à parte da casa grande e senzala. Destacamos, nesta, o conjunto arquitetônico, separando-o da vegetação presente em seu entorno. A estrada principal (Estrada do Rio Frio) em frente a Fazenda seria o acesso original que interliga os bairros de Santa Isabel e Monjolos.

¹⁷ Após a venda da Fazenda nos anos de 1980 do século passado, os meeiros/arrendatários da família Serrado começaram a ter sérios problemas com o novo proprietário das terras que não os reconhecia como meeiros, uma vez que seu objetivo maior era a exploração de areola e não as atividades agropastoris. Foi quando começaram os problemas na área. Os meeiros sofriam com ameaças constantes de despejo. A partir de então, o ITERJ desapropriou a área e fez a divisão dos lotes, criando, assim, o Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo. Anexos (IV) cópia do Decreto de desapropriação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

¹⁸ O INEPAC é o Órgão responsável pelo tombamento do patrimônio cultural em todo o Estado do Rio de Janeiro, assim como o IPHAN é o Órgão responsável pelo tombamento do patrimônio cultural em todo o território Nacional. Anexos (V) cópia do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, referente ao tombamento.

¹⁹ Imagem retirada do site www.circuitoengenhonovo.com.br. Acesso em: 09/01/2015.

Observamos, a partir da análise do respectivo documento de tombamento, a importância dada ao Conjunto paisagístico e à paisagem natural do lugar, considerada no documento como envolvente:

A Secretaria de Estado de Cultura e Esporte no uso de suas atribuições legal em especial a alínea “a” e inciso V do art. 5 do Decreto n. 5808 de 13.07.82 tendo em vista a autorização governamental publicada no Diário Oficial de 02.12.98 e o que consta do Processo n. E 18/000 662/98. RESOLVE: Art. 1 Homologar o parecer do Conselho estadual de Tombamento e determinar o tombamento definitivo do imóvel denominado Fazenda Engenho Novo bem cultural localizado na Estrada do Rio Frio, S/n. Monjolos, 3 Distrito do Município de São Gonçalo e abaixo identificado: **Conjunto Arquitetônico e Paisagístico** constituído pelas edificações históricas que compõem a sede da antiga fazenda especialmente a Casa Grande, a construção lateral que abriga o setor de produção do antigo engenho e capela, o estábulo e o pórtico da entrada principal **bem como a paisagem natural envolvente** que caracteriza a ambiência do sítio [...]. (Diário Oficial de 07/12/1998, ANO XXIV N. 27 parte 1.).

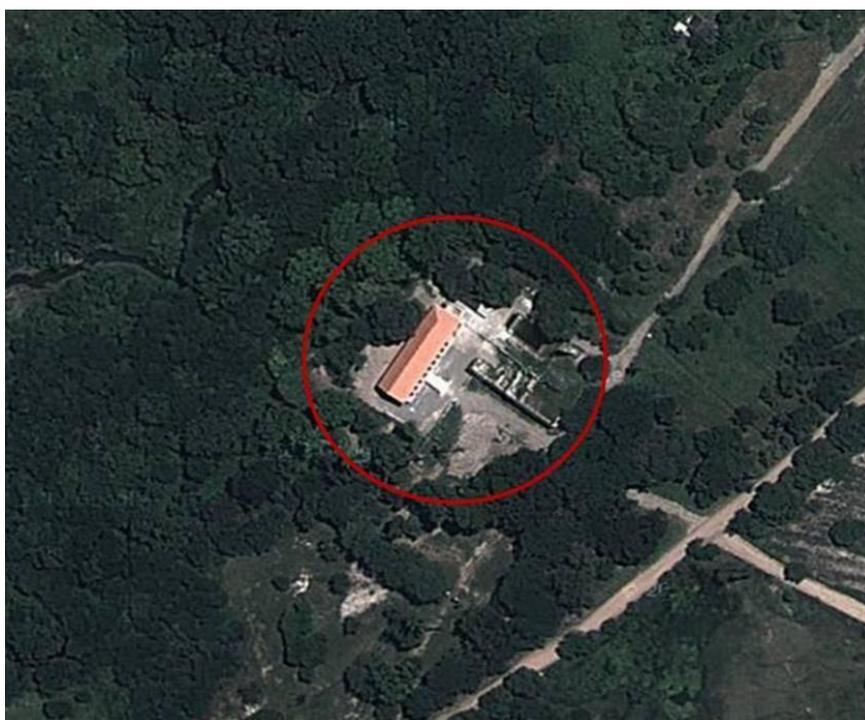


Fig. 4 – Google Maps – foto aérea de parte do lote 32 com destaque para o conjunto arquitetônico da antiga sede da Fazenda Engenho Novo.

O conjunto arquitetônico em ruínas faz parte da antiga sede da Fazenda Engenho Novo, bem cultural desapropriado e tombado pelo Governo do Estado por sua relevância em relação a fatos ligados à história do município de São Gonçalo e também do Brasil. Segundo Braga (1998), o Barão de São Gonçalo era amigo pessoal do Imperador D. Pedro II, tendo inclusive lhe hospedado por ocasião de suas visitas à freguesia de São Gonçalo. Além disso, o monumento guarda formas arquitetônicas próprias do período da Colônia e do Império. Os exemplares de palmeiras imperiais que ainda existem são provavelmente remanescentes das primeiras mudas doadas pelo Príncipe Regente ao Barão. A Fazenda Engenho Novo era uma das pousadas preferidas da Família Imperial no Segundo Reinado, devido à amizade do Barão

de São Gonçalo com o Imperador D. Pedro II. Já no século XX, a Fazenda também serviu de espaço para um acontecimento histórico voltado ao automobilismo, sendo o ponto de chegada para a primeira corrida automobilística oficial realizada no Brasil e na América Latina, pelo Automóvel Club do Brasil²⁰. Observamos, dessa forma, que, por sua importância econômica e pelos registros históricos relacionados à Fazenda, houve total relevância no tombamento de seu conjunto arquitetônico e paisagístico.



Fig. 5 – Um dos participantes da Primeira Corrida em foto tirada diante da escadaria de acesso à Casa Grande.
Fonte: inventário turístico de São Gonçalo.



Fig. 6 – Acervo da pesquisa.
Monumento erguido na praça de Neves – SG.

²⁰ A primeira corrida automobilística foi realizada no dia 19 de setembro de 1909. Disponível em <http://www.lazer.eefd.ufrj.br/cinema/docs/imagens.html>. Acesso em: 17 de agosto de 2007.

No distrito de Neves, em 2009, foi erguido, na Praça de Neves – local de largada –, um monumento comemorativo pelos 100 anos da corrida. Além de ser um marco que revive a memória histórica do município de São Gonçalo, o monumento também detalha o trajeto da corrida comprovando sua chegada a sede da Fazenda Engenho Novo.

As ruínas da Fazenda Engenho Novo remetem a uma viagem no tempo, que nos transporta aos meados do século XIX, estendendo-se ao século XX – período em que foi grande produtora de cana-de-açúcar, possuindo inclusive um engenho de cachaça e açúcar.

A foto abaixo, nos revela a construção lateral, um exemplar de arquitetura neoclássica²¹, interligado à casa grande, formado por área de serviço, galpão de armazenamento, chaminé do antigo engenho e a capela ao centro, dedicada à Nossa Senhora da Conceição. A capela é marcada por um frontão triangular, decorado com losango em relevo, com grande portal de acesso, com cobertura em telhas de barro em duas águas. Faz tempo que o prédio – que possui em toda sua arquitetura traços que nos possibilitam uma leitura voltada ao número maçônico 13, (compõe a construção: treze arcos – sendo um central representado pela porta de acesso à capela e seis à direita e mais seis à esquerda –, treze ornatos em formato de losango – estando o 13º também ao centro como soleira na porta de entrada à capela – e, por último, treze flechas como ornato no arco de entrada à capela), deixou de existir em seu estado original. Desde meados dos anos de 1990, encontramos apenas ruínas que demonstram e traduzem o descaso do poder público, as ações do tempo e de vandalismo a que são submetidos muitos dos exemplares do patrimônio cultural brasileiro.



Fig. 7 – Acervo família Serrado – década 1980. Ao fundo a chaminé do antigo engenho.

Apesar de toda a importância como patrimônio histórico-cultural reconhecido e legitimado, não houve, à ocasião da desapropriação e do tombamento, grandes preocupações ou iniciativas pertinentes à preservação da sede histórica da Fazenda Engenho Novo, fato que colaborou imensamente para acelerar o seu processo de degradação e depredação, tendo em vista que a Fazenda ficou por muitos anos praticamente abandonada.

²¹ Neoclassicismo – (neo = novo), uma nova tendência estética que surge nas últimas décadas do século XVIII e nas três primeiras do século XIX; um estilo que expressou os valores próprios de uma nova e fortalecida burguesia, que assumia a direção da sociedade europeia após a Revolução Francesa. Disponível em: < <http://www.historiadaarte.com.br/linha/neoclassicismo.html>>. Acesso em: 01/06/2014.

Nos anos 90 do século XX, o setor da cultura brasileira foi marcado por vários acontecimentos que caracterizaram as políticas culturais brasileiras, sendo o tombamento uma das medidas relacionadas diretamente às políticas públicas de preservação.

Dentre alguns destes acontecimentos, está: a extinção do Ministério da Cultura, criado em 1985, durante o governo José Sarney. O MinC foi extinto em 1990, durante o governo Collor, junto com alguns outros órgãos ligados à cultura, entre eles, a Fundação Nacional de Artes Cênicas – FUNDACEN; a Fundação do Cinema Brasileiro; a Fundação Nacional Pró-leitura; o Conselho Federal de Cultura; o Conselho Consultivo do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), posteriormente transformado no IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Em 1992, sob o governo de Itamar Franco, o Ministério da Cultura foi recriado e, a partir daí, também algumas de suas instituições como a FUNARTE (Fundação Nacional de Artes). Acontecimentos que contribuíram de forma relevante para mudanças significativas no que diz respeito às leis patrimoniais brasileiras.

Segundo Calabre, (2007), um dos grandes desafios da gestão pública da cultura na avaliação das ações implementadas tem relação com os objetivos e com a multiplicidade de efeitos buscados ou por ele alcançados. As ações públicas têm que demonstrar minimamente coerência entre o que se diz buscar e as ações postas em prática. A iniciativa de tombamento, por exemplo, objetiva sua salvaguarda e preservação para as gerações presentes e futuras; mas, no caso específico da Fazenda Engenho Novo, percebemos que não houve coerência nas ações voltadas à preservação e ao restauro realizado recentemente.

1.1 – Trajeto histórico de São Gonçalo: de sesmaria a cidade

A região é hoje um dos municípios mais populosos do estado do Rio de Janeiro, com uma população de aproximadamente 1.031.903 habitantes²², sendo, atualmente, o segundo município mais populoso do estado (atrás apenas da capital) e o 16º mais populoso do país; está situado, em sua maior extensão, na orla da baía de Guanabara. O território que nos dias atuais é a cidade de São Gonçalo teve um passado conturbado por muitas controvérsias sobre a história da formação de sua cidade e do local exato de sua fundação. O atual município passou por várias titulações desde sesmaria até se tornar cidade. Desse modo, São Gonçalo, que foi distrito de Niterói²³, possui, oficialmente, a sua legislação de criação em 17 de dezembro de 1892, pela Lei Estadual 34. Na relação a seguir, observamos parte dessa trajetória histórica do município. Segundo Braga (1998), em 1892, já havia uma preocupação com o destino do município que, por interesses políticos, ora era independente, ora era incorporado a Niterói.

De Sesmaria (1579) até elevação de Freguesia (1647);
De Freguesia (1647) até passar a pertencer a Niterói (1819);
De Distrito de Niterói (1819) à elevação de Vila (1890);
De Vila (1890) à elevação de Município (1890);
De Município (1890) até retornar a Niterói (1892);
De Município (1892) à elevação de Cidade (1922);
De Cidade (1922) até retornar a Vila (1923);

²² Estimativa da população residente (IBGE 2014) – Anexos (VI).

²³ Freguesia citada com a denominação de São Gonçalo, por Alvará de 10 de fevereiro de 1646 ou 1647, subordinada ao município de Niterói. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=330490&search=sao-goncalo>>. Acesso em: 20/02/2015.

De Vila (1923) até retornar a Cidade (1929).

A partir desta relação, podemos observar as constantes mudanças sofridas por São Gonçalo até tornar-se realmente uma cidade. O desenvolvimento da cidade teria ocorrido na sesmaria doada ao fidalgo Gonçalo Gonçalves, “o Velho”, em 06 de abril de 1579. Em suas terras, Gonçalo Gonçalves, construiu entre 1579 e 1601, às margens do rio Imboassu, a primeira capela de São Gonçalo dedicada a São Gonçalo D'Amarante. Com o passar dos anos a capela foi sofrendo acréscimos, o que possibilitou a mudança para condição de paróquia e, posteriormente, matriz da cidade.

1.1.1 A importância econômica: o auge

Em 3 de abril de 1531, pelas águas da baía de Guanabara, chegou uma expedição liderada por Martim Afonso de Souza com o intuito de iniciar a colonização. A partir desse momento, já começa a delinear-se certa relação do que virá a acontecer na economia da futura localidade de São Gonçalo, pois Martim Afonso trouxe consigo "... várias mudas de plantas, inclusive de laranjeiras. Daí a multiplicação da cultura selvagem daquela fruta cítrica ao longo da baía"²⁴. Segundo Molina e Silva:

A laranja viçou tanto na região, que depois recebeu o nome de São Gonçalo, que os Tupinambás denominaram uma de suas aldeias de Morgoniaçu ("*morgonia*" significa limão e "*açu*", grande, ou seja, laranja). Por esta razão, podemos concluir que São Gonçalo foi a localidade da baía de Guanabara, onde mais cedo prosperou a produção de laranjas.

Em 1779, a freguesia de São Gonçalo, além de uma agricultura significativa, possuía 23 engenhos que produziam 352 pipas de aguardente e aproximadamente 500 caixas de açúcar e ultrapassava a casa dos 952 escravos. De acordo com Molina e Silva (1996;1998), a Fazenda no século XVII se destacou no cultivo de cana-de-açúcar. No final do século XVIII e início do século XIX, era grande produtora de café e chegou a ser exportadora de citros e outras frutas. Em outubro de 2013, ao conversarmos com a Sr^a Arlete Serrado, esposa do Coronel Serrado, a respeito da produção agrícola da Fazenda, constatamos que a produção de laranjas era vendida à Europa e os abacaxis tinham como destino final Montevideu – Uruguai. O que demonstra a amplitude das relações comerciais e do montante de negócios gerados pela produção da Fazenda Engenho Novo até o início dos anos de 1980.

No início do século XIX, a economia gonçalense era predominantemente agrícola. Além do açúcar, principal produto gonçalense, havia também a produção de aguardente, frutas (principalmente a laranja), pau-brasil, café, especiarias e alguns produtos manufaturados. Neste período começam a surgir algumas indústrias de produção em pequena escala. A primeira década do século XX foi particularmente importante para a agricultura gonçalense, sendo considerado pela inspeção do Ministério da Agricultura como um dos municípios com maior desenvolvimento agrícola e como o primeiro no setor de fruticultura. Em 1909 e 1910 a colheita de grãos como feijão e milho era intensa; em 1920 fomos um dos maiores produtores de laranja, goiaba e abacaxi. (PMSG²⁵)

²⁴ MOLINA e SILVA, op. cit., 1996, p. 21-22.

²⁵ Disponível em: <<http://www.saogoncalo.rj.gov.br/economia.php>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2013.

A região gonçalense foi a primeira localidade a receber mudas de laranja no estado do Rio de Janeiro e acabou desenvolvendo bastante a produção agrícola de fruticultura, principalmente citricultura, chegando a ser, em 1955, o segundo produtor do estado.

No início do século XX, após o processo de autonomia administrativa, São Gonçalo tornava-se uma das mais importantes regiões fruticultoras do Brasil. Nesse aspecto, a cidade competia com Nova Iguaçu, conhecida em meados de 1920, como “Califórnia Brasileira”²⁶. Em 1924, foi construído o primeiro Pavilhão para a Seleção de Laranjas, cujo destino era a Argentina e a Europa. Havia também o Pavilhão de Beneficiamento de Laranjas, onde atualmente encontramos o Quartel do 7º Batalhão da Polícia Militar, em Alcântara. Este pavilhão realizava a lavagem, a seleção e o encaixotamento das diversas espécies de laranjas que seriam vendidas para outros municípios do estado. Em 1939, foi fundada pelos senhores José Baltazar Serrado e Vieira de Macedo a 1ª Cooperativa Agrícola do Município. Com a queda na produção e os problemas encontrados para exportação durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a Cooperativa foi aos poucos sendo desativada.

No Censo realizado pelo IBGE em 1940, São Gonçalo apresenta uma alta representatividade na produção de laranjas no Estado do Rio de Janeiro que, em quantidade, perde apenas para a produção do município de Nova Iguaçu (São Gonçalo apresenta uma produção de 2.983.694 (cento de laranjas) enquanto Nova Iguaçu tem uma produção de 4.217.084)²⁷. Mas, além da produção de citros, São Gonçalo também contava com a produção de cana de açúcar em seus engenhos.

Em 1860, já possuía mais de 30 engenhos fabricando açúcar e aguardente e 10 fornos para o fabrico de telhas e tijolos. O embarque desses produtos era feito nos pequenos portos: da Ponte, Boassu, Porto Novo, Porto Velho, Ponta de São Gonçalo, Guaxindiba e da Vala (depois Neves). (BRAGA, 1998, p. 49)

De forma geral, a citricultura teve grande importância, sendo durante muito tempo o maior mercado de exportação de São Gonçalo; no entanto a dificuldade de realizar exportações durante a Segunda Guerra Mundial encurtou o seu ciclo no Município, resultando no declínio deste mercado. Além disso, em meados dos anos 80 do século passado, a região foi tomada por uma praga²⁸ que atingiu praticamente todos os laranjais da região. A Fazenda Engenho Novo, então, entra em decadência²⁹ sendo vendida ao Sr. Deusdérito Belmont Netto, último dono, antes da desapropriação das terras.

1.1.2 A decadência e a desapropriação

A citricultura que teve um papel de destaque para o desenvolvimento econômico de São Gonçalo, a partir da venda no mercado internacional, foi intensamente prejudicada com o advento da Segunda Guerra Mundial, que contribuiu para que houvesse um excedente nos laranjais, devido ao fechamento do tráfego Atlântico, rota de escoamento da produção. Entendemos assim, que a decadência e a extinção das áreas rurais do município estão de

²⁶ Para maiores detalhes ver: CARVALHO, Iracema Baroni de. *Laranjas Brasileiras*. Nova Iguaçu: SMCEL, 1999; PEREIRA, W. *Cana, Café e Laranja*. RJ: FGV/SEEC, 1977; SOUZA, Sonali Maria de. *Da Laranja ao Lote*. Transformações Sociais em Nova Iguaçu. RJ: Dissertação de Mestrado pelo Museu Nacional, 1992.

²⁷ Tabela referente ao Censo IBGE/1940 em Anexos (VII).

²⁸ Pragas como broca-de-raízes e fumaginas devastaram a plantação.

²⁹ Entendo como decadência todo o processo que culminou com a queima dos laranjais atingidos pelas pragas que comprometeram toda a plantação da região.

alguma forma ligadas às dificuldades encontradas para o escoamento da produção durante a Guerra. O excedente na produção e a dificuldade para a venda acarretaram a baixa nos preços, o abandono da lavoura e a venda de grandes áreas para empresas voltadas ao ramo da construção civil, o que contribuiu significativamente para a aceleração do processo de urbanização da cidade com o fracionamento das áreas e a criação de loteamentos, que originaram bairros como Laranjal, Santa Luzia, dentre outros.

As "fazendas" e os "sítios" vão sendo abandonados, suas terras, vendidas para grupos imobiliários, são loteadas e bairros novos começam a se formar. Favorecidos pelo surto de urbanização, a partir da Segunda Guerra Mundial, os antigos lavradores encontram colocações na construção civil e nos demais serviços; os antigos fazendeiros vivem do que restou das vendas das terras, enviam seus filhos às escolas ou então empregam-nos no serviço público. Cada vez mais o país vai-se urbanizando e São Gonçalo, desfrutando de uma boa localização, devido à proximidade do Rio de Janeiro, transforma-se aos poucos em "cidade dormitório", em "ponto de escala" dos que vindo do interior aspiram encontrar melhores condições na "cidade grande". Dos 29.000 habitantes em 1916, e seu ruralismo, hoje conta com quase 600.000, enfrentando uma enorme especulação imobiliária e um crescimento populacional acelerado; de agrícola, passou por uma etapa "industrial"(por sinal de curta duração) e hoje é um grande centro comercial apenas.³⁰

O crescimento urbano da cidade favoreceu para que as áreas rurais fossem diminuindo, ficando restritas apenas a alguns bairros da cidade, entre eles o bairro de Monjolos onde localiza-se o Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo que, atualmente, detém uma das maiores áreas rurais enquadrada na ZUPR (Zonas de Uso Predominantemente Rurais), devido ao número de pequenas propriedades rurais existentes dentro e fora do Assentamento. A partir de 1930, começaram a surgir muitas indústrias e, até 1940, o campo industrial gonçalense se projetou ativando o desenvolvimento da cidade. De certa forma, o crescimento do polo industrial também contribuiu para que algumas famílias abandonassem suas lavouras e buscassem na indústria novas perspectivas de vida. Segundo Braga (1998), com o desenvolvimento da indústria, surgiu no município tanto a migração quanto a imigração, o que contribuiu de forma significativa para aumentar a população do município. Até meados do século XX, a cidade de São Gonçalo constituía um dos mais importantes distritos industriais do antigo estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo contava com a disponibilidade de áreas planas, consideradas favoráveis para a atividade industrial, e os terrenos em média tinham menor valor comercial do que os disponíveis em Niterói. Além disso, o município contava com disponibilidade de mão de obra existente nas pequenas propriedades rurais, impulsionada pelo crescimento e pelas perspectivas de uma remuneração mais satisfatória do que a gerada pelo cultivo da terra.

[...] o cômputo de pequenas fábricas de brinquedos, doces, forjas, faz supor que houve um período de indústrias domiciliares como fase preliminar a uma maior industrialização e urbanização da área rural [...]. Na antiga zona rural as indústrias encontravam mão de obra mais dócil e mais barata que o proletariado já organizado do Rio de Janeiro [Capital Federal]. (IBGE, 1957, p. 221)

Mas, o fôlego da indústria gonçalense aos poucos foi diminuindo e, desde a década de 1970, a cidade já não aparece entre as mais industrializadas do estado. Muitas indústrias

³⁰ MONTEIRO, op. cit., p. 24.

deixaram o município por falta de investimento do poder público em infraestrutura básica (melhoria nas vias de acesso, sinalização, etc.) e incentivos fiscais que despertassem o interesse de permanência em São Gonçalo.

Com o crescimento promovido pela industrialização da cidade, algumas antigas fazendas foram fracionadas e transformadas em loteamentos. No caso da Fazenda Engenho Novo, sua área foi vendida pela família Serrado em meados dos anos 80 do século passado já com os laranjais praticamente improdutivos. A partir da venda das terras, a família Serrado muda-se para o Rio de Janeiro, onde vive até os dias atuais no bairro de Ipanema. Conforme mencionado anteriormente, a Fazenda foi vendida em meados dos anos 1980 ao Sr. Deusdérito Belmont Netto, que passou a explorar a extração de areola em suas terras, não se interessando pela produção agrícola realizada pelos meeiros³¹ em parceria com a família Serrado, o que acabou por gerar alguns conflitos em relação à retomada das terras ocupadas por estes pequenos produtores rurais. Nesse período que antecede a desapropriação, alguns dos antigos meeiros da família Serrado relatam o surgimento de ações violentas na região por parte do novo proprietário da Fazenda Engenho Novo. Um desses meeiros, o Sr. Antônio Carlos Ferreira, conhecido como Toninho, relata que, por várias vezes, acordou durante a madrugada com homens armados rondando sua casa, ação que, segundo ele, não ocorria à época da família Serrado.

Com a desapropriação, a sede da Fazenda Engenho Novo, seu conjunto arquitetônico e paisagístico passaram por um sério problema de degradação e abandono, o que causou uma interferência significativa na paisagem do lugar, transformando o conjunto arquitetônico composto por casa grande, senzala e pelo antigo engenho em ruínas³². O lote 32, área onde encontra-se o conjunto arquitetônico e paisagístico da Fazenda, sofreu inúmeras ações de vandalismo, depredação do patrimônio, derrubada de matas compostas por vegetação primária entre outros tipos de danos e agressões. Inclusive, todo o acervo histórico que ainda estava no imóvel por ocasião da desapropriação se perdeu (AZEVEDO, 2013).

Em meio ao processo de urbanização e industrialização, o rural foi perdendo espaço na cidade e, apenas no início dos anos 2000, o movimento em relação à área rural do município volta a ganhar forças com a reestruturação da Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo e com a reativação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Gonçalo.

³¹ Meeiros é definido, segundo Dicionário da Língua Portuguesa Aurélio, como aquele que planta, repartindo o resultado das plantações com o dono das terras.

³² Ruína é tudo que é testemunho da história, mas num aspecto mais diverso e quase irreconhecível com respeito àquele de que está anteriormente revestido. (BRANDI, 1963, p. 26).



Fig. 8 – Ruínas da capela. Foto tirada em pesquisa de campo pela autora.

As ruínas da capela e da área de serventia, retratadas na fotografia, apesar do abandono, denotam certa imponência e traduzem uma construção que atravessou o tempo, apesar do descaso do poder público que deveria ser responsável por sua conservação e por sua devolução à sociedade como um bem cultural a ser desfrutado e usufruído não apenas pelos moradores da localidade, mas por todo gonçalense. Um patrimônio que conta parte não apenas da história da cidade de São Gonçalo, mas também do Brasil.

Depois de anos de abandono, a região voltou a dar sinais de vida. Desde 2012, o lote 32, que pertence ao Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro – ITERJ, tem sido cultivado em parceria com a Associação dos Produtores Rurais da Fazenda Engenho Novo³³, e sua renda é empregada na manutenção das máquinas e equipamentos mantidos pela Associação e utilizados pelos produtores associados.

Atualmente, vários produtores rurais do Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo encontram-se inseridos em projetos desenvolvidos na região em parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca, a EMATER, o ITERJ, e foi, justamente a partir destes projetos e de algumas atividades de lazer, que os sitiantes conseguiram defender sua condição de assentados e de área rural produtiva num município com mais de um milhão de habitantes. Os moradores da região e que possuem terras no Assentamento se autodenominam sitiantes e não apenas assentados. A exemplo do que acontece no bairro rural de Ribeirão Vermelho, localizado no município de Alvorada do Sul, norte do Paraná, – abordado na dissertação de Paula Daniela Munhos (2007), intitulada *Sitiantes e Chacareiros do Ribeirão Vermelho: sociabilidade, disputas e transformações de um bairro rural* –, o bairro de Monjolos também possui algumas denominações em relação às propriedades rurais, na região é comum a denominação fazenda, sítio e rancho. Nesse caso específico do nosso estudo, ambos são espaços de produção agropecuária e também de lazer. O que é peculiar é que algumas propriedades, apesar de terem produção agropecuária, não são espaços de residência fixa de

³³ A Associação dos Produtores Rurais da Fazenda Engenho Novo foi criada a partir de uma demanda do ITERJ em relação a uma representação única para assinatura dos convênios e dos contratos a serem firmados pelo órgão e os produtores rurais do Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo.

seus proprietários que, por vezes, deslocam-se para a região apenas nos finais de semana ou feriados prolongados. Outras, alugam seus espaços para festas e eventos, como, por exemplo, o Sítio das Mangueiras e o Sítio Paraíso³⁴.

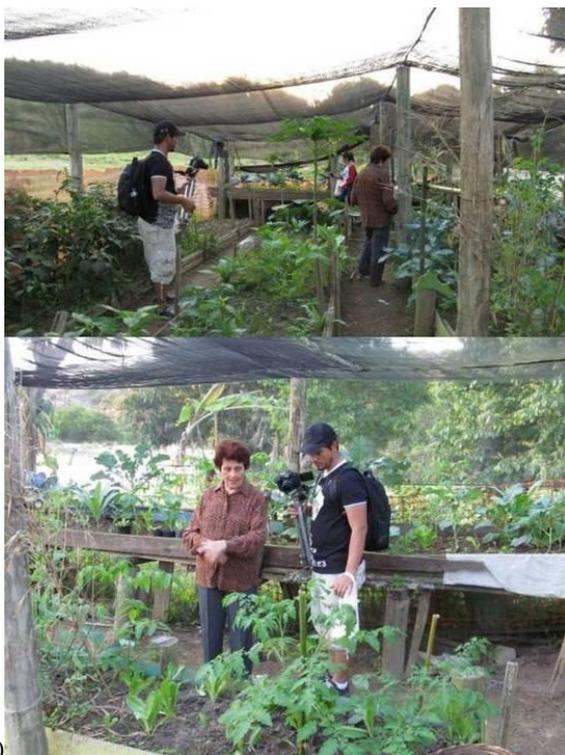
As propriedades rurais do Assentamento dividem, em alguns casos, o espaço de trabalho com o espaço de lazer; há propriedades em que a horta, por exemplo, substitui o espaço do jardim, como no Sítio Girassol. Lá, D. Cecília, esposa do Sr. Onofre, cuida da horta num espaço do sítio com aproximadamente 14 m² que fica muito próximo ao local de residência da família, numa área delimitada, cuidada como um jardim. Um jardim que, em vez de flores e plantas ornamentais, possui pelo menos cinco variedades de hortaliças. Tudo que é produzido na horta é consumido pela própria família e também compartilhado com vizinhos e amigos. D. Cecília, a matriarca da família, cuida pessoalmente de sua horta/jardim, o espaço é protegido por tela como numa estufa; para facilitar o cultivo, foram feitos canteiros elevados do chão.

O Sítio Girassol possui uma área de 24 hectares onde são desenvolvidas atividades de pecuária leiteira com produção de queijo, cultivo de manga, hortaliças para merenda escolar (atividades agropastoris) e aluguel regular de campo de futebol (atividades não-agrícolas); o sítio possui quatro lagos utilizados para irrigação da terra. Observamos no Sítio Girassol que marido e mulher ressignificam a mesma atividade: a produção de hortaliças aqui tem dois significados distintos onde observamos nitidamente a divisão entre lazer e trabalho. Enquanto a horta/jardim da D. Cecília ocupa o espaço do lazer, a horta do Sr. Onofre, inclusive com algumas espécies iguais as da horta/jardim (couve manteiga, vagem, pimentão e cebolinha) destinadas à venda para merenda escolar, ocupa o espaço do trabalho. Nas imagens abaixo, observamos D. Cecília mostrando o seu jardim e o Sr. Onofre, o resultado do seu trabalho.

Ressaltamos que nosso objetivo neste trabalho não é o de abordar a discussão ou relação de gênero. Sendo assim, a horta descrita neste capítulo como local de trabalho ou como espaço de lazer não traz a intenção de uma abordagem mais profunda entre as relações existentes entre as atividades laborais e de lazer femininas ou masculinas. Por acaso, durante a pesquisa nos deparamos com a divisão destas atividades entre cônjuges numa mesma propriedade, o sítio Girassol.

³⁴

Apesar de estar situado no bairro de Monjolos, o Sítio Paraíso não pertence ao Assentamento.



1)



2)

Fig. 9 – 1) D. Cecília e Marcelo Domingues
Acervo da pesquisa – Setembro 2013.

Fig. 10 – 2) Sr. Onofre
Acervo da pesquisa – Abril de 2015.

São Gonçalo é um dos maiores municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro. A cidade passou por inúmeras mudanças que contribuíram em todo o processo de desenvolvimento e urbanização do município. Após as inúmeras mudanças, a Prefeitura chegou a desenquadrar de área rural o bairro de Monjolos, mas os produtores rurais foram à Câmara de Vereadores e pleitearam sua condição de área rural, o que levou a seu reenquadramento em 21 de agosto de 2008 por meio da ZUPR, lei municipal que abordaremos de forma mais detalhada no capítulo 2 deste trabalho. O que fica claro nesse pleito é o autorreconhecimento por parte desses atores sociais, principalmente os residentes na região de Monjolos, de uma identidade rural. O pequeno produtor rural assentado no entorno da Fazenda Engenho Novo conseguiu, a partir deste reenquadramento, obter o reconhecimento e a valorização da agricultura familiar desenvolvida no município.

É nesse cenário que nasceram algumas das redes sociais presentes até hoje na região de Monjolos, particularmente no entorno da Fazenda Engenho Novo, e que aparecerão ao longo deste trabalho. Redes estabelecidas por antigos meeiros, por recém-chegados e por aqueles, como, por exemplo, o Sr. Alfredo, proprietário do Sítio Engenho Novo, que se declara descendente de escravos da Fazenda. Redes sociais que impulsionaram uma grande mudança na região, principalmente em relação ao cultivo da terra e valorização do conjunto arquitetônico e paisagístico da Fazenda Engenho Novo que, por décadas, foram negligenciados. Muitos dos atores sociais envolvidos nas tessituras que serão expostas ao longo deste trabalho se sentem parte das *Histórias e Memórias do Engenho*.



Fig. 11 – Sr. Alfredo, descendente de escravos da Fazenda e proprietário do Sítio Engenho Novo.
Fonte: acervo da pesquisa.



Fig. 12 - Produtores rurais e seus familiares.
Desfile cívico – 2008.
Fonte: acervo da pesquisa.

As fotos acima foram tiradas durante o desfile cívico em comemoração ao aniversário da cidade de São Gonçalo, realizado todos os anos no dia 22 de setembro. Na ocasião (2008), além das escolas públicas e forças militares, o desfile contou com uma ala composta por pescadores e produtores rurais. Entendemos a participação no desfile cívico como uma forma de legitimar e reafirmar a condição de pequeno produtor rural. A busca pela legitimação desse espaço é demonstrada, inclusive, na camisa utilizada durante o desfile. A questão da “posse” em relação à sede da Fazenda Engenho Novo fica clara na frase estampada na frente da

camisa utilizada pelos produtores rurais e seus familiares, durante o desfile, “Eu acredito: A Fazenda Engenho Novo é nossa.” Uma frase simples, mas que demonstra com clareza o desejo dos produtores rurais que vivem no Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo, ou seja, o desejo de posse do que sobrou da antiga sede da Fazenda Engenho Novo. Um vínculo constituído por alguns a partir das relações estabelecidas por seus antepassados que foram escravos do Barão ou meeiros da família Serrado. Vínculos que fazem com que os assentados reconheçam o espaço da Fazenda como um lugar comum, o lugar das reuniões da Associação e do Sindicato Rural, o lugar do plantio comum realizado em mutirão, e cuja renda é revertida em prol da manutenção da Associação, o lugar das histórias e memórias de famílias que estão há décadas na região.

Capítulo 2

Monjolos: um olhar sobre o novo rural

A diversidade de maneiras de viver no campo é reforçada e se expressa em “*um mosaico de formas e de cores onde se impõe as culturas.*” (KAYSER, 2006 *apud* CARNEIRO, 2012, p. 26)

É justamente essa diversidade de cores, modos de viver e de ser que encontraremos no 3º distrito de São Gonçalo, traduzidas aqui pelo cenário formado a partir da desapropriação de terras da Fazenda Engenho Novo. A cidade de São Gonçalo é dividida em cinco distritos, que totalizam uma área de 248km², são eles: 1º Distrito São Gonçalo (sede); 2º Distrito Ipiúba; 3º Distrito **Monjolos**; 4º Distrito Neves; 5º Distrito Sete Pontes.



Fig. 13 – Fonte: Prefeitura Municipal de São Gonçalo – 2005.

De acordo com o Plano Diretor do Município (2006), a área rural de São Gonçalo foi extinta em 1962 devido ao rápido crescimento e à urbanização da cidade. Ao transformar o município em área urbana, a atividade rural quase foi extinta. Entretanto algumas áreas denominadas urbanas nesta época mantiveram características rurais, concentradas principalmente nos 2º e 3º distritos, Ipiúba e **Monjolos**, respectivamente. Nesses distritos que são originados de antigas fazendas, os lotes são maiores, o que possibilitou a resistência e a disposição de algumas áreas em sítios. Em algumas áreas os quintais das casas são destinados a pequenos cultivos e criação de animais, o que ainda garante à região de Monjolos, especificamente, *ares de cidade de interior*. As pequenas áreas ocupadas nesta porção do município ainda possuem uma parte expressiva de área verde, e que, em alguns casos, são destinadas, principalmente, à criação de gado leiteiro. As imagens abaixo demonstram a proximidade de algumas propriedades à Estrada José de Souza Porto, principal via que corta o Assentamento e dá acesso a vários sítios localizados no entorno da Fazenda Engenho Novo.



1)



2)

Fig. 14 – 1) Estrada José de Souza Porto, os lagos pertencem ao Sítio Girassol.
 Fig. 15 – 2) Estrada do Rio Frio, onde encontra-se a sede da Fazenda Engenho Novo.

Fonte: Acervo da pesquisa.



3)



4)

Fig. 16 – 3) Entrada do Sítio das Mangueiras, à beira da Estrada José de Souza Porto.
 Fig. 17 – 4) Trecho da Estrada José de Souza, principal via de acesso ao Assentamento.

Ares de cidade do interior é justamente esta a impressão que temos ao seguirmos pela Estrada José de Souza Porto, principal via de acesso à localidade, e que corta boa parte do Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo. São diversas propriedades rurais que resistiram ao crescimento do município e permaneceram à margem da estrada e que se traduzem numa paisagem formada por pequenas plantações, lagos e áreas de pastagens. Em visita ao bairro de Monjolos, ainda vemos cavaleiros e charretes circulando pelas ruas, dividindo a mesma via dos automóveis (carros e coletivos). O comércio da região, com o passar dos anos, tornou-se bem expressivo, servindo também para escoar alguns produtos locais.

Se, então, rejeitarmos as dicotomias que terminaram por definir um lado em função da negação do outro, ou seja, que levam a olhar um polo (o campo) a partir dos olhos do outro (a cidade), acabamos por aceitar o fato de que esta dinâmica pode terminar reforçando, ou mesmo engendrando, identidades territoriais apoiadas no sentimento de pertencimento a uma localidade. (CARNEIRO, 2012, p. 41).

Entendemos, assim, que o retorno ou o reconhecimento da área rural no município de São Gonçalo, por parte do poder público, pode ter ocorrido justamente pelo sentimento de pertencimento que boa parte dos assentados tem com a sede da Fazenda Engenho Novo e com a região de Monjolos. O sentimento de pertencimento talvez tenha sido a grande bandeira na luta pela legitimação da área rural em São Gonçalo. Após 46 anos de resistência, a Prefeitura

Municipal, por meio da Lei nº 170, de 21 de agosto de 2008³⁵, instituiu e delimitou novamente as zonas de uso predominantemente rurais – ZUPR – no município de São Gonçalo.

O bairro de Monjolos não parou no tempo. O mundo rural que hoje encontramos ali é fruto das constantes transformações que a cidade sofreu ao longo de todos esses anos; não houve um congelamento, mas uma diversidade de dinâmicas e de atores sociais que ajudaram a construir e a fortalecer a área rural não apenas por meio de atividades agropecuárias, mas também a partir de algumas atividades de lazer, trazendo uma renovação da leitura do rural para o município e, mais especificamente, para a região. É neste contexto de urbanização do município e desenvolvimento do bairro que destacamos as relações existentes entre os *novos rurais* que vivem no Assentamento e em seu entorno. Segundo Giuliani (1990), o neoruralismo se caracteriza por dimensões afirmativas, como a valorização da natureza e da vida cotidiana, a busca de autodeterminação, do trabalho como prazer, da integralização do tempo e das relações sociais. No Assentamento, ao longo dos anos, foram estabelecidas diversas relações entre os remanescentes de meeiros, descendentes de escravos e novos assentados que buscaram a região por sua tranquilidade e facilidade de deslocamento aos centros urbanos como a própria cidade de São Gonçalo, Niterói e Rio de Janeiro. Monjolos fica muito próximo a estes centros e traz a possibilidade de descanso diário em meio a agitação das grandes cidades. A própria relação de trabalho que alguns sitiantes têm em sua propriedade, denota em algumas situações muito mais uma atividade de lazer e ócio do que uma atividade laboral.

Observando, assim, as múltiplas nuances em que se constrói o universo das ruralidades (modos de ser, de fazer, de viver e de cultivar a terra), entendemos que são adotadas estratégias de sobrevivência material, cultural e simbólicas, presentes nas relações de trabalho, sociais e até familiares. Temos, então, um espaço sempre em construção, se adequando, se adaptando às novas demandas desse novo rural, culminando, nesse sentido, no surgimento de novas identidades, que se misturam com antigas identidades, no encontro das relações sociais que passam a ser estabelecidas entre os sitiantes mais antigos e os sitiantes mais novos na região.

Partindo do pressuposto de que as identidades são múltiplas, a discussão em torno da construção de uma identidade rural única torna-se um tanto problemática, principalmente em relação à diversidade de situações e representações que podemos encontrar e pontuar no mundo rural e em suas relações com o mundo urbano, mormente em relação aos atores sociais do Assentamento em estudo neste trabalho que se localiza em área rural, porém muito próximo ao centro urbano e às duas principais cidades da região metropolitana: Rio de Janeiro e Niterói. O rural de São Gonçalo, tão próximo e ao mesmo tempo tão distante da modernização de uma cidade com mais de um milhão de habitantes, não foi empecilho para que as técnicas modernas de trabalho e produção agrícola se misturassem aos saberes e fazeres dos mais antigos; pelo contrário, elas se misturam e contribuem para a construção dessa nova identidade do neorrural. Nesse sentido, ao analisarmos a identidade rural, estabelecida em nosso recorte de trabalho, percebemos uma tradição que permeia as relações entre os sitiantes mais antigos e os mais novos, constituída pela significação da terra enquanto ferramenta de aproximação presente nas relações sociais estabelecidas no Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo, entre famílias e vizinhos.

Outro ponto relevante nas relações estabelecidas diz respeito à dimensão espacial do Assentamento. Ressaltamos que o espaço aqui desenhado não é um simples produto das relações sociais, mas um condicionador dessas mesmas relações que se estabeleceram e se fortaleceram ao ponto de pleitearem a oficialização da condição de assentados junto ao

³⁵ Cópia da Lei 170/2008 em anexo (VIII).

ITERJ. Hoje, mais da metade dos sítiantes possuem o documento oficial de suas terras. Dessa forma, a noção de lugar, neste estudo, relacionado ao espaço rural, mesmo esvaziada pelo processo de modernização, continua sendo importante na vida da maioria das pessoas, uma vez que exerce um sentimento de pertencimento que é mais importante do que o admitido. Assim, podemos entender o lugar como o espaço vivido ou o espaço das lembranças que não se encontra fechado em si mesmo, mas que é algo dinâmico e que permeia as constantes relações materiais e simbólicas, tanto no que diz respeito às relações de poder no sentido concreto de dominação, quanto ao poder mais simbólico presente, por exemplo, nas relações de trocas entre os sítiantes e vizinhos.

Contrariando a visão progressista que aponta para o desaparecimento do rural diante da aproximação de relações com o urbano, percebemos a incorporação dos elementos urbanos ao meio rural, como parte de um progresso e de ressignificações decorrentes justamente das dinâmicas culturais estabelecidas. Entendemos, nesse sentido, que a cultura não é algo estático, engessado, mas perfeitamente dinâmico e em constante mutação. O neorrural procura a tranquilidade das áreas campesinas, mas não deseja abrir mão de algumas “benesses” da cidade grande. Desse modo, ocorre não uma dominação do urbano sobre o rural, mas uma influência mútua sem que se implique, assim, a “perda” de identidade, mas que se criem novas identificações urbanas e rurais. Percebemos isso nas relações estabelecidas entre os assentados que vivem no entorno da Fazenda Engenho Novo, onde existem diferentes narrativas que apresentam variadas representações sobre as experiências vivenciadas pelo grupo e sobre os acontecimentos que, de alguma forma, demarcam a trajetória de vida dos mesmos.

Segundo Moreira, podemos dizer que a ressignificação do rural emerge de:

tensões desse tempo sócio-histórico e da densificação da consciência em setores e camadas do campo hegemônico [...]. A passagem de uma imagem do rural como agrícola para um rural como natureza e como modo de vida saudável expressa tensões de diversos âmbitos societários [...]. (2012, p. 251)

Atualmente, a vida no campo em detrimento da vida na cidade vem se tornando cada vez mais uma opção voltada para a qualidade de vida. Apesar de alguns conflitos, por vezes existentes entre os mais antigos e os que vêm de fora, ser rural é uma escolha voltada cada vez mais para as questões relacionadas com a segurança e à tranquilidade encontradas no campo, onde o rural deixa de ser representado apenas por sua relação de imagem agrícola, traduzida pelas plantações e pelas criações de animais, para ser uma imagem de rural ligada à natureza e à paz cada vez mais distantes das áreas urbanas. Outro ponto relevante e que observamos como uma das características deste indivíduo é que, além das relações com a terra, os neorrurais também possuem uma relação com os produtos dessa terra, o alimento ganha representatividade, sendo, assim, visto como um produto diferenciado e especial. São, em boa parte, gêneros alimentícios originários de uma produção orgânica ou artesanal, enfim, são produtos tidos e vistos como mais saudáveis e que acabam sendo de alguma forma privilegiados, ganhando assim espaço competitivo nas feiras e nos grandes mercados. Além do cultivo de alimentos livres de agrotóxicos, uma outra característica que observamos no neorrural diz respeito à preocupação existente na relação entre o homem e o meio ambiente, buscando, dessa forma, modos de cultivo menos agressivos e pautados normalmente nos aspectos ligados à sustentabilidade, objetivando que homem e natureza vivam de certa forma em equilíbrio. Carneiro (1998) identifica as novas identidades rurais como produto das novas relações campo-cidade configuradas por uma revalorização da natureza. A associação do rural com a natureza está diretamente ligada à qualidade de vida no que diz respeito à tranquilidade

e à segurança, presentes nas especificidades do modo de ser, viver e perceber o espaço rural. Por isso o indivíduo fruto da urbanidade contemporânea tende cada vez mais a revalorizar a vida no campo, a produção de alimentos mais saudáveis, assim como os patrimônios naturais e culturais presentes nessas áreas.

2.1 – O Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo e suas redes sociais

Utilizaremos aqui a noção de redes como estrutura e dinâmica das redes de comunicação e seus agentes diretos (Associação dos Produtores e Trabalhadores Rurais de São Gonçalo, Sindicato dos Trabalhadores e Produtores Rurais de São Gonçalo e algumas entidades presentes na região – EMATER-RJ, ITERJ, dentre outros). Enfatizamos que não utilizaremos aqui a noção de redes de forma ampla e complexa, o que seria, sem dúvidas, de grande relevância, mas que não é a aspiração de alcance desta dissertação. Nos deteremos assim, na noção de redes necessárias apenas para o entendimento das relações existentes entre alguns dos atores sociais e as entidades presentes no Assentamento.

O Assentamento estudado teve origem a partir da desapropriação, em 1993, pelo Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro – ITERJ, das terras da antiga Fazenda Engenho Novo, patrimônio histórico-cultural com relevante significação para os moradores da região. A área transformada em assentamento rural abriga atualmente 147 pequenas propriedades rurais e também o sítio arqueológico da Fazenda. Desse total, 80 famílias já possuem o título da terra.

Durante anos, a região foi negligenciada pelo ITERJ e pela Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca; mas, a partir de 2008, a situação começou a mudar, e a Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca tornou a voltar os olhos para a região, trazendo consigo o ITERJ e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro – EMATER-Rio³⁶. Com a atuação do poder público o Assentamento começou a respirar novos ares e a receber diversos projetos de beneficiamento aos pequenos produtores rurais.

Somando-se a esse novo interesse do poder público para com as terras da Fazenda, seu patrimônio e seus moradores, o Ministério Público de São Gonçalo, município onde a Fazenda está situada, através da promotora Dr^a. Renata Neme, instaurou um processo intimando³⁷, em 2011, o Governo do Estado, representado pelo ITERJ, a tomar providências em caráter de emergência em relação ao estado de abandono do conjunto arquitetônico da Fazenda Engenho Novo. Em resposta ao processo acima citado e também por medida preventiva, foram feitas obras emergenciais que acabaram por descaracterizar por completo a sede da Fazenda³⁸, demonstrando mais uma vez a negligência do ITERJ, responsável pela área, e do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC, responsável pelo tombamento.

³⁶ A aproximação do ITERJ com o Assentamento deve-se ao fato de haver no Ministério Público de São Gonçalo um extenso processo, inclusive, com vários volumes a respeito do descaso e abandono em que foram deixados os conjuntos arquitetônico e paisagístico da Fazenda.

³⁷ Documento em anexo (IX).

³⁸ Para maior esclarecimento ver: GODOY, Karla Estelita; AZEVEDO, Cristiane Valladares de. Hacienda Engenho Novo: el destino de un bien patrimonial delante de las intervenciones y cambios producidos en su territorio, a partir de políticas de preservación y de incentivo al turismo. In: 2º Colóquio Internacional RIGPAC “PAISAJE CULTURAL URBANO E IDENTIDAD TERRITORIAL – Una aproximación a las relaciones entre diversidad cultural y bien patrimonial”. Anais... Florença-Itália, 2012.



Fig.18



Fig.19

Fig. 18 – Acima Casa Grande da Fazenda Engenho Novo – 1997 e abaixo a mesma casa após a “restauração” – 2012. De igual modo a Fig. 19 – demonstra que nos fundos da casa também não houve preocupação em manter a arquitetura, já que todas as janelas foram suprimidas.

Fonte: Acervo da pesquisa.

As duas primeiras imagens (fig. 18), comprovam de forma clara que não houve nenhum tipo de preocupação no processo ou na técnica de restauro utilizados durante as obras emergenciais realizadas na sede da Fazenda. Observamos nas imagens seguintes (fig. 19) que nada foi seguido no que diz respeito a manter os traços arquitetônicos da antiga sede da Fazenda Engenho Novo, que encontram-se documentados nessas fotografias. As imagens aqui utilizadas ganham um papel de denúncia, uma vez que demonstram o real descaso, apesar de a obra ter sido uma exigência em caráter emergencial do Ministério Público de São Gonçalo, dos órgãos envolvidos, nesse caso, o ITERJ, como proprietário, e o INEPAC, como responsável pelo tombamento.

Com a revitalização da região, alguns dos assentados se organizaram a partir da Associação dos Produtores Rurais Assentados da Fazenda Engenho Novo³⁹ e do Sindicato dos Produtores e Trabalhadores Rurais de São Gonçalo⁴⁰ recebendo, assim, assistência técnica em suas propriedades. A comercialização dos produtos originados nas pequenas propriedades e no lote 32⁴¹ é feita no comércio local, na Feira dos Produtores Rurais e também utilizada para alimentação de aves, gado e cabras. A Feira do Produtor Rural acontece diariamente no bairro de Alcântara. Atualmente são cerca de sete tabuleiros, mas nem todos os vendedores são produtores rurais. O nome dado à feira permanece até os dias atuais, mas ela passa por um processo contínuo de transformação. Os produtos comercializados nem sempre são os produzidos no município. Um caso exemplar é o do Sr. Antônio “da Feira”, como é conhecido, que possui uma barraca na citada feira onde comercializa desde o queijo

³⁹ A Associação dos Produtores Rurais Assentados da Fazenda Engenho Novo surgiu a partir de uma exigência do ITERJ para firmar os convênios e as parcerias com os sítiantes assentados.

⁴⁰ Disponível em: <http://str-saogoncalo.blogspot.com.br/p/imagens_21.html>. Acesso em: 02 de julho de 2013.

⁴¹ Área onde se encontra a sede da Fazenda Engenho Novo.

produzido no Sítio Santa Clara, até polvilho industrializado utilizado para o preparo da tapioca. Além disso, encontramos barracas vendendo maçãs, peras e outros frutos e leguminosas que não são produzidos na área rural de São Gonçalo.

Segundo o Sr. Onofre Pereira, proprietário do Sítio Girassol, presidente do Sindicato Rural⁴² e da Associação dos Produtores Rurais Assentados da Fazenda Engenho Novo, inicialmente a feira tinha como foco apenas o escoamento da produção de alguns assentados e também a divulgação da área rural do município, algo que mudou nos últimos anos, mesmo considerando-se que a feira não comercializa apenas os produtos do Assentamento, mas da área rural de São Gonçalo como um todo. A sindicalização ou o vínculo com a Associação não são obrigatórios, mas os sitiantes que possuem este vínculo possuem alguns benefícios como, por exemplo, participação nos projetos agrícolas, recebimentos de moirões e arame para cercar a propriedade, mudas para novos plantios, etc. As mudas, os moirões e o arame são fornecidos pelos ITERJ, e o controle de distribuição junto aos produtores rurais é feito pelo Sindicato e pela Associação. Apenas os sitiantes inseridos no Assentamento e que estejam produzindo podem ser contemplados, embora a condição de assentado não seja uma exigência para fazer parte do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Gonçalo. O Sindicato também atua auxiliando os trabalhadores rurais mais antigos em questões relacionadas à comprovação da categoria de produtor rural para requerimento de aposentadoria junto ao Instituto Nacional da Previdência Social. Para participar da Feira do Produtor Rural, não há uma obrigatoriedade de estar vinculado à Associação ou ao Sindicato, mas é necessário fazer o cadastro junto à Secretaria de Agricultura e Pesca do município.



Fig. 20 – Feira do Produtor Rural – julho 2006. Centro de São Gonçalo.

⁴² O Sindicato dos trabalhadores rurais de São Gonçalo foi fundado em 11 de junho de 1963. Desde meados dos anos 2000, a direção do Sindicato e da Associação é feita pelo Sr. Onofre Pereira. O Sindicato é composto por vários produtores rurais do município, não apenas pelos assentados no entorno da Fazenda Engenho Novo; entretanto sua diretoria é formada pelos produtores rurais do entorno da Fazenda. Acreditamos que isso se deve ao fato de a região de Monjolos ter atualmente maior representatividade em relação à área rural do município.



Fig. 21 e Fig. 22 – Feira do Produtor Rural – janeiro 2014. Alcântara – SG.
Fonte: Acervo da Pesquisa.

A Associação dos Produtores Rurais Assentados da Fazenda Engenho Novo tem por objetivo a gestão dos interesses do pequeno produtor rural e o cultivo de suas propriedades com o incentivo e a participação do Governo do Estado do Rio de Janeiro representado pelo ITERJ. Além disso, a Associação também articula os convênios do Assentamento com o ITERJ, presta assistência e orientação aos produtores rurais do município em relação ao cultivo da terra, levantamento de crédito/financiamento, aposentadorias, etc. As reuniões mensais dos membros da Associação dos Trabalhadores e Produtores Rurais da Fazenda Engenho Novo foram retomadas⁴³ e, desde então, acontecem toda primeira segunda-feira de cada mês na sede da Fazenda com um número significativo de participantes. Os pequenos produtores rurais voltaram a acreditar no potencial da região e de suas terras. Para fortalecer essa Associação, criou-se uma mensalidade no valor de R\$ 30,00 (trinta reais), com o acordo de todos ou, pelo menos, da maioria dos associados, mas o índice de inadimplência ainda é alto porque, apesar de ser um valor pequeno, alguns produtores acabam por utilizar o valor da taxa para suprir necessidades pessoais.

A participação nos projetos e nos chamados mutirões de plantio trouxe novas expectativas para a área rural de São Gonçalo. A própria reforma da Fazenda, ainda que tenha descaracterizado totalmente o conjunto arquitetônico, possibilitou o retorno dos produtores ao ponto inicial do Assentamento. A partir da reconquista desse espaço e do recebimento do título de posse da terra, os produtores voltaram a ter interesse em participar das reuniões e dos eventos que envolvem a Fazenda. Entendemos este retorno à sede da Fazenda como uma ação de fortalecimento da identidade coletiva, uma relação significativa de pertencimento, uma vez que a sede com seu conjunto arquitetônico, ainda que em ruínas, foi o ponto inicial do Assentamento e da história de vida de muitos dos atores sociais presentes neste estudo.

Segundo Le Goff (1924), podemos dizer que o conjunto arquitetônico e paisagístico da Fazenda Engenho Novo pode ser interpretado como monumento-documento, uma vez que o conjunto arquitetônico e paisagístico tombado nos deixa um legado. A construção, ainda que em ruínas, traduz uma época em que a Fazenda com sua produção teve grande contribuição no que diz respeito ao crescimento da freguesia e posteriormente da cidade de São Gonçalo. O patrimônio cultural e natural, neste caso, funciona não apenas como forma de registro dos áureos tempos de uma grande Fazenda produtiva, mas também como registro do abandono do poder público e do estado de arruinamento em que chegou a sede da Fazenda. Arruinamento que não omite, mas que traz à tona o descaso e a negligência a que a área da Fazenda Engenho Novo foi entregue durante anos. Um documento que traz em suas marcas e em sua

⁴³ As reuniões não chegaram a ser paralisadas no todo, mas, até meados dos anos 2000, devido à falta de perspectivas para a região, o número de participantes nessas reuniões, que não aconteciam com a frequência atual, era bem reduzido.

paisagem o registro da história não apenas do município de São Gonçalo, mas também, do Brasil.

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. (LE GOFF, 1924, p. 42)

Entendemos, assim, que a sede da Fazenda é um instrumento dinamizador das memórias, justamente ela, que impulsiona o discurso de diversos sítios e moradores da região, principalmente os mais antigos. A dinâmica provocada em cada memória que é reavivada a partir das falas dos diversos atores sociais envolvidos nesse processo traz informações não apenas de um passado distante, mas também de acontecimentos remotos de onde cada um deles tira suas percepções, fazendo, assim, uma leitura dos acontecimentos por eles testemunhados ao longo dos anos. No século XX, a ideia de documento amplia-se para todo tipo de testemunhos sobre a ação do homem além da palavra escrita e, por isso, muitos monumentos são eleitos como documentos que retratam um estilo, um modo de viver, uma técnica de produção, ligados a uma determinada época ou a um determinado núcleo social. Até então, os monumentos eram vistos apenas como objetos (obra arquitetônica, maquinários, dentre outros) “legados à memória coletiva”, o objeto presente que testemunha um passado, traduzindo desse modo, formas de viver, formas de trabalho e formas de expressão. Segundo Le Goff, os documentos tornaram-se tanto o objeto privilegiado da história, ou seja, aquilo que se deseja lembrar, que perpassa o tempo e atinge não apenas as gerações passadas, mas também as futuras em relação a tudo que é recolhido e acumulado pela memória coletiva de um grupo. Daremos destaque a respeito dessa discussão no capítulo 3 deste trabalho, ocasião em que estabeleceremos um diálogo entre patrimônio e alguns suportes de memória.

2.2 – Agricultura familiar e as Redes sociais no Assentamento

Os indivíduos estão vinculados a múltiplas redes, regidas por princípios econômicos e não econômicos que influenciam, de diferentes maneiras, as suas ações. (SCHMITT, 2011, p. 97).

Ao considerarmos a agricultura como uma construção social, cuja organização prática depende dos atores envolvidos, toda pesquisa realizada sobre o modo de cultivar os campos é uma pesquisa social, e, como tal, acaba se tornando um objeto histórico, cujo resultado encontrado é fruto de uma sociedade existente em determinado espaço, com configuração totalmente específica (CAMARGO, 2012). É nessa comunidade específica – em que vive o presente sob as marcas do passado registradas nas ruínas da Fazenda Engenho Novo, projetando, porém, um futuro alicerçado na revitalização das ruínas, na prática da agricultura familiar e no desenvolvimento da atividade turística sustentável – que procuramos entender a importância da memória e dos relatos orais na construção e no fortalecimento da identidade local.

Segundo Van Der Ploeg (2014), para compreendermos a agricultura familiar, devemos considerar aspectos que envolvem mais do que a propriedade e o trabalho. As pequenas propriedades rurais desempenham a função não apenas de geradoras de renda com a venda da produção, mas também de geradora de alimentos para o abastecimento das famílias dos produtores. Sendo assim, entendemos que a pequena propriedade rural não é somente um lugar de produção, mas é também o lar da família, o local onde os amigos e vizinhos se encontram para trocar experiências e ideias. O local das festas e dos encontros de família e

amigos nos almoços de domingo.

Observamos, no Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo, que a agricultura familiar ainda desempenha o papel de elo entre presente, passado e futuro, pois cada uma dessas pequenas propriedades, representadas por seus proprietários, possui uma história própria cheia de vínculos de memória com a região, inclusive com a história da Fazenda Engenho Novo e com o desenvolvimento e a resistência da agricultura familiar em São Gonçalo. São famílias e gerações que permaneceram na Fazenda e que conquistaram o título de suas terras e reafirmaram a condição de área rural do município de São Gonçalo.

A agricultura familiar e a produção orgânica praticadas no Assentamento vêm despertando o olhar da mídia para os agricultores familiares⁴⁴ da região. Recentemente (2013) o Assentamento e a Fazenda foram notícia em um jornal local de grande circulação em seu caderno suplementar, “Mais São Gonçalo”, do *Jornal Extra*:

Agricultura Orgânica em São Gonçalo. Lucro na palma da mão: agricultores de Monjolos veem a produção e as vendas crescerem com o orgânico. Produtores da Fazenda Engenho Novo, em Monjolos, comemoram o sucesso do cultivo orgânico no assentamento. (Caderno “Mais São Gonçalo”, 30 de outubro de 2013, p. 4-5)

A reportagem publicada no caderno suplementar do *Jornal Extra*, que tem por título “*Lucro na palma da mão*”, aborda as questões da Agricultura familiar no município de São Gonçalo, mais especificamente na região de Monjolos, bairro onde está localizado o Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo, trazendo também as questões da adubação orgânica utilizada nas plantações dos produtores rurais entrevistados⁴⁵. Apesar da reportagem ter como gancho principal as questões da produção de orgânicos, acreditamos que há controvérsias, uma vez que não podemos generalizar e enquadrar toda a produção da região como de orgânicos. Entendemos que alguns produtores utilizam-se de algumas práticas da agricultura orgânica, entretanto não há um número significativo, se levarmos em conta o número de propriedades rurais existentes na região em relação à totalidade dos gêneros produzidos na localidade no que diz respeito à agricultura orgânica⁴⁶. Alguns produtores da região têm adotado o cultivo simultâneo de várias culturas, a adubação verde⁴⁷ e o uso

⁴⁴ No enquadramento do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), são considerados agricultores familiares os produtores rurais que atendam aos seguintes requisitos: sejam proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros ou concessionários da Reforma Agrária; residam na propriedade ou em local próximo; detenham, sob qualquer forma, no máximo 4 (quatro) módulos fiscais de terra, quantificados conforme a legislação em vigor, ou no máximo 6 (seis) módulos, quando se tratar de pecuarista familiar; no mínimo 80% (oitenta por cento) da renda bruta familiar deve ser proveniente da exploração agropecuária ou não agropecuária do estabelecimento; o trabalho familiar deve ser a base da exploração do estabelecimento. (BRASIL. Manual do Plano Safra da Agricultura Familiar).

⁴⁵ Em Anexos (X), reportagem na íntegra.

⁴⁶ Segundo o Ministério da Agricultura, na agricultura orgânica não é permitido o uso de substâncias que coloquem em risco a saúde humana e o meio ambiente. Não são utilizados fertilizantes sintéticos solúveis, agrotóxicos e transgênicos.

⁴⁷ “Adubação verde – é uma prática utilizada para a fertilização do solo que consiste no cultivo de determinada planta, normalmente uma leguminosa, gramínea, crucífera e outras com a finalidade de proteger e melhorar o solo. Após determinado período é cortada e deixada sobre o solo ou a ele incorporada ainda verde e não decomposta, promovendo assim o seu enriquecimento com matéria orgânica e nutrientes, principalmente o nitrogênio. Os adubos verdes são de grande importância para a implantação ou para a conversão em um sistema de agricultura orgânica, pois auxiliam na desintoxicação do solo causada por herbicida ou outros produtos químicos. As leguminosas são usadas com mais frequência, pois são importantes fontes de nitrogênio e facilitam sua fixação no solo. As gramíneas são boas fontes de carbono e produtoras de biomassa e as ervas nativas auxiliam a reciclagem de nutrientes e a preservação do ecossistema”. (ORMOND, 2006, p. 16 *apud* QUEIROZ, 2014, p. 33)

responsável do solo, que são fatores presentes na agricultura familiar e orgânica, mas que, em nosso entendimento, não são o suficiente para generalizar uma área extensa como a do Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo (740 ha) denominando toda sua produção como orgânica. De acordo com o Ministério da Agricultura⁴⁸, para ser orgânico,

O produto tem que ser produzido em um ambiente de produção orgânica, onde se utiliza como base do processo produtivo os princípios agroecológicos que contemplam o uso responsável do solo, da água, do ar e dos demais recursos naturais, respeitando as relações sociais e culturais.
(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA)

No Brasil, nos últimos anos, tem crescido a oferta de alimentos “orgânicos”, apresentados pelo mercado como uma alternativa de alimentação mais saudável. Segundo Queiroz (2014, p. 31), a não utilização de agrotóxicos é um elemento de grande apelo, visto que o discurso referente à preocupação com a melhoria da saúde e qualidade de vida é cada vez mais difundido e privilegiado. Entretanto o alimento livre da adição de agrotóxicos e fertilizantes químicos de origem industrial em seu cultivo não garante por si só a sua condição de orgânico, justamente porque as áreas vizinhas ainda fazem uso da pulverização. Outro ponto relevante e extremamente importante, principalmente em relação ao pequeno produtor rural, diz respeito ao valor agregado e diferenciado que estes produtos ganham nos supermercados e nas feiras de produtos orgânicos. A produção orgânica pode inclusive trazer novas oportunidades para a agricultura familiar desenvolvida no Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo, valorizando, desse modo, o pequeno produtor rural e a agricultura familiar praticada na região e no entorno da Fazenda Engenho Novo. Para Queiroz (2014), o cultivo de alimentos na agricultura orgânica representa uma oportunidade para pequenos produtores que não dispõem de grandes extensões territoriais e que possuem poucos recursos financeiros. A produção de orgânicos em pequena escala necessita de pouco investimento, em função de não necessitar da aquisição de insumos e utensílios de alto valor. E, além, disso, no caso dos produtores rurais assentados na Fazenda Engenho Novo, ainda há um facilitador, que é o auxílio da patrulha mecânica (doada pelo ITERJ) que viabiliza o preparo da terra sem que o pequeno produtor tenha necessidade de dispor de uma grande quantia para adquirir maquinários.

⁴⁸ Disponível em: <www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos/o-que-e-agricultura-organica>. Acesso em: 17 de dezembro de 2014.



Fig. 23 – João Batista, produtor rural de Monjolos – São Gonçalo/RJ.
Fonte: *Jornal Extra*.

A Lei N.º 10.832, de 23 de dezembro de 2003⁴⁹, dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências:

Art. 1.º Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente.

§ 1.º A finalidade de um sistema de produção orgânico

I – a oferta de produtos saudáveis isentos de contaminantes intencionais;

II – a preservação da diversidade biológica dos ecossistemas naturais e a recomposição ou incremento da diversidade biológica dos ecossistemas modificados em que se insere o sistema de produção;

[...]

VI – a reciclagem de resíduos de origem orgânica, reduzindo ao mínimo o emprego de recursos não-renováveis;

Tendo como base a Lei Brasileira de Orgânicos em seu artigo 1.º, observamos que um dos interesses da Associação dos Produtores Rurais tem por base o inciso I da referida Lei que é justamente a produção de alimentos saudáveis e de qualidade, possibilitando, assim, não apenas a venda de um produto diferenciado no comércio local, mas também o ingresso no

⁴⁹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.831.htm>. Acesso em 17 de janeiro de 2015.

Programa de Merenda Escolar que privilegia produtos da agricultura familiar. A ideia é ter uma produção cada vez mais diferenciada livre de agrotóxicos e de outros agentes. Além da qualidade na alimentação, o produto orgânico possui valor agregado em sua comercialização beneficiando o pequeno produtor rural, principalmente quando ele consegue comercializar sua produção diretamente com o consumidor final.

A Agricultura Orgânica tem crescido nos últimos anos e o fato de não utilizar agroquímicos no processo produtivo resulta em alimentos considerados mais saudáveis, e, assim, conquista consumidores mais exigentes e preocupados com questões como saúde e bem-estar, em conformidade com o contexto atual em que há um discurso vigente de valorização de aspectos relacionados à promoção da saúde humana e conservação do meio ambiente. (QUEIROZ, 2014, p. 27).

De acordo com o Sr. Onofre Pereira, a ideia inicial era a de que a produção dos sítiantes fosse capaz de fornecer subsídios para abastecer não apenas o comércio local, mas que parte da produção fosse adquirida pelo Programa de Merenda Escolar, atendendo, assim, as escolas públicas e as creches comunitárias do município, como prevê a Lei Federal 11.947/2009, em seu Artigo 2º no inciso V, que nos diz o seguinte:

o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e **preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais**, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos.

A produção de alimentos na agricultura orgânica, além de se preocupar com as questões diretamente ligadas ao bem-estar do ser humano, a partir da ingestão de alimentos livres de agrotóxicos e, portanto, mais saudáveis, também encontra-se relacionada com o modo de produção pautado nas relações de respeito ao meio ambiente e de sua preservação para gerações presentes e futuras como um todo. Conforme Penteado (2003):

Agricultura Orgânica é um sistema não convencional de produção agrícola, de cultivo da terra, baseado em princípios ecológicos. Estes princípios básicos ecológicos de atuação abrangem o manejo dos recursos naturais e do solo, a nutrição vegetal, a proteção das plantas, a comercialização e o processamento dos alimentos e os direitos socioeconômicos dos produtos e trabalhadores rurais. (*apud* QUEIROZ, 2014, p. 26).

A partir de entrevista com os sítiantes, com destaque para a fala do Sr. Onofre Pereira, observamos que os impactos esperados pela agricultura orgânica são, fundamentalmente, o aumento significativo na renda dos produtores rurais, uma vez que as escolas seriam “obrigadas” a comprar diretamente dos produtores. Segundo dados da Lei Federal 11.947/2009, 30% dos recursos destinados à merenda escolar devem ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios, comprados diretamente da agricultura familiar, priorizando os assentamentos da reforma agrária.

O alunos e funcionários da rede escolar abastecida com os produtos do assentamento teriam acesso a um alimento fresco e de qualidade produzidos no mesmo município de suas escolas. Consequentemente poderia ser feito um trabalho junto aos alunos e funcionários das escolas de divulgação da área rural e de valorização da produção agrícola do município. Entretanto todo o processo para estabelecer um convênio entre o governo e os sítiantes

esbarra no fato de que muitos produtores rurais não acreditam que a venda para a merenda escolar seja algo seguro em relação ao pagamento por parte do poder público. O presidente da Associação relatou que muitos produtores têm medo de comercializar sua produção e não receberem por ela. Ele também afirma, apesar da reportagem, que o Assentamento ainda não tem uma produção suficiente para suprir a demanda de todas as escolas do município.

Em meio aos desafios e às preocupações em relação ao pagamento por parte do governo, em agosto de 2014, foram entregues as primeiras remessas de hortaliças produzidas pelos sítiantes Onofre Pereira e João Batista, destinadas à merenda escolar da Escola Estadual Alecrim, localizada no entorno do Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo.



Fig. 24 – Sr. Onofre Pereira e uma das merendeiras da Escola Estadual Alecrim.
Fonte: Disponível em: <<http://str-saogoncalo.blogspot.com.br/>>



Fig. 25 – Sr. Onofre Pereira, Sr. João Batista e uma das merendeiras da Escola Estadual Alecrim.
Fonte: Disponível em: <<http://str-saogoncalo.blogspot.com.br/>>

O contato com o campo abriu inúmeras possibilidades de análises em relação a diversos objetos de estudo, entre eles, o modo de ser e viver da comunidade de produtores

rurais, que hoje vivem nas terras da antiga Fazenda. A partir do convívio com os pequenos produtores rurais, foi despertado o interesse de investigação não apenas relativo à dinâmica fomentada pelos vínculos dos sitiantes (principalmente os mais antigos) com o patrimônio material e imaterial, mas também quanto ao desenvolvimento da agricultura familiar na região. O solo sofreu um intenso processo de degradação após anos de retirada indiscriminada da vegetação original, monocultivos sucessivos e manejo que não previa medidas conservacionistas, o que ocasionou diversos problemas, entre eles, a queda de produção da região, devido ao enfraquecimento do solo⁵⁰. Outro fator que contribuiu bastante ao empobrecimento do solo foi a retirada ilegal de areola, como uma estratégia para geração de renda por parte de alguns moradores; além disso, alguns sitiantes também se utilizaram das queimadas como uma forma de *limpeza* de suas terras. Apesar de limparem a terra (camada superficial) para um novo plantio, já sabemos, a partir de inúmeras pesquisas⁵¹, que as queimadas sucessivas acabam por acarretar um empobrecimento do solo, além de ocasionar um possível “extermínio” de vários tipos de organismos presentes na fauna e na flora da região. De acordo com o coordenador substituto de Manejo Sustentável dos Sistemas Produtivos da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Luiz Novais de Almeida⁵², a queimada ainda é uma prática comum entre muitos agricultores, principalmente entre os de menos recursos financeiros. No entanto usar o fogo com esses objetivos não traz nenhum benefício ao produtor. Pelo contrário. Essa prática causa danos ao solo e aos demais recursos naturais. Lembramos que o fogo não deixa de ser um instrumento de manejo, mas o Ministério da Agricultura e do Abastecimento engajou-se, de forma proativa, na redução das queimadas no Brasil, entendendo que as mesmas trazem mais danos do que benefícios.

Mesmo com dificuldades, aos poucos, a região vem retomando sua condição de área rural produtiva, com atividades voltadas à agricultura familiar e à pecuária leiteira. A pecuária leiteira⁵³ é desenvolvida na região principalmente nos Sítios Girassol e Santa Clara; e parte do leite é vendido na própria propriedade e em uma sorveteria da região, o restante é usado na produção de queijo do tipo frescal, vendido no comércio local, na Feira do Produtor Rural e diretamente nas propriedades produtoras. Um queijo do tipo frescal produzido artesanalmente na região custa em torno de R\$ 8,00 a R\$ 10,00.

⁵⁰ Com ajuda de técnicos da EMATER-Rio, os produtores rurais vêm implantando medidas de correção do solo, por meio de reflorestamento e da aplicação de calcário para corrigir a acidez.

⁵¹ De acordo com a EMBRAPA, as queimadas podem ocasionar o empobrecimento do solo, poluição, destruição de redes de eletricidade e cercas, acidentes rodoviários. Todos os anos estes e outros reflexos das queimadas causam prejuízo para o Brasil. O Governo Federal, ciente desses problemas, tem desenvolvido, em parceria com diversas instituições públicas e privadas, uma série de ações, procurando minimizar as consequências do uso das queimadas. A Embrapa dispõe de várias tecnologias que, se devidamente usadas, e com apoio governamental, podem reduzir de forma expressiva a prática das queimadas como instrumento de manejo, trazendo benefícios ao meio ambiente e à sociedade. Disponível em: <<http://www.preveqmd.cnpem.embrapa.br/cartilha.htm>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2015.

⁵² Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2012/08/queimadas-agricolas-provocam-prejuizos-ao-solo-e-a-producao>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2014.

⁵³ Criação de gado com objetivo de produção de leite.



Fig. 26 – Pecuária Leiteira e produção de queijo tipo frescal nos Sítios Santa Clara e Girassol.
Fonte: Acervo da pesquisa.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), a mandioca e a cana-de-açúcar foram os principais produtos agrícolas das lavouras do município de São Gonçalo em 2008, com uma produção de 385 e 300 toneladas, respectivamente. O município cultiva ainda coco da baía, laranja, maracujá, manga, limão, banana, tangerina e caqui.

Por meio de uma parceria entre a Prefeitura Municipal de São Gonçalo, o ITERJ, a EMATER-Rio, a Associação dos Produtores Rurais Assentados da Fazenda Engenho Novo e o Sindicato dos Produtores e Trabalhadores Rurais de São Gonçalo, foram implantados no Assentamento diversos projetos de técnicos da EMATER-RJ com objetivo de beneficiar o Assentamento e torná-lo um assentamento modelo para os demais assentamentos do ITERJ. Para receber maquinários e insumos do ITERJ, dando, assim, andamento aos projetos, os assentados assumiram o compromisso de reflorestar pelo menos 30 mil metros quadrados da área pertencente à Fazenda Engenho Novo que ocupa uma área total de 7,5 km². Segundo Mayumi Sone, presidente do ITERJ, está sendo feito um reflorestamento de 350 mudas de espécies em extinção, inclusive de pau-brasil, nas áreas próximas aos rios. Dentre os projetos implantados na região os de mais destaque são:

Galinha Caipira: o projeto foi trazido pela EMATER-RJ, a partir de um curso de motivação para verificar o real interesse de participação dos sitiantes. Após o curso, os produtores interessados visitaram uma unidade produtiva em Maricá, para entenderem o real funcionamento do projeto. A EMATER-RJ em parceria com a prefeitura de São Gonçalo-RJ compra os pintinhos e a ração suficiente para alimentá-los até que estes cresçam e comecem a colocar os ovos. O início da postura é considerado como certa independência dos produtores para dar prosseguimento ao projeto. Ressaltamos que o galinheiro é montado com recurso próprio dos produtores nos moldes indicados pelos técnicos da EMATER-RJ.

A produtora Luciá Teixeira Brasileiro, proprietária do Sítio Carvalho de Justiça, foi uma das contempladas com o projeto. Ela recebeu 60 frangas e suprimento suficiente para criá-las até que começassem a postura. Segundo D. Luciá, o mais importante da parceria são as técnicas que os produtores aprendem. Ela diz: *“eu junto resto de cana, cascas de ovos e restos de frutas e deles faço adubo. Faço também um sistema de irrigação onde covas retêm água para melhor atender cada parte do solo.”*



Fig. 27 – Sítio Carvalho de Justiça – Acervo da pesquisa. Setembro de 2013. Galinheiro preparado para o Projeto.

Cana Forrageira⁵⁴: A necessidade de melhorar a produção de leite levou os produtores da microbacia Rio da Aldeia, em São Gonçalo, a buscarem uma alternativa para enriquecer a alimentação do gado: o cultivo de cana forrageira. O Sítio Santa Clara de propriedade do Sr. Antônio Carlos Ferreira foi a primeira propriedade a ser beneficiada com o projeto da cana forrageira. Segundo o Sr. Onofre Pereira, o Sr. Antônio disponibilizou 1 (um) hectare de sua propriedade para receber o projeto. A área foi preparada em mutirão a ser dividida em 4 (quatro) fatias. Houve um envolvimento significativo dos vizinhos, e algumas mudas foram distribuídas ao assentamento de Magé – que também pertence ao ITERJ –, e as sobras foram negociadas com propriedades rurais de cidades vizinhas, sendo a renda repassada à Associação.

O plantio em mutirão foi de 7 (sete) toneladas, feito em um único dia, gerando uma colheita de 80 (oitenta) toneladas.

⁵⁴ A técnica, já incentivada pelo Rio Rural no norte e no noroeste fluminense, está sendo experimentada na propriedade de Antônio Carlos Ferreira, no Assentamento Rural do Engenho Novo, em Monjolos. O cultivo é uma alternativa para a alimentação das vacas, principalmente na época da seca, já que nesse período há uma expressiva diminuição do pasto. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/seapec/exibeconteudo?article-id=789695>>. Acesso em: 15 de novembro 2013.



Fig. 28 – Fonte: Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

A produção de cana forrageira tem contribuído para o aumento da renda familiar com a venda da matéria-prima no comércio local (lanchonetes) e de seus derivados, tais como o melado produzido por um dos sítiantes da região, o aproveitamento do bagaço para alimentação bovina, etc.

Palmito Pupunha: o projeto é patrocinado pelo ITERJ que atua como responsável pela compra de mudas. Assim como o projeto da Galinha Caipira, o do Palmito Pupunha também oferece um curso aplicado por técnicos da EMATER-Rio, com finalidade de motivar os produtores rurais e também de verificar o real interesse em participação no projeto. Os produtores participantes, entre eles, a Sra. Lucía Teixeira Brasileiro, proprietária do Sítio Carvalho de Justiça, visitaram uma unidade produtora em Silva Jardim – RJ. Nesse projeto, o produtor rural prepara a área com orientação técnica para a recuperação do solo e adubação das covas de plantio. Um dos objetivos do projeto é também utilizar o plantio da espécie pupunha como uma estratégia para o reflorestamento da região. De acordo com o Sr. Onofre, a primeira colheita iniciará no final de 2014, cerca de dois anos após o plantio das primeiras mudas.



Fig. 29 – Pupunha crescendo junto ao guando. Sítio Carvalho de Justiça.
Acervo da pesquisa – setembro de 2013.

Mecanização Agrícola: projeto de gerência do ITERJ. Segundo o presidente da Associação dos Produtores Rurais Assentados da Fazenda Engenho Novo, o projeto de mecanização é fundamental para articular a produção rural do Assentamento. Com as máquinas é possível preparar a terra em apenas um dia, o que seria equivalente a 10 dias de mão de obra sem a mecanização. Viabiliza o preparo da terra e o plantio de forma mais rápida e até mesmo econômica.



Fig. 30 – Entrega da patrulha mecanizada.
Fonte: Acervo da pesquisa.

No total, os agricultores receberam 25 mil mudas de pupunha (espécie de palmeira que também ajuda no reflorestamento), 75 toneladas de cana-de-açúcar, e oito mil mudas de frutas (laranja, manga, limão, caju e tangerina), além de sementes de milho. Entendemos que esses projetos intermediados entre o ITERJ e a Associação dos Produtores Rurais Assentados da Fazenda Engenho Novo são os grandes responsáveis pelas redes atuais de relacionamentos e, inclusive, pelos movimentos de valorização da memória e da história do lugar. As relações sociais aqui estabelecidas são fruto dos diversos projetos implantados na região em que o patrimônio natural e cultural não se opõe, mas caminham juntos.

A noção de rede definida, fundamentalmente, como “um conjunto regular de contatos

ou conexões similares entre indivíduos ou grupos” (SWEDBERG e GRANOVETTER, 1992, p. 9 *apud* SCHMITT, 2011, p. 97) aparece frequentemente associada à ideia de estrutura. Para Granovetter, nenhum fenômeno social pode ser analisado sem que seja considerada sua imersão em redes de relações sociais (GRANOVETTER, 1990, p. 15 *apud* SCHMITT, 2011, p. 97). Sendo assim, os indivíduos encontram-se vinculados a múltiplas redes que podem ser regidas por princípios econômicos ou não, mas que de alguma forma influenciam de diferentes maneiras em suas ações. Segundo Schmitt (2011), a noção de rede vem sendo utilizada nas Ciências Sociais, de múltiplas formas, tornando-se difícil, por vezes, precisar seu real significado e sua contribuição como ferramenta de análise. Com objetivo de melhor exposição das redes sociais estabelecidas no Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo, além da participação em algumas reuniões da Associação para observação *in loco*, lançamos mão de alguns teóricos a fim de obtermos maior embasamento para discussão do tema.

As redes (MAUSS, 2011) aqui entendidas são originadas e constituídas a partir das *relações de troca* de favores ou serviços⁵⁵, mudas, sementes, etc. Para Mauss, tudo é relevante no surgimento de uma obrigação moral coletiva, envolvendo um conjunto de membros da sociedade, obrigações que podem ir desde a troca de mercadorias com valores agregados de um lado, ou a troca de experiências e saberes de outro. No entanto, se pensarmos no estabelecimento de redes, muitos dos atuais assentados as constituíram num passado não tão distante quando ainda eram meeiros da Fazenda. Uma rede antiga mas que, após a venda da Fazenda, gerou uma série de conflitos na região, o que culminou na desapropriação das terras. Ainda em relação às redes, apuramos, junto à Associação, que existem na região duas modalidades claras de agricultores, os que vivem há muitos anos na região e que são resistentes às novas técnicas e aos novos projetos, e os novatos que estão abertos aos projetos e às orientações técnicas. De acordo com o Sr. Onofre Pereira, não existe uma integração por inteiro entre os 147 sítios, mas existem algumas relações pontuais de trocas dos próprios produtos produzidos na região, e de trocas de favores, por exemplo, os plantios em formato de mutirões e também aqueles produtos que são dados ou trocados entre os vizinhos mais antigos como uma forma de agrado ou retribuição/pagamento.

Os novos agricultores (os novatos) são entendidos, assim, como novos atores sociais. Segundo Touraine (1995 *apud* BRANDENBURG, 2010, p. 132), podemos entender como novo ator social aquele que age no sentido de transformar o ambiente em que vive, afirmando-se como sujeito. É justamente isso que percebemos nos agricultores novatos do Assentamento Fazenda Engenho Novo. São pessoas que valorizam o patrimônio cultural da região e que até se dispõem a “*lutar*” por ele, mas que também defendem as novas práticas agrícolas, principalmente as voltadas ao cultivo da terra a partir de práticas ecológicas, entre elas, a adubação verde e a limpeza do solo sem o uso das queimadas. Apesar de alguns conflitos e algumas divergências de pensamento, principalmente em relação às novas técnicas, os assentados se reconhecem nas ruínas da Fazenda e legitimam sua sede como espaço comum para os encontros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Gonçalo e da Associação dos Produtores Rurais Assentados da Fazenda Engenho Novo. O espaço, as ruínas, com todo seu conjunto arquitetônico e paisagístico tornaram-se um lugar de memória daquilo que não se quer esquecer; e são as reuniões mensais realizadas neste espaço que legitimam a posse dessa terra.

⁵⁵ No projeto da cana forrageira observamos um exemplo claro das relações de trocas. Na ocasião da colheita, por exemplo, uma parte da renda foi destinada à Associação dos Produtores e Trabalhadores Rurais da Fazenda Engenho Novo, parte ficou com o proprietário da terra, e as novas mudas originadas da plantação inicial foram distribuídas entre os participantes do primeiro plantio realizado em mutirão.

Segundo Brandenburg (2010, p. 136), a rede explicita um projeto coletivo que, embora tenha como meta a melhoria do rendimento econômico do agricultor, não restringe sua ação ao âmbito da racionalidade instrumental. Sendo assim, entendemos que as redes sociais já identificadas – trocas de favores, serviços, saberes, etc. – podem ser agentes fomentadores da prática da agricultura familiar, tendo em vista que alguns dos projetos implantados (Cana Forrageira, Palmito Pupunha, Galinha Caipira, dentre outros) são executados visando a um beneficiamento por inteiro dos assentados envolvidos direta ou indiretamente. A dinâmica criada por meio dessa rede, criada nos mutirões e que envolve os participantes desde o preparo da terra, plantio e colheita, pode contribuir de maneira significativa à prática da agricultura familiar, à renovação do solo e ao fortalecimento da identidade local. O sistema de mutirão permite que se realize troca de saberes, que podem ser interpretados como saberes técnicos e saberes resultantes da experiência dos agricultores mais antigos.

Redes e atores só “ganham vida”, de fato, através da reconstrução de determinadas cadeias de associações, bem como dos múltiplos processos de tradução que possibilitam a criação e, eventualmente, a estabilização, no tempo e no espaço, e sempre em caráter provisório, dos vínculos estabelecidos no âmbito das redes constituem-se como interações entre indivíduos, famílias, comunidades ou organizações – os agentes não humanos operam fundamentalmente, aqui, como intermediários. (SCHMITT, 2011, p. 104)

De acordo com Schmitt (2011), entendemos que as redes estabelecidas nos inúmeros projetos podem ser instrumentos de defesa da condição de área rural e de detentores de um patrimônio histórico-cultural e natural de real importância ao município de São Gonçalo-RJ. Além de possibilitar uma interação contínua entre os diversos atores sociais envolvidos direta e indiretamente nos projetos. Atualmente, além dos projetos já citados, a região voltou a produzir citros, hortaliças, banana, quiabo, aipim entre outros. A maioria dos sítiantes tem praticado a adubação verde, com o uso do feijão de porco, mucuna⁵⁶, guando, crotalaria⁵⁷ (espécies que fazem reserva de nitrogênio maior do que elas consomem), do *lixo* vegetal, esterco proveniente da criação de bovinos e aves, etc.

⁵⁶ É uma leguminosa anual de verão com hábito de crescimento indeterminado (trepadora). Controla bem o desenvolvimento de ervas daninhas e é má hospedeira de nematóides de galha, cisto e reniforme. Espécie muito rústica indicada para recuperação de solos degradados; é ótima para adubação verde e fixação de nitrogênio. Disponível em: <http://www.pirai.com.br/texto-b42-mucuna_preta.html>. Acesso em: 15 de novembro 2013.

⁵⁷ É uma leguminosa anual de verão, de crescimento muito rápido e vigoroso. É a espécie que produz a maior quantidade de biomassa no menor tempo e, conseqüentemente, fornece nitrogênio em maior quantidade, protege o solo contra os efeitos da erosão [...]. Disponível em: <http://www.pirai.com.br/texto-b27-crotalaria_junca.html>. Acesso em: 15 de novembro 2013.



Fig. 31 – Cultura diversificada e muito *lixo* vegetal para proteger o solo e fornecer resíduos orgânicos. Sítio Carvalho de Justiça – setembro 2013.

As imagens acima são um exemplo do cultivo misto praticado no Sítio Carvalho de Justiça, onde temos em uma mesma área, banana, aipim, e outras espécies. Além de observarmos a questão de várias culturas sendo desenvolvidas simultaneamente, vemos a utilização do lixo orgânico utilizado para enriquecer o solo com alguns tipos de nutrientes presentes naquilo que, quase sempre, descartamos como cascas de frutas, leguminosas e ovos, além de folhas secas da própria vegetação da região.

2.3 – A sazonalidade na agricultura familiar e o surgimento de atividades paralelas

A vivência histórica de precárias condições de produção e de competição nos mercados impõe, atualmente, aos agricultores familiares brasileiros a necessidade de procurarem diversificar as fontes de renda familiar. (MOREIRA, 2007, p. 95)

Para estabilizarem suas condições financeiras, alguns sitiantes recorrem às atividades paralelas ao meio rural e urbano simultâneas à prática da agricultura familiar. Entendemos, nesse caso, atividades paralelas como o emprego de algum membro da família em pequenos comércios da própria região ou fora do município, produção de doces caseiros e algumas atividades de lazer realizadas dentro da própria propriedade.

Entretanto a sazonalidade na agricultura familiar atinge não apenas as pequenas propriedades de forma individual ou isolada, mas também a produção da Associação como um todo. Nos períodos sazonais, o cultivo que geralmente é feito no lote 32 também fica prejudicado, o que acarreta problemas financeiros também para a Associação dos Produtores Rurais da Fazenda Engenho Novo, uma vez que parte da renda do lote 32 é utilizada para os gastos administrativos da Associação, tais como: pagamento de salário, encargos sociais, luz, telefone, internet, além da manutenção da patrulha mecânica, entre outros.

De acordo com o presidente da Associação e do Sindicato Rural, em 2012, a produção de cana e milho, plantados no lote 32 e no Sítio Santa Clara, gerou uma renda de aproximadamente R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) destinada à Associação dos Produtores Rurais da Fazenda Engenho Novo. Mas, em 2013, os primeiros meses foram de chuva e, a partir de março, foram demitidos os operadores dos tratores contratados pela prefeitura municipal, e, além disso, também foi retirado o diesel que era repassado à Associação pela prefeitura. As chuvas, a demissão dos operadores e a retirada do diesel trouxeram dificuldades ao preparo da terra e ao plantio, o que contribuiu para uma produção escassa ocasionando déficit na geração de renda à Associação.

Conforme já mencionado neste capítulo, para cobrir o uso do trator, o produtor que

utiliza os serviços paga um valor simbólico para ajuda no diesel e na diária do tratorista de R\$ 30,00 (trinta reais).

Para suprir algumas demandas causadas pela sazonalidade, alguns sítiantes têm aberto suas propriedades para atividades de lazer. Algumas propriedades rurais vêm incrementando sua renda com a participação em novas atividades econômicas, entre elas, o Turismo Rural e outras atividades de lazer e entretenimento. O meio rural pode ser bem aproveitado para atividades turísticas, desde que sejam planejadas e desenvolvidas a partir de parcerias com a comunidade local. De acordo com o Ministério do Turismo Brasileiro (2010, p. 18), Turismo Rural é o conjunto das atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade. Atualmente, devido ao estresse diário vivido em razão da agitação e da insegurança nos grandes centros urbanos, o segmento de Turismo Rural tornou-se um produto altamente vendável e rentável, em relação à prática da atividade turística. Além disso, a prática do Turismo Rural acaba de alguma forma contribuindo para a preservação do patrimônio histórico de algumas regiões que passaram a desenvolver este segmento, uma vez que parte dele vem sendo desenvolvido em regiões com um número significativo de sedes de fazendas históricas; e isso contribui de alguma forma para o processo de preservação e revitalização de algumas fazendas que, por extinção do ciclo do café, entraram praticamente em decadência, como, por exemplo, as fazendas históricas do Vale do Paraíba (RJ), que encontraram na atividade turística uma alternativa para se estabilizarem financeiramente, transformando suas estruturas rurais em luxuosos hotéis-fazenda, criando assim, novas alternativas de lazer no espaço rural.

A valorização das condições de vida no campo – como lugar onde predomina o “ar puro”, a “simplicidade de vida” e a “natureza”, em oposição à cidade, “cada vez mais poluída pelo crescimento industrial” – exerce um poder de atração sobre a população urbana. (CARNEIRO, 2012, p. 37).

O estresse e as agitações diárias podem contribuir de modo significativo para que cada vez mais os indivíduos se desloquem em busca de lugares com as características do Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo, principalmente por sua proximidade em relação às duas principais cidades da região metropolitana, Rio de Janeiro e Niterói. Seja para suprir uma necessidade criada pela sazonalidade na agricultura ou para complementar a renda familiar, as atividades não agrícolas estão cada vez mais presentes no meio rural. Podemos identificar na região estudada o que Carneiro (2012, p. 39) denomina “novo” rural, ou seja, uma nova configuração do campo a partir da incorporação de outras ocupações que não as especificamente agrícolas aos espaços tidos como rurais. Segundo Antônio Moura *apud* Funary e Pinsky:

[...] a procura por ambientes naturais, litorâneos ou campestres é hoje quase uma obsessão do *homo urbanus*, na verdade uma necessidade física e psicossocial, pressionado que está pela correria do dia-a-dia, o tempo espremido pelas obrigações do trabalho, da família e da mera sobrevivência. (2003, p. 71)

Entendemos assim, que a prática de atividades de lazer no meio rural não é algo novo, fruto apenas do estresse, mas algo que já predomina há muito tempo; épocas, inclusive, em que era comum às famílias mais abastadas possuírem uma casa no campo e outra na cidade. Atividades que hoje são vistas como recreativas ou de lazer, como, por exemplo, andar a cavalo, andar de charrete, é algo que sempre esteve presente no cotidiano do meio rural.

Observamos, assim, que o meio rural só aproveitou o que tinha como parte de seu cotidiano, o lago utilizado para cultivo de peixes para venda ou consumo familiar, por exemplo, foi transformado em pesque-pague, a charrete utilizada como meio de transporte tornou-se um produto a ser oferecido ao visitante/turista; e, assim, vários elementos presentes na vida no campo foram aos poucos sendo transformados em produtos possíveis de serem comercializados pela atividade turística, gerando uma complementação na renda familiar do produtor rural.

No caso de São Gonçalo, as atividades de lazer e recreação exercidas em paralelo com as atividades agrícolas em nada interfeririam na Lei Municipal nº 170/2008. O artigo 4º da referida Lei em seu inciso II diz:

Nas Zonas de Uso Predominantemente Rurais – ZUPR são toleráveis os seguintes usos:

[...]

II – de recreação e lazer.

O Sítio das Mangueiras, por exemplo, além da prática de atividades agrícolas, possui infraestrutura voltada ao aluguel do espaço para festas de aniversários, casamentos, confraternizações, além de receber escolas em alguns projetos didáticos e pedagógicos. O sítio possui salão de jogos, quatro piscinas, três campos de futebol, três salões de festa, área verde, cozinha e banheiros para receber grupos ou para o aluguel do espaço.



Fig. 32 – Sítio das Mangueiras (área verde) e Sítio Girassol (passeio de charrete).
Acervo da pesquisa.

Um dos projetos de maior procura pelas escolas públicas e particulares da região e de cidades vizinhas é o Projeto Pataxó, desenvolvido em parceria com os índios Pataxós da Reserva Coroa Vermelha, localizada em Santa Cruz de Cabrália, nos limites dos rios Mutá e Mutari, alcançando a BR-367, que liga o município a Porto Seguro, Bahia. Durante o projeto, desenvolvido no mês de abril, os índios ficam hospedados no Sítio, onde apresentam parte de sua cultura, representada por suas músicas e suas danças e, além disso, comercializam seu artesanato. O Sr. Jansen Siqueira da Fonseca, proprietário do Sítio das Mangueiras, nos disse que chega a receber 50 escolas durante o mês de abril, o valor cobrado pela visita e o valor repassado aos indígenas não foi declarado. Além de trabalhar com o Projeto Pataxós, existe o Projeto Monteiro Lobato, voltado para crianças das séries iniciais, que são levadas a passar uma tarde no Sítio com os personagens do Sítio do Pica-pau Amarelo e oficinas de contação de história.



Fig. 33 – 1) Área verde do Sítio das Mangueiras.
 Fig. 34 – 2) Venda de artesanato indígena durante o Projeto Pataxó.
 Fonte: acervo da pesquisa.

Em relação às atividades agrícolas, atualmente o sítio produz limão, laranja, aipim, manga, um lago com produção de algumas espécies de peixes, além de participar do Projeto Palmito Pupunha. A propriedade possui uma área de 17,42 hectares, e o Sr. Jansen divide seu espaço e seu tempo entre atividades agrícolas e não agrícolas; segundo ele, não dá para viver e manter o sítio apenas com a renda da terra. Dentro do Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo, o Sítio das Mangueiras, é um exemplo claro do aproveitamento do espaço agrícola para atividades relacionadas ao lazer no meio rural, como uma alternativa para complementação da renda familiar.

Novas atividades, entre elas, caminhadas e trilhas junto à natureza, vêm ganhando cada vez mais espaços no meio rural de várias regiões do Brasil e do mundo. Propriedades que possuem em sua área lagos, rios, cachoeiras vêm utilizando cada vez mais esses recursos junto a práticas agrícolas para criarem produtos turísticos diferenciados, alcançando, assim, um público bem diversificado. Em relação ao Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo, a Associação vem estudando a possibilidade de desenvolver atividades de visita guiada ao sítio arqueológico da Fazenda Engenho Novo em parceria com algumas propriedades rurais com mais frequência, cobrando uma pequena taxa aos visitantes, o que ajudaria na receita da Associação e também dos sítios envolvidos. Com a visita ao sítio arqueológico da Fazenda, teríamos a prática do Turismo Rural associada ao segmento de Turismo Cultural. Diante da abrangência dos termos turismo e cultura, o MTur, em parceria com o Ministério da Cultura e o IPHAN, estabeleceu um recorte nesse universo e dimensionou o segmento de Turismo Cultural na seguinte definição:

Turismo Cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura. (MTur, 2008, p. 16)

O entendimento dos termos utilizados nesse conceito nos permite visualizar as características básicas e também a amplitude existente dentro do segmento de Turismo Cultural, o que possibilita seu desenvolvimento não apenas em Centros culturais, mas também no meio rural, com a finalidade de observar e desfrutar dos modos de ser e viver no espaço rural, e conhecer um pouco mais da arquitetura das edificações presentes neste espaço, representadas pelas antigas sedes de fazendas, moinhos, senzalas, dentre outros.

Assim, essas “novas atividades” praticadas no ambiente bucólico e muitas vezes rústico que está associado ao meio rural vêm colaborando para diversificação das atividades

exercidas no campo, o que possibilita a valorização e desperta o desejo pela experimentação da vida no campo, ainda que em períodos curtos como finais de semana ou feriados prolongados. Com o “novo”, algumas atividades típicas do meio rural foram sendo reinventadas ou remodeladas como as rodas de viola, as festas de colheita, as fogueiras nas noites frias. Entendemos, assim, que, nesse sentido, a atividade turística desenvolvida no meio rural tem contribuído também para a reafirmação e a valorização da vida no campo, e também para a manutenção de algumas práticas culturais que foram “redescobertas” e transformadas em produto turístico.

Carneiro (2012, p. 47) nos chama atenção para a mediação, sempre presente, de uma referência cultural: como os indivíduos definem essas categorias e as incorporam em seus universos sociais. Segundo a autora (2012), no caso do rural, essa mediação cultural resulta em atitudes específicas dos indivíduos em relação ao território, seu patrimônio cultural e natural, e seus habitantes. Poderíamos, então, dizer, nesse caso, que, em relação ao Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo, essa mediação ocorre no que diz respeito à relação dos Assentados com a sede da Fazenda Engenho Novo, patrimônio cultural reconhecido e legitimado por eles, e que, também, encontra-se inserido nessa nova dinâmica de aproveitamento do espaço rural da região com atividades diferentes das atividades agrícolas.



Fig. 35 – Sr. Onofre Pereira recebendo um grupo de alunos da Faculdade Paraíso (Curso de Bacharelado em Turismo). Sítio Carvalho de Justiça – setembro 2013. Acervo da pesquisa.

A agricultura familiar e a produção orgânica do Assentamento são extremamente relevantes para a prática do Turismo Rural como uma alternativa para os períodos sazonais da atividade agrícola desenvolvida na região, já que cada vez mais existe uma tendência na busca da sociedade pelo “natural”, pelo orgânico, e que acabam se tornando fatores de valorização deste segmento turístico. Por isso os elementos que o caracterizam devem ser estimulados, preservados e valorizados a fim de aprimorar as atividades, os produtos e serviços produzidos e desenvolvidos no meio rural. Nesse caso específico, a atividade turística exercida no Assentamento, em parceria com a agricultura familiar, pode, inclusive, contribuir para o fortalecimento da identidade local e a preservação do patrimônio cultural e natural presentes na região.

Como forma de aproximar os diversos componentes do Turismo Rural – desde agricultores familiares até proprietários de hotéis-fazenda, técnicos, estudiosos e operadores – e, conseqüentemente, contribuir para a articulação, o Ministério do Turismo, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, lançou em outubro de 2009 a *Rede Nacional de Turismo Rural*. [...] a Rede pode ser acessada pelo endereço <http://comunidades.mda.gov.br>. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 44).

Essa parceria entre o MDA e o MTur tem contribuído para o desenvolvimento e para a profissionalização de práticas desenvolvidas a partir da junção da agricultura familiar e da atividade turística, mais especificamente no seguimento de Turismo Rural em vários estados de diferentes regiões brasileiras, entre eles, destacamos duas cidades no Espírito Santo – região sudeste – e um assentamento em Mato Grosso – região centro-oeste.

No Espírito Santo, encontramos as cidades de Venda Nova do Imigrante e Domingos Matias. Segundo o MTur (2010), em meados da década de 80, século XX, as duas cidades que ficam a caminho de Minas Gerais começaram a dar seus primeiros passos em relação à associação da prática da agricultura familiar com a atividade turística. Elas foram as pioneiras na região a abrir as portas de suas propriedades rurais para um novo tipo de turismo que procurava mostrar para os urbanos as delícias da culinária e a simplicidade da vida rural.

Venda Nova do Imigrante, MTur:

A cidade, que nasceu como um ponto de apoio de um vilarejo de imigrantes italianos, não esconde sua vocação agrícola. Ao longo da BR-262 e nas muitas estradinhas vicinais, as montanhas estão salpicadas com resquícios de Mata Atlântica e belos roçados, formando desenhos na paisagem. Pequenas propriedades familiares caracterizam toda a região. [...] Os cultivos e criações destinam-se à subsistência e os excedentes são vendidos. Assim trabalha a **Família Busatto**. (2010, p. 36)

Na propriedade da Família Busatto, o turista tem a oportunidade de conhecer um ciclo completo de agroindústria sustentável, e de provar e comprar produtos de alta qualidade. Dois irmãos e duas irmãs se dividem nas tarefas da propriedade de 27 hectares.

Domingo Matias, MTur:

O município foi um dos pioneiros no desenvolvimento do turismo em propriedades rurais. Colonizada por alemães e italianos, a cidade se desenvolveu mantendo as tradições dos primeiros imigrantes. Entre elas o hábito de preparar grandes quantidades de conservas, pães, biscoitos e embutidos para a merenda durante os trabalhos na roça, para as épocas de escassez e para servir a passantes da região. (2010, p. 41)

Uma das propriedades de destaque na região é o **Sítio dos Palmitos**, que segue essa tradição e vende diretamente aos turistas uma variedade de antepastos, *carpaccios*, conservas, e congelados, todos feitos a base de palmito, o principal produto da propriedade. Maurício Magnago e sua esposa Cássia são o que se pode chamar de neorrurais, pessoas que emigraram da cidade grande para a vida no campo. Eles têm o sítio há 15 anos e foram os primeiros a introduzir o cultivo do palmito na região.

Em Mato Grosso, região centro-oeste, encontramos o Assentamento 14 de Agosto, na

região de Campo Verde, que já desenvolve a atividade turística em parceria com atividades agrícolas, o que demonstra a possibilidade dessa prática ser desenvolvida no Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo.

Tudo começou com a ocupação da Fazenda Pedra Preta, na região de Rondonópolis, por cerca de 800 famílias que, junto com o Movimento dos Sem-Terra – MST reivindicavam terras para plantar. O jovem Manoel Messias da Silva, um dos 12 filhos de uma família de agricultores, buscava começar sua vida. O mesmo pretendia Idalice Rodrigues Nunes (a Fia), que acompanhava o pai sem-terra no Movimento. Os dois jovens se conheceram, se casaram e conquistaram a sonhada terra, em um assentamento de 1800 hectares a serem distribuídos para 70 famílias – uma média de 25 hectares para cada uma. O casal mais 12 famílias perceberam que as áreas eram pequenas para a subsistência e gerar excedentes para comercialização então, decidiram não dividir seus lotes e, criaram um sistema inovador de trabalho coletivo, produzindo para todos. (MTur, 2010, p. 28)

A experiência do casal teve início em 1998, quando criaram a Coopac – Cooperativa de Produção Agropecuária Canudos –, nome adotado pelos empreendedores. Como no Assentamento foi adotado o sistema de cooperativa, os adultos se revezam nas tarefas no campo e com o gado, e os mais jovens buscam alternativa de renda com o turismo, explorando as belezas naturais do Assentamento. São oferecidas cavalgadas, passeios no rio de corredeiras, boias para o boiacross. Os visitantes também são levados ao que os assentados denominaram Trilha do Alimento – que consiste num passeio pelas plantações em que se conhecem as técnicas do arado e da irrigação e colhem-se frutas e verduras do pé, além de realizar a ordenha e conhecer o processo do engenho. Ao final: um saboroso café da tarde ou almoço, feito com produtos da propriedade, a maioria orgânicos.

Os exemplos aqui apresentados contribuem para reforçar a ideia de que o projeto Caminhos do Brasil Rural, pode ser aplicado em diferentes regiões do Brasil com a perspectiva de parceria entre atividades turísticas e agropecuárias, o que levaria não apenas ao aproveitamento do espaço, mas também à complementação da renda familiar e à criação de alternativas para que os mais jovens pudessem permanecer no campo, desenvolvendo atividades paralelas aos seus pais e familiares. Em relação ao Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo, há uma semelhança com o Assentamento 14 de Agosto no que diz respeito à forma de organização onde o primeiro adotou a forma de Associação, e, o segundo, a Cooperativa; ambos, porém, com objetivo de estruturar e melhor gerenciar a produção e o auxílio ao produtor rural. Entretanto, no Assentamento objeto deste estudo, optou-se por demarcar cada uma das 147 propriedades individualmente.

A dinâmica no uso do espaço, onde se encontra a sede da Fazenda Engenho Novo não apenas para atividades agrícolas, mas também para atividades culturais ou turísticas em parceria com outros sítios da região, levaria o Assentamento à multifuncionalidade da agricultura familiar, conceito que abordaremos mais claramente no terceiro capítulo deste trabalho. E também contribuiria, de certa forma, para a valorização e o reconhecimento das ruínas da Fazenda Engenho Novo como um patrimônio pertencente não apenas à comunidade local, mas à sociedade como um todo.

Ressaltamos que algumas atividades consideradas não agrícolas sempre existiram no meio rural, tais como a produção de queijos, doces e geleias caseiros, a fim de evitar que as frutas e o leite estragassem. Essa produção, além de evitar o desperdício, contribuiu durante anos para gerar uma rede de troca entre os diversos atores sociais presentes no meio rural e também serviu e ainda serve até os dias atuais, para complementação da renda familiar, gerada na propriedade. O que em certa medida tem sido considerado novidade em algumas

áreas rurais são, na verdade, as atividades não agrícolas mais voltadas ao contato com a natureza e com os bens culturais presentes nessas áreas, tais como as caminhadas, cavalgadas, visitas às antigas sedes e engenhos de fazendas, dentre outras que utilizam as edificações antigas, o bucolismo e as práticas agrícolas como fator de atratividade.

Na imagem abaixo, observamos um grupo de jovens em visita ao sítio arqueológico da Fazenda Engenho Novo. No mesmo dia, o grupo visitou duas propriedades rurais (Sítio Girassol e Sítio Carvalho de Justiça), sendo o sítio arqueológico da Fazenda Engenho Novo o ponto final da visita que possibilitou uma interação entre as práticas agropastoris e a atividade turística voltada aos segmentos de Turismo Rural e Cultural.



Fig. 36 – Grupo de visitantes nas ruínas da Fazenda Engenho Novo. Setembro 2013. Acervo da pesquisa.

Com o processo de revitalização da sede da Fazenda e das propriedades agrícolas da região, várias escolas da rede pública e privada passaram a desenvolver algumas atividades pedagógicas e de lazer, aproveitando a questão histórica que envolve a Fazenda Engenho Novo.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em parceria com o Ministério do Turismo (MTur) e a Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar (Rede TRAF) “articulação de técnicos, instituições e representações de agricultores familiares”, conduz o Programa Nacional de Turismo na Agricultura Familiar (PNTRAF) com o objetivo de promover o desenvolvimento regional e fomentar as atividades turísticas entre mais agricultores familiares, sempre integradas aos arranjos produtivos locais. (SEGMENTAÇÃO CAMINHOS DO BRASIL RURAL, p. 3)

Essa parceria tem por objetivo melhorar a qualidade de vida no meio rural criando estratégias para o aumento da renda familiar a partir do aproveitamento das atividades já desenvolvidas no meio rural, transformando-as em produtos passíveis de serem consumidos pelo mercado turístico, promovendo, assim, o desenvolvimento local e possibilitando a inserção de novos produtores agrícolas no PNTRAF, o que também pode contribuir para o fortalecimento da cultura local e para um processo de inclusão social. Acreditamos, assim, que a parceria estabelecida entre essas instituições se torna uma facilitadora para o desenvolvimento do Turismo na Agricultura Familiar. O Turismo na Agricultura Familiar pode ser considerado como aquele praticado na propriedade rural voltada às práticas da agricultura familiar, onde o produtor rural/anfitrião está disposto a compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural de sua região, ofertando os produtos e serviços de sua propriedade, proporcionando sensação de bem-estar aos atores sociais envolvidos neste processo.

De acordo com Cazella (2009), essas atividades desenvolvidas em paralelo à agricultura familiar podem, inclusive, contribuir de maneira expressiva para a manutenção do tecido social e cultural, traduzidas em atividades culturais, produção coletiva até na manutenção da paisagem, o que também contribuiria para a preservação das ruínas da Fazenda Engenho Novo.

Para Cazella, “a multifuncionalidade da agricultura se expressa mediante a diversidade das formas de intercâmbio e reciprocidade em torno dos produtos agropecuários, do acesso aos recursos naturais [...] e das relações de trabalho” (2009, p. 56). Sendo assim, entendemos, a partir do aspecto multifuncional, que a prática dessas atividades não agrícolas pode ter um papel de destaque na região, contribuindo de forma significativa para a complementação da renda familiar nos períodos sazonais da agricultura, podendo ampliar ou até mesmo constituir a maior parte da renda familiar. Atividades não agrícolas podem, neste caso, ter um papel de destaque. A importância dessas atividades se expressa notadamente no que diz respeito à complementação da renda familiar. Segundo Bonnal, Cazella e Maluf (2008), as atividades não agrícolas podem contribuir de forma expressiva para o fornecimento de bens públicos, no que diz respeito tanto à segurança alimentar como à manutenção do tecido social e cultural e até à manutenção da paisagem.

Apesar dos diversos problemas relacionados à sazonalidade na agricultura familiar, podemos dizer que a agricultura familiar carrega a promessa de criar práticas agrícolas altamente produtivas, sustentáveis, simples, flexíveis, inovadoras e dinâmicas (Van Der Ploeg, 2014). Desse modo, a agricultura familiar praticada no Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo pode contribuir significativamente para o desenvolvimento da região, e também para as questões relacionadas à segurança alimentar que, cada vez mais, passam a ser uma prioridade das pequenas propriedades rurais e da atividade agrícola quase como um todo, além de contribuir para a geração de emprego e melhoria na renda familiar. A agricultura familiar praticada na região pode ainda favorecer a manutenção da paisagem e da fauna e flora da região.

Capítulo 3

Um Engenho de Memórias: um olhar sobre os atores sociais do novo rural

Neste capítulo, dialogaremos com alguns dos vínculos de memória e identidade que se misturam à própria história da região. Iniciaremos a análise estabelecendo um diálogo entre as diversas memórias e os suportes dessas lembranças. Esperamos, assim, estabelecer uma relação entre o patrimônio cultural representado pela sede da Fazenda Engenho Novo, seus atores sociais, o espaço e a paisagem como suportes da memória e dinamizadores da identidade local. As memórias aqui utilizadas serão um recorte entre os diversos atores sociais envolvidos nesta pesquisa.

Durante a pesquisa, conhecemos várias pessoas que, por alguma razão, tiveram suas vidas entrelaçadas à história da Fazenda Engenho Novo. Parte dessas memórias surgiram a partir da construção oral, o que não as torna menos importantes que as construídas a partir de registros documentais; pelo contrário, esse confronto talvez seja o que as impulsiona e fortalece. Mas isso não significa que a história de vida, essa autobiografia de uma pessoa, seja exatamente um todo coerente. É válido, em toda análise, perceber que ela estará sempre sujeita a censuras e prerrogativas quando se trata de apresentar publicamente sua própria história, ainda mais numa situação entrevistador e entrevistado. Dessa forma, a constituição da memória como construção de uma identidade está sujeita à influência de quem as narra e de quem as interpreta.

A entrevista realizada na perspectiva da história de vida estabelece um campo de resgate da memória. São experiências, acontecimentos, momentos que constituem as fontes de significados a serem revisitados. (MONTENEGRO, 1993, p. 56)

Sendo assim, as falas aqui registradas buscam não apenas um resgate⁵⁸, mas uma revisitação a um passado não tão distante, utilizado, nesse caso, como uma fonte significativa de acontecimentos ou de momentos que remontam ou reconstroem não apenas a história de vida dos atores sociais aqui envolvidos, mas, por vezes e ocasiões, traduzem a história da própria região onde eles encontram-se inseridos. Por isso utilizaremos no decorrer deste capítulo algumas falas temporais na tentativa de refletir sobre o espaço e o tempo das diversas memórias construídas sobre a Fazenda Engenho Novo e a comunidade de assentados que nasce em seu entorno.

As entrevistas não tiveram um caráter fechado de perguntas e respostas, mas foram conduzidas, de certo modo, como uma conversa informal, deixando o entrevistado livre para consultar e visitar suas memórias. Observamos que, por diversas vezes, houve uma manifestação clara de recorrência a uma memória seletiva, ou seja, o uso apenas de falas que traduziam aquilo que era prazeroso ou desejável lembrar. Justamente o que se deseja contar ou registrar num processo de lembrança e esquecimento. São relatos que poderão nos remeter a imagens, situações, acontecimentos ou à própria narração das diversas experiências vividas ou testemunhadas, apreendidas e compartilhadas ao longo dos anos. Segundo Halbwachs (2006), somos seres capazes de lembrar justamente porque podemos nos apoiar na memória dos outros para construirmos nossas próprias memórias. O que deixa claro que nem sempre as memórias relatadas foram diretamente vividas por seus narradores, mas é bem possível que estas tenham sido apenas vivenciadas ou compartilhadas.

⁵⁸

Neste caso específico, entendemos como resgate a busca daquilo que se deseja visitar.

O tempo da memória é o tempo da experiência de um período de vida, de atividade profissional, política, religiosa, cultural, afetiva [...] que nos arrebatam e condiciona quase que inteiramente, nos fazendo perceber e reconstruir a realidade de uma determinada maneira. (MONTENEGRO, 1993, p. 60).

O tempo de experiência de um período de vida, a vida de Helena Serrado, por exemplo, que nasce, cresce, casa-se e cria suas duas filhas na Fazenda até meados da década de 1980. O valor afetivo dos relatos de Fabiana (uma das filhas de Helena Serrado) ao revisitar o que sobrou da Fazenda Engenho Novo, após 25 anos, relatos afetivos de uma mulher que torna-se menina ao percorrer cada espaço marcado e registrado em suas memórias de infância. Diante da escadaria de acesso à porta principal da casa grande ela diz: “em minhas lembranças essa escada parecia ser tão maior⁵⁹.”

Memórias construídas embasadas na atividade profissional do Sr. Antônio, proprietário do Sítio Santa Clara, que de meeiro da Fazenda passa à condição de assentado e pequeno produtor rural. Memórias que registram o bom convívio com a família Serrado, mas que também trazem à tona os conflitos vividos após a venda das terras para o Sr. Deusdérito Belmont Netto. De acordo com Minayo “[...] vivem o presente marcado pelo passado e projetado para o futuro, num embate constante entre o que está dado e o que está sendo construído” (1998, p. 13).

São relatos que nos arrebatam e que nos fazem perceber a força de pessoas, como o Sr. Hermínio, que vive na região há mais de 50 anos e que, apesar de ser português de nascimento, considera-se um filho da terra. Seus relatos em relação a esta terra nos levam a uma experiência sensorial onde o acompanhamos nas narrativas e descrições dos laranjais que ocupavam as terras do antigo engenho. O laranjal descrito por ele nos traz à memória uma imagem com cores, cheiros e sabores de tempos em que a Fazenda Engenho Novo teve um papel significativo na economia do município de São Gonçalo-RJ. Segundo Montenegro (1993, p. 60), lembrar é projetar publicamente um cenário a que a ótica do presente poderá oferecer inúmeras restrições.



Fig. 37 – Sr. Hermínio Marques da Costa.
Fonte: Acervo da pesquisa.

⁵⁹ Relato de Fabiana Serrado, bisneta do coronel Serrado, em sua visita à sede da Fazenda Engenho Novo, realizada em 14 de julho de 2013.

O registro desta imagem foi realizado durante uma das entrevistas realizadas no sítio Pau-brasil. Seu Hermínio é produtor de algumas espécies de reflorestamento, entre elas, o Ipê Amarelo. Ao longo dos anos, ele e sua esposa D. Cristina já plantaram várias mudas na região, inclusive nas proximidades das cercas que delimitam a área da Fazenda e também na área delimitada pelo Governo do Estado para criação de um parque ecológico dentro do lote 32. Observamos no semblante do Sr. Hermínio a emoção ao lembrar-se dos áureos tempos da Fazenda, não apenas no que diz respeito à sua produção agrícola, mas também em relação aos bailes e às festas que eram promovidas pela família Serrado. Os relatos de seu Hermínio trazem detalhes que são acionados por suas lembranças em decorrência dos anos vividos na região.



Fig. 38 – Sr. Toninho, junto a um dos pés de laranja-melancia.
Fonte: Acervo da pesquisa – 2009.

O Sr. Antônio Carlos Ferreira (Sr. Toninho) é proprietário do Sítio Santa Clara em que vive com a esposa D. Terezinha e os filhos do casal que, apesar de casados, permaneceram na região. O Sítio Santa Clara produz laranja, leite e queijo, além de ter sido área modelo para a implantação do projeto Cana Forrageira. Seu Toninho é um dos antigos meeiros da família Serrado, o que o faz, assim como o Sr. Hermínio, um propagador de memórias dos tempos dos grandes laranjais, dos bailes e da relação amistosa entre meeiros e o Coronel Serrado. Segundo o Sr. Toninho, os problemas de terras na região começaram após a venda da Fazenda na década de 80 do século passado. “Houve muita pressão por parte do novo proprietário para que deixássemos a terra ou para que vendêssemos por uma bagatela”, sem privilegiar as benfeitorias feitas na terra, diz ele.

O que observamos nas falas do Sr. Hermínio e do Sr. Toninho, ambos com quase 80 anos é o que Eclea Bosi (1994) descreve em sua obra *Memória & Sociedade: lembranças de velhos*. Ela recupera de Halbwachs a hipótese psicossocial da memória, considerando, por um lado, o tema da construção social da memória, em que se pode apreciar a importância do contexto social e da elaboração grupal. Percebemos isso quando confrontamos as memórias construídas por seu Hermínio e por seu Toninho e percebemos lembranças que se assemelham, principalmente em relação ao convívio com a família Serrado. Para a autora, as lembranças pessoais dos velhos se desenrolam num lugar aparentemente à parte, um tempo diferente do vivido pelos mais jovens.

O vínculo com outra época, a consciência de ter suportado, compreendido muita coisa, traz para o ancião alegria e uma ocasião de mostrar sua competência. Sua vida ganha uma finalidade se encontrar ouvidos atentos, ressonância. (BOSI, 1994, p. 82)

Nessa duplicidade entre o indivíduo e o social, seria encontrada as narrativas memorialistas. Primeiramente, Bosi (1994) demonstra que essas lembranças individuais estão marcadas pelas temporalidades do contexto: do tempo social que data as lembranças; do tempo da geração que vivenciou e que, ao lembrar, junto traz um fio que conduz o curso das imagens passadas pelo tempo da família que na recordação de um episódio ou membro dá a moral e a unidade ao grupo (BOSI, 1994). Em segundo lugar, a autora também demonstra a importância do espaço, pois “há algo na disposição espacial que torna inteligível nossa posição no mundo, nossa relação com outros seres”. Esse relacionamento com lugares e objetos (casas, móveis, paisagens, sons, cheiros) cria vínculos que persistem nas recordações, no imaginário, mesmo quando alguns deles não estão mais lá, como, por exemplo, a sede original da Fazenda Engenho Novo. Os relatos desses “velhos” nos trazem à mente uma sede inteira e imponente e não apenas ruínas. Uma Fazenda produtiva com pomares cheios de laranjas e abacaxis. Curiosamente, eles não retratam ou relatam apenas o que sobrou, mas o que se fixou em suas memórias, muito mais que o processo de degradação foram os áureos tempos de uma propriedade próspera e produtiva. De acordo com Bosi (1994), a resistência da matéria se une à narrativa como forma de cristalizar a memória.

Percebemos, assim, a importância da história oral para revisitar e entender algumas questões relevantes em todo esse processo de desapropriação, abandono e revitalização da Fazenda e do Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo. Nesse caso específico, acreditamos que a história oral ajuda a preencher algumas lacunas no espaço-tempo que diz respeito ao processo de mudança de propriedade particular, à desapropriação das terras e ao tombamento de seu conjunto arquitetônico e paisagístico pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. O testemunho oral traz informações significativas para a construção e para o registro das memórias de um grupo. A presença viva das vozes pode transmitir a consciência individual e coletiva, presentes nas falas dos que atravessaram gerações e acompanharam as mudanças desse lugar.

As redes sociais estabelecidas em torno do Assentamento contribuíram para que houvesse uma propagação não apenas de uma memória individual, mas de uma memória coletiva, construída e alimentada pelo grupo de produtores rurais que vivem no entorno da Fazenda Engenho Novo. Para Jacques Le Goff⁶⁰, a memória coletiva é um elemento essencial para a identidade, seja individual ou coletiva, mas não é somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. Entendemos, dessa forma, que, quase sempre, há uma disputa pela dominação da recordação. O lugar das memórias não é um lugar apaziguado, pelo contrário, constitui um espaço constante de disputas e tensões. Quem é o integrante do grupo que detém o maior número de lembranças relacionadas à história da Fazenda e à trajetória do grupo? São os que se declaram descendentes de escravos, os antigos meeiros ou os que vieram de longe e absorveram com o passar dos anos um pouco da memória de cada um dos demais membros que já viviam na região? Entendemos que não seja possível uma resposta que detenha uma verdade absoluta. Talvez, numa perspectiva mensurável, todos tenham o mesmo tipo de memória, uma memória coletiva, apreendida ao longo dos anos, não apenas por suas experiências individuais, mas principalmente pela vivência no coletivo, retendo desta maneira, a partir do convívio e das constantes trocas de aprendizado e experiência, um pouco da memória de cada um dos membros do grupo. Existe uma interação

⁶⁰ LE GOFF, Jaques. *História e memória*. p.476.

essencial entre a memória individual e a coletiva, pois as impressões individuais se apoiam na memória coletiva para atingir os interesses comuns do grupo, criando uma consciência grupal, mas as lembranças coletivas se aplicam também sobre as lembranças individuais influenciando o surgimento de novas memórias (HALBWACHS, 2006).

No primeiro plano da memória de um grupo se destacam as lembranças dos eventos e das experiências que dizem respeito à maioria de seus membros e que resultam de sua própria vida ou de suas relações com os grupos mais próximos, os que estiverem mais frequentemente em contato com ele. (HALBWACHS, 2006, p. 51)

Não há como contestar que existe entre os diversos atores sociais do Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo uma memória individual, resultante da “história vivida por cada indivíduo”; mas, por outro lado, existem também as lembranças de momentos vividos por membros do grupo, representadas neste caso por uma experiência coletiva e que são, assim, assumidas como a memória coletiva ou a memória do grupo. Que podem aqui ser representadas por alguns acontecimentos que até hoje são rememorados, tais como, o ir e vir do trem que percorria a região, os bailes promovidos pela família Serrado, as pressões sofridas antes da desapropriação da Fazenda, dentre outros fatos que marcaram principalmente as gerações mais antigas que viveram e ainda vivem na região. Essa memória não é apenas um fenômeno individual, isolado, pois a memória de um indivíduo deve estar ligada ao coletivo e ao social; porque a tendência é que exista uma construção coletiva dessa memória, muitas vezes construída e transmitida por várias gerações. Dessa forma, um indivíduo que não viveu determinado acontecimento pode jurar que o viveu, segundo Pollak (1992), por “tabela”, justamente por ser um fato compartilhado por uma coletividade de maneira intensa.

Os fragmentos das memórias aqui expostos foram coletados em pesquisa de campo com moradores da região e com membros da família Serrado. São histórias e “causos” que nos reportam a uma representatividade da Fazenda como patrimônio histórico e cultural e como um dos suportes de memória da região. No decorrer da pesquisa os relatos orais e as diversas lembranças dos sitiantes mais antigos sempre permearam nosso trabalho servindo de elo e de resposta para algumas inquietações. *Causos* que desempenharam o papel de primeiro fio de uma grande trama e que nos levaram a buscar fontes documentais para confirmar alguns boatos ouvidos na região, como, por exemplo, o fato de os sitiantes mais antigos afirmarem que o Barão de São Gonçalo, primeiro proprietário da Fazenda Engenho Novo, era maçom. A dúvida e a incerteza, mas também o fascínio pelos relatos orais estimularam a pesquisa e, assim, comprovamos, na I Maçonaria do Rio de Janeiro, o registro de Belarmino Ricardo Siqueira, o Barão de São Gonçalo, no livro de Maçons ilustres.

3.1 - Identidade, Memória e Patrimônio

“Toda memória é seletiva, nem tudo fica gravado, nem tudo fica registrado” (POLLAK, 1992, p. 203).

A respeito da definição de identidade, exigência constitucional para a caracterização do patrimônio cultural, Hall (2005, p. 38) diz que a identidade é realmente algo formado ao longo do tempo, a partir de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”. Entendemos, assim, que identidade e memória são dinâmicas, estando

constantemente em transformação. Por mais que a memória seja revisitada por meio de seus vários suportes, tais como, fotografias, documentos, oralidade, filmografia, a memória e a identidade de um grupo não podem ser aprisionadas, elas são dinâmicas e tendem a sofrer a ação do tempo e também a intervenção de fatores externos, muitas vezes alheios à vontade de grupo. À medida que o indivíduo aprende e acumula novas experiências, elas se ressignificam, ganham novas formas, novas cores e novos suportes.

De acordo com Rodrigues “a memória será tão mais significativa quanto mais representar o que foi vivido pelos diversos segmentos sociais e quanto mais mobilizar o mundo afetivo dos indivíduos, suscitando suas lembranças particulares” (2003, p. 18). Ao buscarmos um diálogo entre memória, patrimônio e as diversas redes sociais estabelecidas a partir destas relações, não nos referimos apenas às lembranças, mas também aos sentimentos. Sentimentos que povoam o imaginário de quem há tempos deixou a Fazenda, como, por exemplo, os descendentes do Coronel Serrado⁶¹ que ali viveram por mais ou menos três gerações. Encontrá-los, ou melhor, ser encontrada pela quarta geração da família foi uma grande surpresa. Fabiana Serrado⁶², bisneta do Coronel, lembra-se com entusiasmo de sua infância na Fazenda.



Fig. 39 – Foto tirada durante a visita realizada à família Serrado.
Fabiana e Arlete Serrado – Dezembro 2013.
Acervo da pesquisa.

Helena Serrado, neta do Coronel Serrado, lembra-se das brincadeiras de criança e diz: “sou filha única e só tinha os filhos dos empregados para brincar comigo. Eu sempre ganhava as brincadeiras, mas com o passar do tempo percebi que eles (os filhos dos empregados) me deixavam ganhar porque eu era a filha do patrão. Aí as brincadeiras perderam a graça.” D. Arlete, nora do Coronel, em nosso primeiro encontro, logo comentou sobre os famosos bailes que aconteciam na Fazenda e também sobre a homenagem que lhe foi feita por seu esposo, dando seu nome às laranjas comercializadas na Europa.

⁶¹ O Coronel Serrano tornou-se dono da Fazenda Engenho Novo pouco tempo depois da morte do Barão de São Gonçalo, conforme mencionado no capítulo I deste trabalho.

⁶² Desde sua mudança do município de São Gonçalo, a família Serrado vive em Ipanema, bairro da zona sul do Rio de Janeiro.

Em 14 de junho de 2013, acompanhei Fabiana e Helena Serrado em uma visita à sede da Fazenda, após 25 anos, (após a venda da Fazenda elas ainda não tinham voltado à região). Ao perguntar a Helena Serrado⁶³ quais eram suas impressões após voltar a Fazenda, (cerca de 25 anos depois), ela me respondeu da seguinte forma: “É que eu já morri e caí em outra terra que me lembra alguma coisa do meu passado, mas, ao mesmo tempo, não tem mais nada a ver.” A fala de Helena traduz seu impacto diante da descaracterização do conjunto arquitetônico da Fazenda e seu estado de abandono e arruinamento. Um impacto profundo que pode ser observado quando ela utilizou o verbo morrer para traduzir e descrever seu sentimento diante do observado. A sensação que tivemos é que Helena não conseguiu, apesar das lembranças, se reconhecer naquele espaço como sendo o mesmo espaço de sua infância e juventude. A casa e a paisagem não eram as mesmas guardadas por todos esses anos. Durante esses 25 anos de distanciamento, o que permaneceu fixado em suas memórias foram suas brincadeiras de infância, as festas, e, posteriormente, a infância e parte da adolescência de suas filhas.

Ao entrarmos em contato com todo esse universo de memórias construído, seja pelos relatos orais, pelas redes sociais, seja pelos documentos escritos, deparamo-nos com o fértil conteúdo capaz de nos fazer conhecer uma interpretação ou reinterpretação do passado, uma perspectiva de presente e uma previsão ou esperança do que acontecerá no futuro, fazendo-nos perceber a importância de se preservar e salvaguardar esse patrimônio natural e cultural material e imaterial legitimados e reconhecidos no Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo.

As memórias que aqui serão traduzidas e interpretadas vêm sendo colhidas ao longo dos anos a partir do contato com diversas pessoas que em algum momento tiveram suas vidas entrelaçadas à história da Fazenda. Pessoas que, por meio de seus relatos, formaram uma grande “colcha de retalhos” que revela toda a complexidade existente nas tramas da memória. Alfredo, proprietário do Sítio Engenho Novo, por exemplo, declara-se tataraneto de escravos da Fazenda. Ele afirma com orgulho que foi batizado na capela que compõe o conjunto arquitetônico da Sede. Entendemos, a partir da fala do Sr. Alfredo, que a atitude ou a decisão de lembrar pode tornar-se uma propagadora de memórias entre os atores sociais da região, fazendo, assim, com que a história da Fazenda e do próprio surgimento do Assentamento, de alguma forma, seja passada entre as gerações presentes e futuras. Desse modo, o lembrado pelas gerações presentes e futuras seria representado como marcos de uma trajetória de vida individual ou coletiva que se deseja lembrar.

A individualidade faz-se presente na oralidade quando percebemos que o laranjal descrito pelo Sr. Hermínio, tem cores, cheiros e sabores, diferentes do pomar que hoje é cultivado pelo Sr. Toninho, proprietário do Sítio Santa Clara e antigo meeiro da Fazenda. Mas isso não os coloca em posição diferente, ao contrário, suas memórias e seus relatos se complementam. Sr. Onofre⁶⁴, proprietário do Sítio Girassol, Helena, Alfredo, *Antônios*, *Josés*, *Marias* e tantos outros atores desse grande cenário, ainda que possuam individualidade, são peças únicas e fundamentais, peças que se complementam e fazem parte dessa trama e desse grande *Engenho de Memórias*. Indivíduos e famílias que foram capazes de transformar e de reescrever uma história, a história da área rural de São Gonçalo.

⁶³ Registro em vídeo, realizado em 14 de junho de 2013, ocasião em que a família Serrado visitou a Fazenda.

⁶⁴ O Sr. Onofre não é um “filho da terra” como tantos outros, mas se envolveu de tal maneira, que hoje sua história de vida no local já se mistura com a história e com os “causos” contados pelos mais antigos. As memórias do Sr. Onofre em relação à Fazenda Engenho Novo foram absorvidas dos diversos relatos orais ouvidos no dia-a-dia de convivência com os moradores mais antigos, mas o fato é que ele assim como o Sr. Hermínio tornaram-se, com o passar dos anos, propagadores dos modos de ser e de viver da região. (AZEVEDO, 2012)

De acordo com Abreu (2012, p. 192), o sentido da noção de patrimônio associado à ideia de bem público e à memória de um coletivo incrementa-se durante o século XIX. Entretanto esse movimento de preservação de bens considerados referências para uma sociedade cresce em paralelo ao movimento de especuladores imobiliários, muitas vezes interessados apenas na área onde tais edificações estavam localizadas e não na construção do bem cultural propriamente dito. Áreas com valor de mercado prontas para serem demolidas e darem lugar a novos empreendimentos imobiliários, tais como condomínios residenciais, shopping, edifícios comerciais entre outros.

A preservação do patrimônio cultural começou a ganhar ares de preocupação oficial em 1933, com a “Carta de Atenas” e, a partir de 1964, com a divulgação da “Carta de Veneza”, levantando a necessidade de se considerar, com mesmo grau de interesse e importância dos monumentos isolados, tanto os sítios urbanos e rurais quanto obras modestas que, com o tempo, adquirem um significado cultural. Em 1972, a UNESCO promove em conferência geral, a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, tamanha a preocupação com os bens culturais de uma comunidade ou nação, transformando inclusive alguns em Patrimônio da Humanidade, a fim de que houvesse um resguardo desses bens, não só para as gerações de uma localidade, mas que tornasse a salvaguarda do patrimônio extensiva a todos os povos. A Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Paris, de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972, em sua décima sétima sessão, considera que a degradação ou o desaparecimento de um bem cultural e natural acarreta o empobrecimento irreversível do patrimônio de todos os povos do mundo.

A primeira referência no Brasil, em termos jurídicos, a respeito da noção de patrimônio histórico e artístico nacional como sendo objeto de proteção obrigatória por parte do poder público, foi feita na Constituição de 1934, no Art. 10 “Compete concorrentemente à União e aos Estados: [...] III – proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte” (CONSTITUIÇÃO 1934, Art. 10).

No governo Vargas (1930-1945), foram criadas e implementadas as primeiras políticas públicas de cultura no Brasil. Nesse período, foi tomada uma série de medidas, objetivando fornecer uma maior institucionalidade para o setor, entre elas, a criação, em 1937, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), estabelecida no artigo 46 da Lei 378 de 13 de janeiro de 1937. Um dos objetivos da criação do SPHAN era o de promover em todo o país “o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional”; previa também a existência de um Conselho Consultivo. No momento de criação do SPHAN, ainda não era usual o conceito de patrimônio cultural e, independentemente das recomendações presentes no projeto original, escrito por Mário de Andrade, prevaleceu no decreto a visão de patrimônio histórico nacional, que passa a ganhar força a partir do Decreto-lei 25, de 30 de novembro de 1937.

O Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 foi o responsável pela organização do serviço de proteção ao patrimônio e permanece vigente apenas com algumas alterações. De acordo com o Decreto, constitui patrimônio:

[...] o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

A partir do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, também ficaram sujeitos ao tombamento monumentos naturais, sítios e paisagens que fossem julgados merecedores de

proteção. Nesse período, existia um interesse governamental de se construir e constituir uma identidade nacional, o que contribuiu para que fossem reconhecidos e tombados apenas bens culturais ligados à aristocracia, à igreja e às instituições militares. Entretanto, durante o processo de construção de uma identidade nacional, percebeu-se que o Brasil, por ter um território vasto e por ter sido ocupado por diferentes povos, não poderia ser resumido em uma identidade única e fechada. Somos frutos de múltiplas etnias e, por isso, detentores de um patrimônio cultural material e imaterial extremamente diversificado e dinâmico, não sendo, dessa forma, possível a criação e a formação de uma identidade única. Os bens tombados e legitimados nos primeiros anos em que se pretendia “arrumar a casa” realmente traduziam naquele momento uma identidade voltada às classes sociais mais abastadas; mas, com o passar dos anos, as leis brasileiras relacionadas à preservação de bens culturais sofreram modificações e alterações; e hoje, século XXI, já temos inclusive a salvaguarda voltada também ao patrimônio imaterial a partir do inventário e de sua inscrição em um dos Livros de Registros do IPHAN. A diversidade cultural brasileira serviu para colocar em pauta, inclusive, as questões relacionadas à democratização da cultura e à legitimação dos bens culturais. O Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, determinava ainda a inscrição dos bens culturais em quatro livros de tomo: o arqueológico, etnográfico e paisagístico; o histórico; o das belas artes; e o das artes aplicadas.

No que diz respeito ao conjunto arquitetônico e paisagístico da Fazenda Engenho Novo, ao levarmos em consideração o que diz o Artigo 1º do Decreto- lei nº 25/37, é possível reconhecermos que o mesmo legitima a importância de preservação da Fazenda Engenho Novo como um patrimônio relevante e com real importância à história do Brasil e do município de São Gonçalo. A preservação da Fazenda é importante não apenas por ser um exemplar que retrata a arquitetura rural e aristocrata do século XIX, mas também por sua representatividade como parte da história do município e pelos vínculos de memória existentes entre seu conjunto arquitetônico e os moradores da região. Vínculos que resistiram às ações do tempo, ao vandalismo e ao processo de desapropriação e de retorno à sede da Fazenda, legitimando, assim, o patrimônio como um espaço de socialização entre os atores sociais envolvidos nesse processo.

A valorização do patrimônio, é uma expressão que tenta sintetizar o status do patrimônio histórico edificado, sendo que há uma grande destruição em favor da modernização e também da restauração. Nessa palavra, está imbuída a noção de maisvalia de interesse e de capacidade de atração. Ele ainda diz que a conservação e a restauração, são fundamentos desta valorização, porém, nem sempre são benéficas. (CHOAY, 2001 *apud* MELO, 2010, p. 4)

Conforme mencionado no capítulo I, a Fazenda Engenho Novo teve seu conjunto arquitetônico e paisagístico reconhecido e tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), por meio do Processo nº E 18/000 662/98. Entretanto, apesar do tombamento, não houve preocupação com a manutenção e a viabilização econômica da área, como, por exemplo, o uso da edificação para atividades culturais, com objetivo de tornar a estrutura autossustentável. Desde meados dos anos 2000, parte do conjunto composto pela sede, senzala, capela e área de serventia encontra-se em ruínas.

O tombamento, principal instrumento jurídico até hoje aplicado para impedir a destruição de bens culturais, não implica a perda de propriedade do bem; a responsabilidade de sua conservação continua sendo do proprietário que é proibido de demoli-lo, de descaracterizá-lo ou, quando se trata de um objeto

de arte, de retirá-lo dos limites do território nacional, sem prévia aprovação do órgão competente. (RODRIGUES, 2003, p. 20)

Apesar de ser o principal instrumento jurídico de salvaguarda, observamos que o tombamento não oferece garantias totais de preservação e conservação de muitos bens patrimoniais submetidos à ação de registro nos Livros de Tombos. Apenas tomar um bem sem criar estratégias para sua utilização não garante sua permanência no tempo para gerações presentes e futuras. Tombar um bem não significa engessá-lo, mas torná-lo útil para a sociedade que o legitima e incorpora como um documento que traz consigo parte de sua própria história. Segundo Vassallo (2012, p. 4), o patrimônio não nos fala apenas das relações de dominação do passado, mas também das que ocorrem no momento presente e que colocam em disputa os diferentes grupos e setores da sociedade que o reivindicam para si. É nesse sentido que buscamos entender as relações de pertencimento que alguns moradores, principalmente os mais antigos, têm com a região e com a sede da Fazenda como patrimônio cultural legitimado e reconhecido.

Entendemos que uma política de preservação de um patrimônio, seja ele material ou imaterial, vai muito além da mera proteção jurídica, nesse caso, representada pelos instrumentos de Tombo ou Registro. Um bem tombado (patrimônio material) ou registrado (patrimônio imaterial) não pode ser engessado, cristalizado, porque a cultura é algo dinâmico. No caso dos bens materiais, é necessário que haja uso, haja vida para que esse bem perpassa o tempo, podendo, assim, ser realmente usufruído por gerações presentes e futuras. Não adianta tomar um bem apenas por uma questão de proteção jurídica. Talvez a maior ferramenta de proteção seja a dinâmica de uso e reuso associada à ressignificação e à relação de pertencimento da sociedade em relação ao patrimônio reconhecido ou não como ícone ou como suporte de várias histórias e memórias. Dessa forma, o patrimônio é vinculado, segundo Londres (*apud* ABREU E CHAGAS, 2003), a algo para além da “Pedra e Cal”, pois, sua concepção hoje vai além dos monumentos e do campo da materialidade; ele encontra-se intimamente inserido na vida de uma população, traduzido não apenas pelas construções antigas, pelos prédios e monumentos (eleitos para contar uma história), mas também pelos modos de viver, saberes e fazeres presentes na identidade de um indivíduo ou de um grupo, constituindo assim, um fato social⁶⁵.

Acreditamos, assim, que as políticas públicas voltadas para a preservação dos bens culturais materiais e imateriais ainda tenham um longo caminho a ser percorrido, mas o caminho já foi aberto. Entretanto, muito mais que atitudes governamentais, é necessário o reconhecimento do povo numa relação nítida de pertencimento, ou seja, de uma identidade nacional que encontra-se numa construção constante. A inserção de uma disciplina relacionada à Educação patrimonial nas séries iniciais e a manutenção desta durante os anos de ensino fundamental e médio poderia funcionar como uma estratégia para a aproximação do indivíduo aos bens culturais materiais e imateriais de sua cidade e de seu país, criando e fortalecendo, a partir da importância e relevância histórica do bem apresentado, uma relação de pertencimento.

⁶⁵ Segundo Durkheim em sua obra “As regras do método sociológico” (1895), o fato social consiste em maneiras de agir, de pensar e de sentir que exercem determinada força sobre os indivíduos, obrigando-os a se adaptar às regras da sociedade onde vivem. No entanto, nem tudo o que uma pessoa faz pode ser considerado um fato social, pois, para ser identificado como tal, tem de atender a três características: generalidade, exterioridade e coercitividade.

3.2 – Espaço e paisagem nas Memórias do Engenho

Ao longo dos séculos, os estudos históricos vêm considerando a importância dos espaços⁶⁶ como elementos constitutivos da memória – ou “lugares de memória”, como dito por Pierre Nora.

O conjunto paisagístico e arquitetônico em ruínas da Fazenda estão sendo tratados como lugares de memória dos diversos atores sociais envolvidos na história da região. Para tanto, buscamos refletir sobre a importância da dinâmica da paisagem do lugar, tendo-a também como personagem dessa história. Desde os tempos em que ela, a paisagem, era apenas objeto de contemplação, traduzida em pinceladas que traduzem o belo, o bucolismo de paisagens por pintores como Monet.

A técnica esforça-se por encontrar maneira de exprimir este encontro fugaz: é a aquarela, quase tão rápida e fulgente como a emoção que a inspira, ou a tinta lançada com um pincel ágil pelos paisagistas chineses, mas é também a minuciosa procura da pincelada exata de um Monet. (ENCICLOPÉDIA EINAUDI, p. 139)

No século XVIII, a paisagem era vista apenas como cenário de contemplação, era o espaço da paz e do descanso. A natureza vista apenas como cenário, fonte de inspiração para pinturas, poemas e poesias.

Ao pensar na estrutura da personalidade do lugar, a paisagem assume especial destaque, pois é precisamente dela que nos chega muito da percepção. Como externalidade, resulta sempre do casamento do que uma sociedade herda e se apropria, com aquilo que suas necessidades praticam. (YÁZIGI, 2002, p. 34)

A paisagem não é algo estático; sua formação é constantemente mutável; o processo paisagístico pode ser entendido como um conjunto formado por atrativos naturais, culturais e inúmeros elementos inseridos nesse cenário, tais como: transportes, publicidade, placas de sinalização, etc. Dependendo do que se entenda por paisagem, ela pode inclusive ser vista como suporte de memórias. Oportuno lembrar que a natureza, nesse caso, não constitui a paisagem como um todo, pois entendemos que a natureza existe em si, e a paisagem só existe a partir de um conjunto de fatores estabelecido pelo homem e sua forma de percebê-la. Antes de poder ser um repouso para os sentidos, um lugar de descanso, a paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de extratos de rochas (SCHAMA, 1945).

Desde as paisagens retratadas em pinceladas num clima bucólico e harmonioso, o indivíduo tende a traduzir uma imagem de paisagem perfeita, equilibrada e idealizada em sua mente o mais próximo possível da perfeição, da harmonia e do equilíbrio. Nesse sentido, podemos interpretar a imagem a seguir que retrata as ruínas da casa grande (2009), vista a partir de sua parte interna, como ruínas que mesclam uma paisagem natural e arquitetônica, um misto da natureza e da ação do homem. Ação não apenas no processo de construção, mas também de desconstrução, se levarmos em consideração que o processo de arruinamento não é uma ação isolada do tempo, mas em muitas ocasiões uma intervenção humana. Uma paisagem ressignificada pela ação do tempo e do homem. Mas devemos levar em consideração que torna-se cada vez mais difícil encontrarmos um lugar cuja paisagem ainda não tenha sido modificada substancialmente para melhor ou para pior pela ação humana.

⁶⁶ Neste estudo, entendemos como espaço constitutivo da memória o conjunto arquitetônico e paisagístico da Fazenda Engenho Novo e a área constituída pelo Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo.

Em relação ao conjunto arquitetônico e paisagístico da Fazenda Engenho Novo, os registros fotográficos selecionados para esta dissertação e que utilizam imagens (fotografias) desde a década de 1980 demonstram as inúmeras intervenções do tempo (ações comuns de intempéries provocadas por chuvas, ventos e sol), comuns em construções antigas e do homem, como, por exemplo, na fotografia abaixo, uma imagem tirada de dentro da casa grande que mostra de forma clara a depredação do patrimônio, presente nas pichações e no estado de arruinamento em que encontrava-se a construção.



Fig. 40 – Ruínas da Casa Grande.
Acervo da pesquisa – 2009.

Esse papel ocupado pelo homem de modificador do espaço geográfico não é mais que uma posição “natural” tendo em vista que esse homem é parte do meio que transforma. Sua interação com o local que habita ocorre em escala diversa de outros animais, mas não é e em momento algum pode ser considerada como fator externo. O homem também é a natureza que ele modifica. (CESCO, 2005, p. 95)

O próprio ato de identificar (fotografar, desenhar e pintar) um local pressupõe a presença do homem e, conosco, toda a bagagem cultural e impressões que carregamos e acumulamos dos lugares em que passamos. E, assim, fatalmente deixamos nossas marcas impressas na paisagem de um lugar, sejam representadas simplesmente pela terra revolvida durante nossa caminhada seja nos atos de vandalismo traduzidos em pichações e em depredações ao patrimônio que acabam de alguma forma por influenciar na paisagem e na história do lugar.

“A fotografia é a busca do espelho que não mente, da durabilidade da permanência, da nossa inteireza.” (MARTINS, 2008, p. 56)



Fig. 41 – Pilares que sustentavam a porteira no acesso original à sede da Fazenda.
Fonte: Acervo da pesquisa.



Fig. 42 – No primeiro plano, agora em destaque, os pilares e, ao fundo, a sede da Fazenda Engenho Novo.
Fonte: Acervo da pesquisa – setembro/2011.

Na paisagem aprisionada num final de tarde, observamos os pilares que sustentavam a porteira no acesso original à sede da Fazenda; por eles, certamente, passaram muitos senhores, escravos e até o Imperador D. Pedro II. Situado próximo ao pátio central, hoje parece perdido no meio das árvores que ao seu lado emolduram e traduzem uma paisagem bucólica que poderia ser confundida com a de um parque ou de um jardim botânico. Dependendo do ângulo, serão apenas dois pilares perdidos, esquecidos no meio de uma floresta, Mas a luz que permeia o espaço os faz tomar uma posição de destaque, ao passo que tornaram-se um marco, uma referência ao acesso principal à casa grande. A porteira não mais existe, perdeu-se pela ação do tempo, mas os pilares permaneceram firmes ainda que

desgastados pela ação do tempo e de depredações; eles estão lá de pé para contarem parte dessa história, servindo de moldura à antiga Sede.

“Quando as imagens visuais, dentre elas a fotografia, são utilizadas como fontes de pesquisa histórica, é porque funcionam como mediadores e não como reflexo de um dado universo sociocultural [...]”⁶⁷. No caso da Fazenda Engenho Novo, se tomarmos como referência o entendimento de Maria Eliza Linhares Borges (CESCO, 2005), podemos, a partir de uma seleção de imagens, traçar um registro temporal das inúmeras transformações sofridas, utilizando, assim, a fotografia como ferramenta mediadora e denunciadora. Nesse caso específico, as imagens selecionadas retratam, em certa medida, atitudes ligadas diretamente às questões socioculturais que envolvem as discussões a respeito das leis patrimoniais em nosso país. Tomar uma fotografia é como participar da mortalidade, vulnerabilidade e mutabilidade de uma pessoa ou objeto. “Por lapidar e cristalizar determinado instante, toda fotografia testemunha a dissolução inexorável do tempo” (SONTAG, 1981, p. 15). Cada imagem selecionada pode contar uma ou várias histórias. Elas funcionam como um registro, uma forma de “congelar”, “imortalizar” um dado momento. “O reflexo e a sombra querem dizer muitas e diferentes coisas na leitura antropológica e sociológica da fotografia” (MARTINS, 2008, p. 173). Segundo Martins, o reflexo e a sombra podem dizer muito mais do que a simples definição literal dos termos reflexo e sombra. As atitudes e posturas do indivíduo ao tirar uma fotografia podem mudar completamente a interpretação dos diferentes cenários capturados, a escolha do ângulo, a posição da máquina fotográfica, o tipo de lente, enfim, a escolha do que se deseja iluminar ou deixar à sombra numa imagem.

A fotografia pode, dessa forma, revelar a diferença de valores, concepções e regras, assim como pode ganhar um caráter denunciativo ou tornar-se uma simples ilustração. O seu destino como parte de uma história ou como instrumento de revelação do que era e já não é mais dependerá exclusivamente do imaginário social de seus intérpretes.

Entendemos que uma imagem (fotografia) não fala por si só; inclusive, ela pode ter inúmeras leituras ou significações; tudo dependerá dos olhos que veem, selecionam e analisam essa imagem.

Para Bertrand (1971) na Enciclopédia Einaudi,

a paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É, numa determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente, uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução.

Nesse aspecto, devemos levar em consideração a condição de visibilidade e a percepção do observador. A descrição de uma paisagem ou a sua “captura” por meio de uma fotografia ou pintura sempre dependerá dos olhos que veem e que registram a memória desse lugar, traduzindo por sua a paisagem “natural” ou recriada pelas inúmeras intervenções do homem. Ainda, segundo Murari (2009, p. 213), “a paisagem pode ser definida, portanto, como uma cena natural dotada de valor estético, por sua inscrição num código artístico, ou em certos modelos de visão e de percepção”. A imagem seguinte representa a chaminé do antigo engenho de cachaça e açúcar e pode ser compreendida como um monumento que traduz um pouco da história da produção agrícola no município de São Gonçalo.

⁶⁷ Borges (2003 *apud* CESCO, 2005, p. 95-96), *Desmatamento e Migração no Alto Vale do Rio do Peixe: discussões sobre 'progresso' e transformação ambiental*.



Fig. 43 – Chaminé do antigo engenho
Fonte: Acervo da pesquisa – 2009.

Ao analisarmos o conjunto arquitetônico da Fazenda Engenho Novo, podemos dizer que preservar o patrimônio passou a significar também preservar uma paisagem, um cenário no espaço das metrópoles, um lugar para ser visto, contemplado, admirado. Nesse caso específico, um exemplar de arquitetura rural aristocrata remanescente do século XIX, que resistiu ao crescimento e a urbanização da cidade de São Gonçalo, ruínas que tornaram-se uma obra de arte e um componente da paisagem em meio aos sítios do Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo e ao crescimento do bairro de Monjolos. Assim, é o caso da chaminé do antigo engenho que, apesar do tempo, permanece imponente como ícone do que era e já não é mais. Quantos quilos de cana-de-açúcar passaram por aqui? Quantos açoites sofreram os que trabalharam nesse engenho? Litros de cachaça, quilos de açúcar. Os registros não dão conta de contar! Mas, ainda hoje, a velha chaminé permanece de pé como um marco, uma forma de registro da produção e do engenho de cachaça e açúcar que moveu o Engenho Novo e, com ele, parte da economia da então freguesia de São Gonçalo. Segundo Martins, “mesmo quando não temos uma fotografia para cada situação, o imaginário cria a imagem em nós e para nós.” (2008, p. 43). Não possuímos nenhum tipo de imagem ou ilustração que dê conta ou que traduza o movimento de trabalho executado no antigo engenho, mas, ao observarmos as ruínas da chaminé, é possível construir um imaginário onde visualizamos a cana sendo transportada, a fumaça, a cachaça, o açúcar, enfim, a imagem nos remonta à época em que a Fazenda era produtiva, aos áureos tempos da produção de cana-de-açúcar. Tudo isso baseado em outras interpretações sobre as relações de trabalho do período em questão e análises de autores que nos fazem reagir de forma parecida aos sitiantes locais de hoje que falam de memórias que muitas vezes não são suas.

Em relação aos sítios do Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo, segundo Marinelli (2010, p. 14), em mais da metade não existe área de mata. Entre os que não possuem área de mata, 48% são áreas menores do que 1 (um) ha, tendo os sitiantes alegado a falta de espaço para a preservação de matas em paralelo ao cultivo da terra. É importante destacar que essas matas são formações secundárias, algumas com predominância da espécie monjolo⁶⁸. De modo geral, os pequenos produtores da região reconhecem a importância de

⁶⁸ Árvore que empresta seu nome a região.

preservação das matas, mas ainda existem aqueles que veem nas matas áreas de empecilho à produção agrícola. A questão de ver a mata como empecilho à produção agrícola ainda é remanescente de hábitos construídos durante o século XIX, em que se propagou a ideia de que para plantar era preciso limpar a terra, ou seja, colocar abaixo a mata. A mesma mata que também era responsável por atestar a fertilidade da terra vendida aos novos colonos imigrantes de diversas nacionalidades que chegaram ao Brasil em busca de solo fértil para continuar as culturas desenvolvidas em seus países de origem.

Muitas espécies encontradas nas regiões de matas remanescentes são utilizadas para fazer moirões, cabos de enxadas, lenha e remédios caseiros. É nesse cenário degradado por inúmeros impactos ambientais que buscamos um diálogo entre a paisagem produzida e reproduzida ao longo dessa história e o possível desenvolvimento da atividade turística como ferramenta de manutenção da paisagem e propagação das memórias do lugar. Justamente por entendermos que a paisagem é algo dinâmico e passível de ser alterado pelo homem para o bem ou para o mal (derrubada de matas, degradação de conjuntos arquitetônicos) é que lançaremos mão do turismo e da agricultura familiar como possibilidade de manutenção da paisagem revelada no Assentamento rural Fazenda Engenho Novo. Segundo Sontag (1981), a máquina fotográfica começa a duplicar o mundo justamente no momento em que a paisagem humana passou a experimentar um ritmo acelerado de transformações. Ela diz, “enquanto um número incontável de manifestações da vida biológica e social está sendo destruído em breve espaço de tempo, surge um invento capaz de registrar o que está desaparecendo” (1981, p. 15). Nesse sentido, percebemos a importância da fotografia como registro e, no caso específico deste estudo, ela contribui de forma significativa para nos revelar detalhes do conjunto arquitetônico e paisagístico da Fazenda Engenho Novo que não existem mais.



Fig. 44 – As marcas deixadas pela retirada ilegal de areola.

Fonte: Bia Nunes – 2007.

Em 2007, durante uma das visitas ao Assentamento, constatou-se uma imensa cratera que comprometia nitidamente parte do conjunto arquitetônico da Fazenda, principalmente a área da capela onde restava pouco mais de 50 centímetros de área de terra entre a cratera e a edificação, conforme observarmos na foto acima. A cratera foi originada pela retirada ilegal de areola na região, tendo sido fechada em meados de 2010 por meio da intervenção do

Ministério Público Estadual; mas as marcas do ato de vandalismo permanecem como cicatrizes que causam desníveis nítidos no solo do pátio central que dá acesso ao conjunto arquitetônico da Fazenda. Ao analisarmos a imagem, vemos uma paisagem mutável não apenas pela ação do tempo, mas também pela ação do homem em atitudes por vezes inconsequentes. Nas imagens utilizadas para documentar o processo de degradação e de restauro, vimos a interferência nítida do homem na paisagem do lugar, seja nas transformações sofridas pelo conjunto arquitetônico ou pela própria área verde do lugar.



1)

Fig.45

1) Fig. 45 - Quatro momentos: Casa Grande início anos 90 e 2009.
Capela início dos anos 80 e anos 90.



2)

Fig.46

2) Fig. 46 - Casa Grande após intervenção do Governo do Estado do Rio de Janeiro.
Fonte: Acervo da pesquisa.

Como se pode observar nas imagens em comparação, o restauro denota certa artificialidade do aspecto arquitetônico, não apresentando a ambiência de uma fazenda produtora do período Colonial. Observamos também, que foi perdida a conexão entre a sede Colonial e o prédio anexo de Arquitetura Neoclássica, construído no século XIX. O alpendre de entrada foi desconsiderado, o brasão do Barão desapareceu e as telhas características desse tipo de construção também. No caso da inviabilidade de restauro dos itens, é válido o trabalho de escoramento ou consolidação das ruínas, e da inserção de estruturas modernas, contanto que elas evidenciem que isso foi fruto de uma escolha, e não de uma tentativa fracassada de restauro.

A restauração de construções em estado de ruínas geralmente é complexa, pois, na maior parte das vezes, os danos causados pela vegetação de pequeno e grande porte que normalmente crescem em construções abandonadas acabam favorecendo essa degradação. Além disso, a recuperação completa do patrimônio exige a presença de especialistas, o que encarece a obra. Felizmente, em alguns casos, algumas ruínas tornam-se representativas da memória e da identidade cultural de uma determinada comunidade. Segundo Martins (2003, p. 28), a consolidação voltada para ruína não pode ser mais do que a consolidação do *status quo*, ou a ruína não seria ruína, seria uma obra que conteria uma vitalidade implícita para permitir uma reintegração da unidade potencial originária. Por isso entendemos que, no caso do conjunto arquitetônico da Fazenda Engenho Novo, a melhor opção teria sido a da consolidação ou escoramento e não o restauro que, nesse caso, caracterizou um processo de reconstrução e descaracterização do patrimônio em discussão.

Não se trata apenas de Ruínas históricas, mas da preservação da memória de um povo que marcou uma determinada época, além de dar informações de construções e de forma de vida da sociedade no passado. (MARTINS, 2003, p. 25)

Pode-se considerar que as ruínas da Fazenda Engenho Novo são tão ou mais importantes à memória da comunidade local e do município que a sua construção em estado original. Além da memória, existem vários fatores que justificam a preservação e salvaguarda do patrimônio cultural, tais como a importância histórica do bem e sua representatividade para o período de desenvolvimento histórico do país, especialmente para a cidade de São Gonçalo.

Segundo Maria Cecília Fonseca Londres (2003), existem reais conflitos na produção cultural do Brasil intimamente ligados à política de patrimônio conduzida pelo Estado que, muitas vezes, não dá a devida importância a um determinado grupo e à vida de um determinado espaço.

3.3 – O Campo na Cidade

“Tudo começou quando se comparou o campo com a cidade.” (GIULIANI, 1990)

Numa perspectiva histórica, ao longo do tempo, análises já mostram que a divisão entre campo e cidade passou a ser questionada pelas sociedades contemporâneas, devido principalmente ao constante processo de urbanização e crescimento das cidades. E, até o momento, não existe conformidade de opiniões a respeito da submissão ou não do campo à cidade. Observamos que o constante crescimento e urbanização das cidades contribuem para que haja cada vez mais um “encolhimento” das áreas campesinas; entretanto, o mesmo fator, ou seja, o crescimento desordenado associado também à violência, tem contribuído para que algumas pessoas façam o caminho de volta ao campo. Segundo Mattos,

essa forma de ocupação rural surge a partir do deslocamento de parte da população metropolitana para áreas mais afastadas, motivados por um descontentamento em relação à vida na metrópole e uma busca por “*espaço qualitativos* e menos artificializados, somados a preocupações relacionadas à alimentação e ao meio ambiente. (2010, p. 1)

Com a agitação da vida diária e o aumento no índice de violência nos grandes centros urbanos, cada vez mais pessoas procuram estabelecer suas residências em áreas rurais, buscando a tranquilidade e a qualidade de vida oferecidas pela vida no campo. Com a abertura de novas estradas e a expansão das novas tecnologias, o isolamento total das áreas rurais em relação à cidade tornou-se fator do passado e, com isso, muitos dos empecilhos para a fixação no campo foram superados, possibilitando inclusive a migração de novos atores sociais para essas áreas, os também conhecidos como neorrurais. O espaço rural passa a ser apropriado como objeto de consumo, uma nova fronteira que pode ser conquistada e utilizada não apenas para atividades agropastoris, mas também para atividades de lazer e entretenimento. Segundo Giuliani (1990), o neo-ruralismo estende a esfera da individualidade a uma vasta gama de atividades que não tem necessariamente objetivos econômicos prioritários e cuja finalidade pode ser simplesmente uma prática prazerosa. Essa dimensão do "prazer em fazer" determinadas atividades é que orienta a escolha de novas práticas, de novas relações sociais, de novas formas de sociabilidade, de lazer e de novas formas de identificação.

A migração para o campo pode, inclusive, criar uma nova dinâmica em relação às atividades desenvolvidas no meio rural. Os objetivos de construir uma vida no campo, paralela a uma vida na cidade, podem criar atividades prazerosas, traduzidas pelo simples fato de se ter uma horta no fundo do quintal; a transformação, o prazer de fazer atividades relacionadas à vida rural e de sentir-se inserido em novas relações sociais, de lazer e de novas formas de identificação. Entendemos, assim, que o neorrural se afirma a partir da valorização da natureza e da vida cotidiana movida pelo sossego e segurança a princípio oferecidos pelas áreas rurais. Graziano da Silva (1997) destaca três grandes grupos de atividades que compõem o neorrural: uma agropecuária moderna, baseada em *commodities* e intimamente ligada às agroindústrias; um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e principalmente ao turismo; e um conjunto de novas atividades agropecuárias, impulsionadas por nichos especiais de mercados. Neste estudo, daremos destaque ao segundo grupo de atividades, que é composto por meios de hospedagens, pesque-pague, atividades de ecoturismo, passeios a cavalo, caminhadas na natureza, visitação a antigas sedes de fazendas históricas, dentre outras atividades não-agrícolas desenvolvidas no espaço rural. O crescimento dessas atividades não-agrícolas no meio rural se relaciona com a já mencionada procura pelo contato com a natureza e a tranquilidade oferecida pelo campo, a busca pelo “*consumo do espaço qualitativo*” (mesmo que de forma temporária) por parte de pessoas oriundas dos grandes centros urbanos, o que revaloriza o rural e torna sua paisagem um produto capaz de gerar lucros a partir de sua transformação em mercadoria comercializável pela atividade turística.

A associação de atividades agropastoris ao turismo tem servido cada vez mais de complemento de renda para diversas famílias, já que aumentam a demanda por serviços e postos de trabalho, como, por exemplo, jardineiros, motoristas, pedreiros, camareiras, cozinheiras. Essa associação possibilita a contratação de indivíduos para desenvolverem atividades ligadas direta e indiretamente ao lazer e ao entretenimento, tornando-se, assim, elemento de complementação de renda e também uma possibilidade de aproveitamento da mão de obra dos mais jovens, que não querem deixar o campo, mas não possuem o interesse em dar prosseguimento às atividades exercidas por seus pais, e que veem nas atividades relacionadas ao lazer uma oportunidade e alternativa diferenciada de permanência no campo.

Com base no segundo grupo destacado por Graziano (1997), acreditamos que o segmento de Turismo Rural pode ter contribuído de forma significativa para a revalorização da vida no campo, uma vez que muitos indivíduos tiveram seu primeiro contato com áreas rurais a partir da aquisição de pacotes turísticos voltados ao segmento de Turismo Rural. Observamos que o lazer e o turismo estão ganhando destaque nas novas atividades não agrícolas e estão relacionados à crescente mudança e urbanização do meio rural. E, assim, atividades não agrícolas se mesclam às atividades agrícolas típicas do campo; lazer e atividades laborais passam a ser desenvolvidas simultaneamente, e, muitas vezes, as atividades laborais desenvolvidas e praticadas no meio rural acabam se tornando matéria-prima da atividade turística, e, com isso, o tempo do trabalho e o tempo do lazer se misturam e se confundem no espaço rural. No que diz respeito ao homem do campo ou ao pequeno produtor rural, não podemos precisar exatamente em que momento os dois tempos (lazer e trabalho) divergem ou se encontram. No campo os dois tempos se entrelaçam, caminham juntos, porque muitas das vezes cuidar da lavoura ou das pequenas criações não é necessariamente uma atividade laboral penosa e estressante como por vezes são algumas das atividades desenvolvidas na cidade. Num rebanho de gado leiteiro, por exemplo, é comum que cada vaca tenha um nome, apesar de não ser um animal doméstico; o rebanho possui identificação com nomes tão carinhosos quanto os dados aos nossos animais de estimação. Apesar de ser um animal criado para geração de renda, a ação de nomeá-lo denota certo carinho e certa proximidade ao seu dono. Ordenhar o gado, arar a terra, plantar, colher – cada vez mais os fazeres e saberes que envolvem cada uma destas ações desperta o interesse de indivíduos, levando-os ao desejo de conhecer o meio rural.

Para o neorrural, o interessante é desfrutar da paz do campo com todo o conforto e as tecnologias da cidade. Segundo Giuliani, “o que faz reviver os valores próprios do mundo rural, transformando-os em força crítica das formas em que a sociedade inteira se desenvolve, é uma livre escolha bem precisa e particular” (1990, p. 6). A escolha ou a decisão das pessoas por não mais morarem na cidade e não mais trabalharem em profissões urbanas, – resolvendo se mudar para o campo e, por vezes, trabalharem em novas atividades relacionadas à agricultura familiar ou na criação de pequenos animais –, tornou-se uma questão não apenas de segurança ou de refúgio em relação à violência urbana, mas de qualidade de vida.

No Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo, temos alguns atores sociais que se enquadrariam perfeitamente nos padrões dos neorrurais. São indivíduos que vem aos poucos se enquadrando nesse cenário de um rural muito próximo ao urbano, existente na cidade de São Gonçalo. Dos 147 sítios existentes no Assentamento, observamos que alguns dos atores sociais já possuem atividades duplas. Para complementar a renda familiar, alguns sitiantes ainda preservam vínculos de trabalho na área urbana, mas, no final do dia ou da semana, optam por voltar ao campo. Outros já estabeleceram residência, estão aposentados e complementam sua renda a partir de atividades ligadas à agricultura familiar, criação de animais e algumas atividades pontuais voltadas ao lazer no meio rural. No caso do Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo, um dos fatores que também possibilita a fixação no campo é a vida rural muito próxima à cidade, ou seja, uma área de fácil deslocamento e mobilidade para se ter acesso às redes bancárias, supermercados, instituições de ensino da rede pública e particular, hospitais, e outras formas de lazer diferentes das oferecidas no meio rural.

3.4 - Circuito Engenho Novo: um diálogo entre a agricultura familiar e o Turismo como complementação da renda local

De acordo com Rodrigues *apud* Carneiro (2012, p. 227), o tema do crescimento das atividades não agrícolas no campo tem levantado inúmeras questões em relação às novas funções e significados atribuídos ao espaço rural e à própria atividade agrícola. Cada vez mais o campo vem diversificando suas atividades: são produtores que desenvolvem ao mesmo tempo culturas variadas, outros que industrializam parte de sua produção, produzindo queijos, cachaças, doces e existem aqueles que, em meio a tudo isso, ainda, optaram por abrir suas propriedades para o recebimento de turistas ou visitantes, transformando, assim, seu trabalho em produto vendível e incorporando, cada vez mais, atividades de lazer e turismo às suas atividades diárias. O campo ganhou uma ressignificação, passando cada vez mais a ser traduzido como lugar de lazer, de paz, tranquilidade, um lugar para descansar e adquirir produtos saudáveis.

Dentro dessas novas perspectivas do espaço rural, a proposta aqui apresentada é a de estabelecer um possível diálogo entre agricultura familiar e atividade turística, a partir da multifuncionalidade. O intuito é de avaliar as perspectivas dos sítios numa possível parceria entre a principal atividade econômica da região, agricultura familiar, e o turismo como um fator de complementação da renda familiar. Abordaremos, assim, alguns dos segmentos turísticos que podem ser desenvolvidos a partir da agricultura familiar praticada na região.

Segundo o Ministério do Turismo, o Turismo Rural é um segmento relativamente novo e em fase de expansão no Brasil, tendo seu crescimento explicado por duas razões:

A necessidade que o produtor rural tem de diversificar sua fonte de renda e de agregar valor aos seus produtos; A vontade dos moradores urbanos de reencontrar suas raízes, de conviver com a natureza, com os modos de vida [...] e com as formas de produção das populações do interior. (2003, p. 6)

Apesar de a primeira razão ser apontada por um órgão estatal como o MTur dentro das diretrizes para o desenvolvimento do Turismo Rural, entendemos que não deve existir uma generalização em relação a todos os produtores rurais, de modo a ver a inclusão ou a participação deles em atividades voltadas à atividade turística como uma necessidade de primeira ordem. Alguns atores sociais que decidem abrir suas propriedades para o recebimento de turistas ou visitantes o fazem muitas vezes como uma alternativa para complementação da renda ou para valorizar a questão histórica que, em alguns casos, envolve a propriedade rural. Desse modo, o segmento de Turismo Rural insere-se no contexto do Plano Nacional de Turismo 2003-2007, na medida em que busca contribuir para (2003, p. 5): diversificar a oferta turística; aumentar os postos de trabalho e a renda no meio rural; valorizar a pluriatividade e as diversidades regionais; consolidar produtos de qualidade e interiorizar as atividades turísticas.

Em relação a diversificar a oferta turística, podemos dizer que o MTur tem como intuito oferecer produtos diferenciados, desmistificando, assim, a imagem construída durante anos, de que o Brasil como destino turístico conta apenas com sol e praias. A diversificação da oferta de um produto turístico em áreas rurais pode surpreender o turista ou visitante quando este se depara com atrativos naturais e culturais mesclados em um mesmo espaço. Já em relação a aumentar os postos de trabalho e a renda no meio rural, entendemos que a atividade turística desenvolvida no meio rural possibilitaria um aumento na renda familiar, além de criar alternativas para aqueles que desejam permanecer no campo, apesar de não estarem diretamente envolvidos em atividades campesinas. As atividades de turismo e lazer

funcionam, inclusive, como uma alternativa para os mais jovens que não desejam ter a mesma vida laboral de seus pais, mas que também não querem deixar a vida no campo. A preocupação do MTur em valorizar a pluralidade e as diversidades regionais encontra-se diretamente relacionada à oportunidade de mostrar o modo de ser e viver em áreas rurais, suas especificidades, formas de cultivo, moradia.

Por ser um país formado por diversas nacionalidades e com um território extremamente amplo e com ampla diversidade climática, o Brasil possui inúmeras possibilidades de ampliar e diversificar a sua atuação turística na segmentação do Turismo rural. Não apenas pelo que produzimos, mas também pelas singularidades encontradas em algumas áreas rurais brasileiras, como, por exemplo, antigas sedes de fazendas, antigos moinhos ainda em funcionamento, e também a paisagem que permeia o campo brasileiro, onde também é possível encontrar rios, cachoeiras, lagos em meio ao cultivo diversificado de frutas, legumes, hortaliças e seus derivados. Uma pluralidade presente entre o lazer e o cuidado com a terra, representada pelas criações de animais de grande e pequeno porte, pelos pomares, pelas hortas, pelas produções de doces e queijos que cada vez mais têm se transformado em produto a ser adquirido e consumido pelo turista ou pelo visitante. Para consolidar produtos de qualidade, o MTur inseriu no Plano Nacional de Turismo (2003-2007) oportunidades de consolidação de produtos turísticos no meio rural, estabelecendo, assim, metas e criando estratégias de estruturação e capacitação dos atores sociais envolvidos no processo de abertura de suas propriedades ao segmento que está na moda. É cada vez maior o número de pessoas que deseja conhecer as propriedades de onde saem os alimentos adquiridos nas feiras orgânicas; por isso a importância de termos mão de obra qualificada e capacitada.

Na região serrana do Rio de Janeiro, por exemplo, na cidade de Petrópolis, os produtores rurais do Brejal e que fazem parte do Grupo de Produtores Orgânicos encontram-se inseridos no Circuito Ecorrural do Brejal⁶⁹ e, pelo menos uma vez ao ano, abrem suas propriedades para receberem os consumidores de seus produtos vendidos nas feiras de orgânicos nas cidades do Rio de Janeiro e Niterói - RJ. Os consumidores vivem um dia na roça, onde adquirem um pacote com transporte, café da manhã, almoço, lanche da tarde e visitação – realizada no intervalo entre as refeições em algumas das propriedades que produzem os produtos adquiridos por eles nas feiras, com direito a colher o produto que eles levarão para casa ao final da visita. A interiorização das atividades turísticas pode contribuir em certa medida para que o número de turistas e visitantes em circulação nos grandes centros urbanos seja distribuído para outras regiões do país, descentralizando as entradas de turistas nas grandes capitais e contribuindo para uma melhor distribuição da renda gerada pela atividade turística. A interiorização contribuiria também para demonstrar que o Brasil possui especificidades para além de seu litoral vendido por suas belas praias.

3.5 – Os relatos orais e as perspectivas de um “novo rural”

Os relatos aqui traduzidos e registrados podem ser utilizados como uma ferramenta recorrente para compreendermos as constantes mudanças e transformações cada vez mais rápidas entre o rural e o urbano. Segundo Graziano da Silva (1997), as transformações presentes entre o rural e o urbano traduzem-se no arruinamento dos limites distintos estabelecidos anteriormente entre campo e cidade. Entretanto o que percebemos em relação à

⁶⁹ O roteiro foi escolhido como um dos 23 selecionados pelo Talentos do Brasil Rural, projeto criado para implementar ações conjuntas que busquem identificar, ordenar, promover e fortalecer a relação entre a agricultura familiar e a atividade turística. A ideia é inserir produtos e serviços da agricultura familiar no mercado turístico, agregando valor à oferta turística brasileira. Disponível em: <<http://www.organicnet.com.br/2014/06/talentos-do-brasil-ruralcaminhos-do-brejal-esta-entre-roteiros-selecionados/>>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2015.

realidade vivida e traduzida nos relatos orais e nas imagens utilizadas neste trabalho é que as transformações ou o arruinamento destes limites não foram de todo ruim, não podemos generalizar.

Durante anos, o campo foi visto como lugar de atraso, não recebendo ao longo do tempo⁷⁰, no Brasil, a mesma atenção dada às cidades, e isso, conseqüentemente, implicou a escassez de infraestrutura básica, (energia elétrica, rede de água e esgoto, transporte público). Mas, há muito tempo, essa realidade foi sendo mudada e o campo deixou de ser sinônimo de atraso, compartilhando praticamente dos mesmos benefícios e inovações da cidade; e isto não é diferente no Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo. No Sítio Pau Brasil de propriedade do Sr. Hermínio, por exemplo, vemos o fogão à lenha dividindo espaço com o fogão a gás. Ao contrário do que muitos pensam, o fogão à lenha de seu Hermínio e dona Cristina não foi aposentado ou destruído, pois é justamente nele que “as melhores” comidas são feitas para receber as visitas e os amigos para um almoço de domingo.



Fig. 47 – O moderno e o antigo dividem espaço na cozinha de Sr. Hermínio e D. Cristina.
Fonte: Acervo da pesquisa – setembro/2011.

O que observamos em meio as transformações é que torna-se cada vez mais expressivo o número de moradores de áreas rurais que se dedicam a algum tipo de atividade laboral paralela às atividades agropastoris, usufruindo, desse modo, de uma economia rural complementada por outras fontes de renda, entre elas, o turismo. As novas vocações que surgem na área rural a partir das atividades desenvolvidas juntamente com a produção agrícola configuram-se em “novas ruralidades”, e o meio rural ganha destaque tornando-se capaz de atrair outros interesses sociais, agora relacionados com o bem-estar, a qualidade de vida, a conservação do patrimônio natural (traduzido na preocupação e na implantação de novas formas de manejo e cultivo dos espaços) e cultural (representado pelos bens materiais e imateriais).

⁷⁰ Entretanto, havia áreas privilegiadas, principalmente as localidades onde se encontravam as grandes fazendas produtoras de cana-de-açúcar e café, que tornaram o país um grande agroexportador. Com o passar dos anos, o campo ganhou destaque e voz também na política com um número significativo de representantes na bancada ruralista.

Segundo Wanderley:

Nas sociedades modernas o desenvolvimento dos espaços rurais dependerá, não apenas do dinamismo do setor agrícola, mas, cada vez mais, da sua capacidade de atrair outras atividades econômicas e outros interesses sociais e de realizar uma profunda ‘ressignificação’ de suas próprias funções sociais. (2000, p. 97)

Dessa forma, as atividades agrícolas deixam de ser apenas uma atividade laboral para se tornarem personagens de um “espetáculo” protagonizado pela indústria do turismo que a transforma em produto turístico a ser comercializado entre pessoas cada vez mais interessadas em descobrir as caras, os cheiros e sabores que traduzem as novas ruralidades. Dentro dessa ressignificação, o rural passa a ser visto como espaço de residência e de lazer, um espaço que deve ser preservado contra todos os usos predatórios, o lugar da paz e da vida saudável, segura.

Cabe, assim, ressaltar que a crescente valorização do potencial econômico do desenvolvimento de atividades paralelas às atividades agrícolas – entre elas, as relacionadas ao lazer e ao segmento de Turismo Rural –, além de acrescentar nova destinação para essas áreas, também abre espaço para o questionamento em relação à preservação do ambiente –, nesse caso específico não apenas natural, mas também do ambiente social, formado pelos diversos atores sociais do Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo. Por isso acreditamos que torna-se cada vez mais relevante conservar o patrimônio, seja ele natural seja cultural, representado e traduzido neste trabalho pelo álbum de família, pelas memórias rebuscadas nos relatos orais e na identidade local dos muitos atores sociais que fazem parte e que, de alguma forma, ajudaram a construir as novas ruralidades desse Engenho Novo de Memórias. E, dessa forma, passado e presente se encontram e interagem entre si, traçando novas perspectivas em relação ao mundo rural formado e constituído por algo além da paisagem traduzida e capturada numa fotografia que “aprisiona” e “congela” a imagem dos pastos e das lavouras. Um mundo rural muito além da imagem aprisionada e da paisagem idealizada pelo homem que busca a perfeição, mas que esquece que sua própria intervenção gera a imperfeição; um mundo rural formado por pessoas, indivíduos carregados de lembranças e de memórias vividas e absorvidas no decorrer dos anos.

Considerações finais

Sabemos que este estudo, que analisou a relação existente entre um bem cultural em ruínas, as memórias de uma região e as novas ruralidades presentes no Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo, não se encerra aqui. Contudo, para efeito de considerações finais, esperamos salientar alguns aspectos relevantes durante a pesquisa.

O primeiro deles diz respeito à importância histórica da antiga sede da Fazenda Engenho Novo não apenas para os moradores do bairro de Monjolos, mas também para a valorização cultural de São Gonçalo - RJ, uma vez que a Fazenda teve grande representatividade na construção histórica e econômica do município. A Fazenda também é analisada como suporte de memória no que Le Goff chama em sua obra de “monumento/documento”. Entendemos que a Fazenda Engenho Novo se enquadra nas considerações de Le Goff a esse respeito, porque todo tempo a memória dos sitiantes e dos membros da família Serrado evoca os áureos tempos da Fazenda para consultar e explicitar suas lembranças. Além disso, a construção em si serve como testemunho de técnicas e de materiais utilizados pela construção civil entre os séculos XIX e XX, traduzindo em suas dependências a arquitetura das antigas residências e engenhos do Brasil Colonial. Dentro da perspectiva histórica o trabalho também refletiu sobre algumas questões relacionadas ao tombamento de bens culturais materiais e à sua salvaguarda a partir de políticas públicas patrimoniais, demonstrando que nem sempre o tombamento é a “melhor” alternativa. Entendemos que somente a ação de tomar um bem cultural não garante a sua preservação e salvaguarda, principalmente no que diz respeito à sua estrutura física para as gerações presentes e futuras. Nesse caso, acreditamos que além do tombamento, o referido bem, objeto deste estudo, deveria ter recebido algum tipo de uso que o tornasse não apenas “objeto” de contemplação, mas que fosse realmente utilizado pelos sitiantes que vivem no Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo, e também por todo cidadão que o desejasse fazê-lo. Observamos que São Gonçalo é uma cidade extremamente carente de equipamentos culturais e de lazer e, por isso, a transformação de espaços como o da Fazenda em área de lazer, além de melhorar a qualidade de vida da população, contribuiria para a manutenção e conservação do patrimônio cultural e natural da cidade. Uma outra alternativa seria a efetivação do Parque Botânico, lançado pelo ITERJ em 2012; o parque seria uma alternativa de área verde no município, um espaço para caminhadas, piqueniques, enfim, um lugar onde moradores e visitantes de cidades vizinhas poderiam estar em contato com a natureza e com o bucolismo do espaço rural, apesar de próximos aos centros urbanos. Entendemos, assim, que a melhor alternativa para a preservação do patrimônio natural e cultural, principalmente em relação ao objeto deste estudo, seria a sua devolução à sociedade como estrutura voltada à prática de lazer e atividades culturais, o que contribuiria à salvaguarda do lugar e também para o fortalecimento identitário da população local.

No decorrer do trabalho discutimos também algumas questões relacionadas à agricultura familiar e ao pequeno produtor rural, representado aqui pelos assentados/sitiantes que vivem no Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo. Procuramos descrever alguns dos projetos desenvolvidos na região em parceria com o poder público, demonstrando sua importância para a manutenção da identidade rural e para a história agrícola do município. Algumas questões que envolvem o manejo da terra estão relacionadas diretamente aos projetos (galinha caipira, cana forrageira, palmito pupunha) desenvolvidos e executados em alguns momentos por meio de mutirões, gerando, dessa forma, uma rede social entre os assentados que auxiliam no plantio e na colheita dos lotes vizinhos e também do lote 32 (sítio arqueológico da Fazenda Engenho Novo), tendo como resultado a partilha de mudas ou de lucros. No caso da produção do lote 32, parte da renda gerada pelo plantio é destinada à Associação dos Produtores Rurais, para manutenção da patrulha mecânica e pagamento de

outras despesas (luz, telefone, funcionários). A agricultura familiar desenvolvida na região tem inserido alguns produtores rurais gonçalenses no programa de merenda escolar do governo do Estado, contribuindo, desse modo, para que parte da produção tenha destino certo.

Dentro das perspectivas do neorrural, procuramos demonstrar o crescente fluxo de indivíduos para as áreas rurais à procura de bem-estar, segurança e qualidade de vida que hoje tornaram-se praticamente sinônimo de uma vida campesina. Os neorrurais são em grande parte indivíduos que migram para o campo apenas nos finais de semana, em busca de atividades relacionadas ao lazer e à prática do Turismo Rural; mas também existem aqueles que mudam-se definitivamente para as áreas rurais e continuam desenvolvendo suas atividades laborais nas cidades ou grandes metrópoles. No caso do Assentamento estudado, a região é muito próxima às duas principais cidades da região metropolitana, Niterói e Rio de Janeiro, tendo como vias de acesso a RJ-116 e a BR-101, o que facilita e traz uma certa mobilidade aos indivíduos que optaram por estabelecer-se na região. Dentre as perspectivas dos neorrurais, observamos que a busca pelo campo tem sido algo crescente face à violência das grandes cidades. São pessoas que optaram por viver no campo e desenvolver atividades paralelas às suas atividades profissionais – alguns transformam seus jardins em pequenas hortas para garantir uma alimentação mais saudável, e os mais empreendedores passam a abrir suas porteiras para receber turistas e visitantes nos finais de semana e feriados prolongados, desenvolvendo, dessa forma, atividades paralelas às atividades agrícolas, o que pode contribuir para o crescimento e a valorização cultural das áreas campesinas. E, assim, cada vez mais, as atividades não agrícolas, principalmente as voltadas ao lazer e ao entretenimento vão ganhando espaço no meio rural, servindo de alternativa para a complementação da renda familiar e para a manutenção da pequena propriedade. Entendemos que as atividades não agrícolas sempre estiveram presentes no meio rural, onde eram representadas pelas produções de doces, queijos e pequenas manufaturas que tinham como objetivo o aproveitamento dos excedentes, mas, devido à agitação dos grandes centros, outras alternativas em relação às atividades não agrícolas foram surgindo e, atualmente, até a paisagem rural e o clima bucólico associado à vida campesina tornaram-se produtos a serem comercializados pela atividade turística, trazendo outras alternativas no que diz respeito à geração de renda no espaço rural. E, assim, o caráter multifuncional do espaço rural contemporâneo impõe cada vez mais novos desafios em relação a conciliar as atividades agrícolas, turísticas, ambientais e socioculturais do espaço rural, sem comprometer os recursos naturais e as práticas tradicionais representadas pelos modos de ser e viver campesino.

Pela dimensão do Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo, pela temática abordada e o recorte aqui utilizado, o resultado deixa claro que ainda há muito que ser dito sobre as histórias e memórias do Engenho e da região de Monjolos. O que foi aqui retratado, a partir dos fragmentos de algumas entrevistas, documentos e fotografias, é apenas fruto de um breve recorte que ainda poderá ser aprofundado junto aos muitos atores sociais envolvidos nesse Engenho de Memórias.

Referências bibliográficas

ABREU, Regina; CHAGAS Mário (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 57.

ABREU, Regina. Colecionando museus como ruínas: percursos e experiências de memórias no contexto de ações patrimoniais. *Revista de Antropologia*. Florianópolis – SC, v. 1, pp. 17-37, 2012.

ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL Mário (Orgs.). *Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento*. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

ARAÚJO, Victor L. de; MELO, Hildete P. de. O processo de esvaziamento industrial em São Gonçalo no século XX: auge e declínio da Manchester Fluminense. *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*, Rio de Janeiro, nº 4, maio 2014.

AZEVEDO, Cristiane Valladares de. *Um Engenho de Memórias: Turismo, memória e patrimônio movendo a Fazenda Engenho Novo*. Monografia (Bacharelado em Turismo) – Faculdade Paraíso, Rio de Janeiro – Brasil, 2007.

AZEVEDO, Cristiane Valladares de. Memórias do Engenho: uma reflexão a respeito das redes estabelecidas entre agricultura familiar e turismo no Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo. In: XIV Jornada do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia: Estudos Rurais I. Anais... Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, dezembro de 2013.

BARRETO, Margarita. *Turismo e Legado Cultural*. 5 ed. Campinas, SP: Papirus, 2000.

BONNAL, Philippe; CAZELLA, Ademir A.; MALUF, Renato S. Multifuncionalidade da agricultura e desenvolvimento territorial: avanços e desafios para a conjunção de enfoques. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 2, v. 16, outubro 2008.

BORGES, Maria Eliza Linhares. *História e fotografia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BOSI, Ecléa. *Memória & Sociedade: Lembranças de Velhos*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRAGA, Maria Nelma Carvalho. *O município de São Gonçalo e sua história*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Falcão, 1998.

BRANDENBURG, Alfio. Os novos atores da reconstrução do ambiente rural no Brasil: o movimento ecológico na agricultura. Seminário The potencial of agroecology to contribute to ecological transitions in agriculture. Anais... Liège University, Arlon Campus, Bélgica, 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. Turismo cultural: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2ª ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

BRASIL. Ministério do Turismo. Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no

Brasil. 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Manual do Plano Safra da Agricultura Familiar 2003/2004.

BRUN, Bernard; LEMONNIERS, Pierre; RAISON, Jean-Piere; RONCAYOLO, Marcel. *Enciclopédia Einaudi*. Ambiente. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, v. 8, 1989.

CALABRE, L. *Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. (Coleção FGV de bolso. Série Sociedade & cultura).

CANCLINI, Néstor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do social. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 23, 1994. p. 95-115.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; OLIVEIRA, Julieta Teresa Aier de. *Relatos orais, memória coletiva e identidade na agricultura familiar*. Universidade Estadual de Campinas: São Paulo. Apresentação Oral: Agricultura familiar e ruralidades. Disponível em: <<http://www.projetomafc.org/bibliografia/pdf/Agric%20Familiar.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2012.

CAMPANHOLA, Clayton. O Agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: RIEDL, M; ALMEIDA, J. A. (Org.). *Turismo Rural: Ecologia, Lazer e Desenvolvimento*. São Paulo: EDUSC, 2001.

CARNEIRO, Maria José. *Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

_____. Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, nº 11, out. 1998. p. 53-75.

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R.S. (Org.). *Agricultura familiar, multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*, Rio de Janeiro: Mauad X, NEAD, IICA, 2009. 301p.

CASTELLS, Manuel (Org.). *A sociedade em Rede*. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. Prólogo: A rede e o ser. In: _____. *A sociedade em Rede*. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 21-47.

CESCO, Susana. *Desmatamento e Migração no Alto Vale do Rio do Peixe: discussões sobre 'progresso' e transformação ambiental*, 2005. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina – SC, 2005.

CESCO, Susana; LIMA, Eli de Fátima N de; MOREIRA, Roberto José. Interpretações sobre desenvolvimento e Mundo rural nas Ciências Sociais. Um estudo de caso. In: Asociación Latinoamericana de Sociología Rural – ALASRU. Anais... México, 2014.

CHOAY, F. *Alegoria do patrimônio*. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

FUNARY, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (Orgs.). *Turismo e Patrimônio Cultural*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

GODOY, Karla Estelita; AZEVEDO, Cristiane Valladares de. Hacienda Engenho Novo: el destino de un bien patrimonial delante de las intervenciones y cambios producidos en su territorio, a partir de políticas de preservación y de incentivo al turismo. In: 2º Colóquio Internacional RIGPAC “PAISAJE CULTURAL URBANO E IDENTIDAD TERRITORIAL – Una aproximación a las relaciones entre diversidad cultural y bien patrimonial”. Anais... Florença-Itália, 2012.

GODOY, Karla Estelita; AZEVEDO, Cristiane Valladares de. Turismo, memória e patrimônio no circuito turístico digital da Fazenda Engenho Novo. In: Anais de 6º Foro Latinoamericano "Memoria e Identidad", 2009, Montevideo. Anais... Montevideo: Signo Centro Interdisciplinario, 2009.

GODOY, Karla Estelita. Circuito turístico na fazenda engenho novo: possibilidades para a preservação do patrimônio cultural, a valorização da comunidade local e a profissionalização de atividades geradoras de renda. XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. Anais... São Paulo, julho 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312773834_ARQUIVO_ArtigoANPUH-CircuitoTuristicoNaFEN-KarlaGodoy.pdf>.

GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Org.). *O que é Memória Social?* Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005.

GUIMARAES, Geny Ferreira. *Guaxindiba/RJ: do rural e do urbano*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA), 2004.

GIULIANI, G. M. Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (RBCS/Anpocs), nº 14, ano 5, out. 1990.

GRAZIANO DA SILVA, J. *O novo rural brasileiro*. 1997. (datil.)

_____. *et alii*. Turismo em Áreas Rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; FROELICH, J. M.; RIEDL Mário (Orgs.). *Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento*. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*. 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2005.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

IBGE. Sistema Sidra. Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>>. Acesso em: 10 mai. 2013.
_____. Censo 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 01 nov. 2013.

INEPAC – INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DO RIO DE JANEIRO. Dossiê de tombamento da Fazenda Engenho Novo. São Gonçalo, 1998.

LE GOFF, J. Documento/monumento. In: *História e Memória*. Campinas: Ed. da Unicamp,

1998.

LINHARES, Elizabeth *et alii*. Conhecendo Assentamentos Rurais no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2002.

LONDRES, Maria Cecília Fonseca. In: ABREU, Regina; CHAGAS Mário (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 59-79.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: *Sociologia e Antropologia*. 11^a ed. São Paulo: Cosac Naif, 2011. 4^a reimpressão.

MARINELLI, Priscila C. da S.; LIMA, Renan L. Diagnóstico socioeconômico e ambiental da comunidade residente em área da antiga Fazenda Engenho Novo – São Gonçalo – RJ. *Qualit@s Revista Eletrônica*, v. 9, n^o4, 2010. ISSN 1677 4280.

MARTINS, Clerton (Org.). *Patrimônio Cultural: da memória ao sentido do lugar*. 1^a ed. São Paulo: Roca, 2006.

MARTINS, José de Souza. *Sociologia da Fotografia e da Imagem*. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Mateus. C. *Métodos de Consolidação de Ruínas*. 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2003.

MATTOS, Rafael Arosa. População neo-rural e agricultura orgânica: mudanças no meio rural da região metropolitana do Rio de Janeiro. In: XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Anais... Porto Alegre, 2010.

MELO, Leda Agnes S. Uma cidade perdida: São João Marcos e seu destombamento. XVI Encontro Regional da ANPUH-Rio: Memória e Patrimônio. Anais... Rio de Janeiro, julho 2010.
Disponível em:
<http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276740452_ARQUIVO_ArtigoparaAnpuh-S.J.M.pdf>. Acesso em 25 de março de 2015.

MOLINA, E.; SILVA S. M. *São Gonçalo no Século XVII*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1996. 126p. Coleção Memor.

MOLINA, E.; SILVA S. M. *São Gonçalo no século XVIII*. São Gonçalo, RJ: Ed. Muiraquitã, 1998. 156p.

MONTENEGRO, A. T. História oral, caminhos e descaminhos. *Revista Brasileira de História: Memória, História, Historiografia*, São Paulo, SP: ANPUH/Marco Zero, v. 13, n^o 25/26, triênio: 1991-1993. ISSN: 0102-188.

MOREIRA, R. J. Identidades complexas no conhecimento científico sobre comunidades costeiras. In: AMODEO, N. B. P.; ALIMONDA, H. *Ruralidades, capacitação e desenvolvimento*. Viçosa: Ed. UFV, 2006. p. 177-200.

_____. Cap. 3. Cultura, política e instituições rurais. In: _____. *Terra, poder e território*. 1^a ed. São Paulo: Expressão popular, 2007. p. 69-97.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. In: _____ (Org.). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1998.

MUNHOS, Paula Daniela. *Sitiantes e Chacareiros do Ribeirão Vermelho: sociabilidade, disputas e transformações de um bairro rural*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA), 2007.

MURARI, Luciana. *Natureza e cultura no Brasil (1870-1922)*. São Paulo: Alameda, 2009.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. In: *Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História*, São Paulo: PUC-SP, dezembro de 1993. p. 7-28. (In: *Les lieux de mémoire*. La République. Paris. Gallimard, 1984. p. XVIII-XLII.)

PENTEADO, S. R. *Introdução à agricultura orgânica*. Viçosa: Aprenda Fácil, 2003.

PLOEG, Jan Douwe van der. Dez qualidades da agricultura familiar. *Revista Agriculturas: experiência em agroecologia*, número extra, nº I, fevereiro 2014. p. 3-14. ISSN: 1807-491X.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, v. 5, nº. 10, Rio de Janeiro, 1990. p. 200-212.

PRONAF – Programa Nacional da Agricultura Familiar. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/atuar/pronaf.htm>. Acesso em: 10 de maio 2010.

QUEIROZ, Marcos Aurélio Campos de. *A difusão da agricultura orgânica de base agroecológica: uma discussão sobre as experiências de Rio Cuarto (Argentina) e Seropédica (Brasil)*. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2014.

RODRIGUES, Marly. Preservar e Consumir: O Patrimônio Histórico e o Turismo. In: FUNARY, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (Orgs.). *Turismo e Patrimônio Cultural*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 20.

RODRIGUES, Camila Gonçalves O de. O turismo e a reconstrução do espaço rural. In: CARNEIRO, Maria José. *Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Maud X: FAPERJ, 2012. p. 227-246.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SCHMITT, Cláudia Job. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. *Dossiê Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011. p. 82-112.

SONTAG, Susan. *Ensaio sobre fotografia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Arbor, 1981.

VARELLA, Marcos Vinícius M. *Igrejas e capelas históricas de São Gonçalo: resenha histórica*. 1ª ed. São Gonçalo, 2013.

VASSALLO, Simone Pondé. Desenterrando memórias: Patrimônios afrodescendentes em disputa na Zona Portuária do Rio de Janeiro. In: SOUZA, Rogério (org.). *Sociedade em Perspectiva: cultura, conflito, identidade*. Rio de Janeiro: Ed. Gramma, 2012. p. 157-187.

WANDERLEY, M. N. B. O 'lugar' dos rurais: o meio rural no Brasil moderno. In: XXV Congresso da SOBER. Anais... Natal: SOBER, 1997. p. 90-113.

WANDERLEY, M. N. B. & F. A. Lourenço. O agricultor familiar e a sociabilidade no espaço local. Notas sobre um estudo comparativo internacional. XVII Encontro nacional do PIPSA. Anais... Porto Alegre, IFCH/UFRGS, novembro 1994.

YAZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fanini A.; CRUZ, Rita de Cássia A. *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996.

ANEXOS



Autorização para uso de imagens, áudio e vídeo em Pesquisa Acadêmica

Eu , portador do documento de identidade nº....., autorizo o uso de todo o material levantado (imagens, áudio, vídeo entre outros) durante as pesquisas para realização da dissertação de Cristiane Valladares de Azevedo, elaborada como pré-requisito para conclusão do Curso de Mestrado, vinculado ao Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/ CPDA. Autorizo também o uso do material coletado para publicações posteriores a conclusão deste trabalho, assim como possíveis desmembramentos desta pesquisa.

..... – RJ, de de

.....
Assinatura/Autorização.º



Autorização para uso de imagens, áudio e vídeo em Pesquisa Acadêmica

Eu, JANSEN SIQUEIRA DA FONSECA..... portador do documento de identidade nº 09952851-5..... autorizo o uso de todo o material levantado (imagens, áudio, vídeo entre outros) durante as pesquisas para realização da dissertação de Cristiane Valladares de Azevedo, elaborada como pré-requisito para conclusão do Curso de Mestrado, vinculado ao Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/ CPDA. Autorizo também o uso do material coletado para publicações posteriores a conclusão deste trabalho, assim como possíveis desmembramentos desta pesquisa.

SÃO GONÇALO - RJ, 13 de SETEMBRO de 2013

Jansen Siqueira da Fonseca
Assinatura/Autorização.



Autorização para uso de imagens, áudio e vídeo em Pesquisa Acadêmica

Eu, ALFREDO PINHEIRO DA SILVA..... portador do documento de identidade nº 50048112704..... autorizo o uso de todo o material levantado (imagens, áudio, vídeo entre outros) durante as pesquisas para realização da dissertação de Cristiane Valladares de Azevedo, elaborada como pré-requisito para conclusão do Curso de Mestrado, vinculado ao Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/ CPDA. Autorizo também o uso do material coletado para publicações posteriores a conclusão deste trabalho, assim como possíveis desmembramentos desta pesquisa.

SÃO GONÇALO, RJ, 13 de SETEMBRO de 2013

Assinatura Autorização

Alfredo Pinheiro da Silva



Autorização para uso de imagens, áudio e vídeo em Pesquisa Acadêmica

Fu. ANTÔNIO CARLOS FERREIRA....., portador do documento de identidade nº 1.059.423....., autorizo o uso de todo o material levantado (imagens, áudio, vídeo entre outros) durante as pesquisas para realização da dissertação de Cristiane Valladares de Azevedo, elaborada como pré-requisito para conclusão do Curso de Mestrado, vinculado ao Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/ CPDA. Autorizo também o uso do material coletado para publicações posteriores a conclusão deste trabalho, assim como possíveis desmembramentos desta pesquisa.

SÃO GONÇALO..... - RJ, 14 de SETEMBRO..... de 2013

Antônio Carlos Ferreira.....

Assinatura/Autorização



Autorização para uso de imagens, áudio e vídeo em Pesquisa Acadêmica

Eu, HERNANDO MACHES DA COSTA, portador do documento de identidade nº 1051257-8, autorizo o uso de todo o material levantado (imagens, áudio, vídeo entre outros) durante as pesquisas para realização da dissertação de Cristiane Valladares de Azevedo, elaborada como pré-requisito para conclusão do Curso de Mestrado, vinculado ao Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/ CPDA. Autorizo também o uso do material coletado para publicações posteriores a conclusão deste trabalho, assim como possíveis desmembramentos desta pesquisa.

SAO GONDO - RJ, 14 de SETEMBRO de 2013

Assinatura/Autorização.

Hernando Machês da Costa



Autorização para uso de imagens, áudio e vídeo em Pesquisa Acadêmica

Eu, FABIANA SERRADO GOMES, portador do documento de identidade nº 05220711-5, autorizo o uso de todo o material levantado (imagens, áudio, vídeo entre outros) durante as pesquisas para realização da dissertação de Cristiane Valladares de Azevedo, elaborada como pré-requisito para conclusão do Curso de Mestrado, vinculado ao Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/ CPDA. Autorizo também o uso do material coletado para publicações posteriores a conclusão deste trabalho, assim como possíveis desmembramentos desta pesquisa.

Rio - RJ, 10 de JANEIRO de 2015.

Fabiana Serrado Gomes
Assinatura/Autorização.



Autorização para uso de imagens, áudio e vídeo em Pesquisa Acadêmica

Eu, MARCELA DOMINGOS DE MORAES MARINHO, portador do documento de identidade nº 126.23.000.2, autorizo o uso de todo o material levantado (imagens, áudio, vídeo entre outros) durante as pesquisas para realização da dissertação de Cristiane Valladares de Azevedo, elaborada como pré-requisito para conclusão do Curso de Mestrado, vinculado ao Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/ CPDA. Autorizo também o uso do material coletado para publicações posteriores a conclusão deste trabalho, assim como possíveis desmembramentos desta pesquisa.

Rio de Janeiro, RI, 14 de março de 2015.

Marcela D M Marinho

Assinatura/Autorização.



Autorização para uso de imagens, áudio e vídeo em Pesquisa Acadêmica

Eu, Prof. de Souza Pereira, portador do documento de identidade nº 010.113.002.727.91 autorizo o uso de todo o material levantado (imagens, áudio, vídeo entre outros) durante as pesquisas para realização da dissertação de Cristiane Valladares de Azevedo, elaborada como pré-requisito para conclusão do Curso de Mestrado, vinculado ao Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/ CPDA. Autorizo também o uso do material coletado para publicações posteriores a conclusão deste trabalho, assim como possíveis desmembramentos desta pesquisa.

São Gonçalo - RJ, 03 de dezil de 2015

Prof. de Souza Pereira
Assinatura/Autorização.



Autorização para uso de imagens, áudio e vídeo em Pesquisa Acadêmica

Eu Cecília da Costa Pereira portador do documento de identidade nº 421.307, autorizo o uso de todo o material levantado (imagens, áudio, vídeo entre outros) durante as pesquisas para realização da dissertação de Cristiane Valladares de Azevedo, elaborada como pré-requisito para conclusão do Curso de Mestrado, vinculado ao Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/ CPDA. Autorizo também o uso do material coletado para publicações posteriores a conclusão deste trabalho, assim como possíveis desmembramentos desta pesquisa.

São Gonçalo RJ 03 de abril de 2015

Cecília da Costa Pereira

Assinatura/Autorização.

Relação dos Processos Judiciais Digitalizados

Comarca	N.º do CD	Nome da Parte 1	Nome da Parte 2	Competência de Ação	Ação	Ano
CAPITAL	3	AFONSO DE LIGORIO FERREIRA BARBOSA	LAURO FONTOURA	Criminal	HOMICIDIO	1946
VALENÇA	1	AGOSTINHO NAÇÃO		Cível	ACÃO DE LIBERDADE	1873
CAPITAL	7	AIDA CURY	RONALDO GUILHERME DE SOUZA CASTRO	Criminal	HOMICIDIO	1958
CAPITAL	6	ALBERTO JORGE FRANCO BANDEIRA		Criminal	HOMICIDIO	1952
PETRÓPOLIS	1	ALBERTO SANTOS DUMONT		Cível	ARRECADACÃO	1934
PARATI	2	ALFERES FRANCISCO NEPOMUCENO PEREIRA AD CRUZ		Cível	INVENTÁRIO	1834
CAPITAL	9	ALICE DO ESPIRITO SANTO		Criminal	INFANTICIDIO	1902
CAPITAL	4	AMELIA DE BRAGANCA		Cível	INVENTÁRIO	1873
ANGRA DOS REIS	4	ANDRE SERRADOR FERREIRA	JOSE CANDIDO D' ALMEIDA	Cível	INVENTÁRIO	1887
ANGRA DOS REIS	1	ANNA ELOY	ANTONIO ALVES PINTO	Cível	TESTAMENTO	1862
PARATI	2	ANNA MARIA DE GOES		Cível	INVENTÁRIO	1833
ANGRA DOS REIS	1	ANNA ROZA PERES DE OLIVEIRA	ANTONIO ALVES DE ANDRADE	Cível	INVENTÁRIO	1835
ANGRA DOS REIS	4	ANTONIO DA COSTA DA VINDA	JOSE DA COSTA RODRIGUES	Cível	INVENTÁRIO	1883
ANGRA DOS REIS	1	ANTONIO DA COSTA E SILVA LOUZANO	JOANNA MARIA DA FONSECA	Cível	AUTOS DE CONTA TESTAMENTO	1871
ANGRA DOS REIS	1	ANTONIO DA ROZA PICANÇO	FRANCISCO DIAS DE OLIVEIRA	Cível	INVENTÁRIO	1836
ITAGUAÍ	1	ANTONIO DE FREITAS GUIMARAES		Cível	INVENTÁRIO	1886
ANGRA DOS REIS	5	ANTONIO DE OLIVEIRA MONTANHA	JOSE PEDRO DA LAURA	Cível	INVENTÁRIO	1833
ANGRA DOS REIS	1	ANTONIO FRANCISCO DE AZEVEDO		Cível	ARRECADACAO	1875
PARAIBA DO SUL	1	ANTONIO FRANCISCO DE SOUZA		Cível	INVENTÁRIO	1830
PARAIBA DO SUL	1	ANTONIO FRANCISCO DE SOUZA		Cível	INVENTÁRIO	1834
ANGRA DOS REIS	3	ANTONIO FRANCISCO GOMES DA SILVA	ANTONIA EMILIA DA CONCEIÇÃO	Cível	INVENTÁRIO	1905
ANGRA DOS REIS	1	ANTONIO JOAQUIM GONÇALVES		Cível	INVENTÁRIO	1884
ANGRA DOS REIS	1	ANTONIO JOSE DA SILVA		Cível	INVENTÁRIO	1876
PARATI	2	ANTONIO JOSE TENORIO	JANUARIO DA SILVA TENORIO	Cível	INVENTÁRIO	1863
PARATI	1	ANTONIO MARQUES		Criminal	AUTO DE CRIME	1898
CAPITAL	12	ANTONIO MARQUES DA SILVA	HENRIQUE MARQUES DA SILVA E OUTROS	Cível	PARTILHA AMIGAVEL	1877
CABO FRIO	9	APOLLINARIA ROSA (CONSTA NO CD 9 DA CAPITAL)		Criminal	INFANTICIDIO	1890
ANGRA DOS REIS	2	AYRES DA GAMA		Cível	TESTAMENTO	1831
NITERÓI	2	BARAO DE SÃO GONÇALO	ANNA IZABEL SODRE E SOUZA	Cível	INVENTÁRIO	1873
VALENÇA		BARÃO DE VISTA ALEGRE		Cível	ORDINÁRIA	1883
VALENÇA		BARÃO DE VISTA ALEGRE		Cível	MEDIÇÃO	1890
VALENÇA		BARÃO DE VISTA ALEGRE	BARONESA DE VISTA ALEGRE	Cível	PRECATÓRIA CITATÓRIA	1890

C. C. C.

Exm^o Sr. Juiz Municipal
de Viethroy.

J. cons. requ^r
Viethroy, 3 de Fevereiro de 1897
Saverella

Diiz Joaquim Lenado Pereira da
Lima, unico herdeiro da Fazenda
do Engenho Novo do Retiro, esta
na Freguesia de Ladeiras do muni-
cipio de S. Gonçalo e que havendo
fallecido a sdo- fructuaria D.
Anna Izabel Lodei e Louisa, como
faz certo com o doc. e um visto
do art. 54 do Dec. n.º 272 de Junho de
1894, requer e

P. que, sendo a presen-
te junta aos autos
de inventario do Basio
de S. Gonçalo, sejam as
mesmas conclusões ao
Sr. Juiz de Direito p.
julgar extinto o mes-
fructo e assim se p.
deferimento.

Viethroy, 3 de Fev. de 1897

Eduardo Saverella



Processo N.º _____ / _____

Data _____ / _____ / _____ fls. _____

Rubrica _____

D.O. DIÁRIO OFICIAL
Estado do Rio de Janeiro

RIO DE JANEIRO • SEGUNDA-FEIRA
7 DE DEZEMBRO DE 1998
ANO XXIV • Nº 227 • PARTE I

17

**Secretaria de Estado de
Cultura e Esporte**

ATOS DA SECRETARIA

RESOLUÇÃO SECE Nº 66 DE 04 DEZEMBRO DE 1998.

Determina o tombamento definitivo
do imóvel que menciona e
dá outras providências.

A Secretária de Estado de Cultura e Esporte, no uso de suas atribuições legais - em especial a alínea "a" e inciso V do art. 5º do Decreto n.º 5.808 de 13.07.82 - tendo em vista a autorização governamental publicada no Diário Oficial de 02.12.98 e o que consta do Processo n.º E 18/300 562/97.

RESOLVE

Art. 1º - Homologar o parecer do Conselho Estadual de Tombamento e determinar o tombamento definitivo do imóvel denominado Fazenda Engenho Novo bem cultural localizado na Estrada do Rio Frio s/n.º, Maricá, 3º Distrito do Município de São Gonçalo e abaixo identificado:

Conjunto Arquitetônico e Paisagístico constituído pelas edificações históricas que compõem a sede da antiga fazenda especialmente a Casa-Grande, a construção lateral que alonga o setor de produção do antigo engenho e capela, o Estábulo e o Portão de entrada principal bem como a paisagem natural envolvente que caracteriza a ambiência do sítio, delimitado pelo quadrilátero ABCD de acordo com a descrição e mapa que se constituem em parte integrante do referido processo de tombamento.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 04 de dezembro de 1998

LÉLIA MARIA BASTOS FRAGA
Secretária de Estado de Cultura e Esporte

Rio de Janeiro » São Gonçalo

[informações completas](#)[síntese das informações](#)[histórico do município](#)[infográficos](#)[fotos](#)

População estimada 2014 ⁽¹⁾	1.031.903
População 2010	999.728
Área da unidade territorial (km²)	247,709
Densidade demográfica (hab/km²)	4.035,90
Código do Município	3304904
Gentílico	gonçalense
Prefeito	NELTON MULIM DA COSTA

Informações Estatísticas

[Censo Agropecuário 2006](#)[Censo Demográfico 2010](#)[Ensino - Matrículas, Docentes e Rede Escolar](#)[Estatísticas do Cadastro Central de Empresas](#)[Estatísticas do Registro Civil](#)[Estimativa da População 2014](#)[Extração Vegetal e Silvicultura](#)[Finanças Públicas](#)[Frota](#)[Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2010](#)[Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM](#)[Instituições Financeiras](#)[Mapa de Pobreza e Desigualdade - Municípios Brasileiros 2003](#)[Morbidades Hospitalares](#)[Pecuária](#)[Pesquisa de Serviços de Hospedagem: Municípios das Capitais, Regiões Metropolitanas das Capitais e Regiões Integradas de Desenvolvimento 2011](#)[Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008](#)[Produção Agrícola Municipal - Cereais, Leguminosas e Oleaginosas 2007](#)[Produção Agrícola Municipal - Lavoura Permanente](#)[Produção Agrícola Municipal - Lavoura Temporária](#)

Produto Interno Bruto dos Municípios

Representação Política

Serviços de Saúde

Sistema Nacional de Informação de Gênero - Uma análise dos resultados do Censo Demográfico

Fontes das Informações

Detalhes sobre as Fontes das Informações

Notas

(1) Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

NOTA 1: Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2014 publicada no Diário Oficial da União em 28/08/2014.

NOTA 2: A população do município de Jacareacanga (PA) reflete resultado de decisão judicial.

NOTA 3: Consulte o link <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2014/default.shtm> para verificar estimativas da população de anos anteriores.

© 2014 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Anexos (VII) Tabela referente ao censo de 1940 - (IBGE).

264

RECENSEAMENTO GERAL DE 1940

48. PRODUÇÃO, NO ANO DE 1939, DOS PRODUTOS PREDOMINANTES DA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA E EXTRATIVA VEGETAL, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS

MUNICÍPIOS	ABACAXI		ALGODÃO EM CASO		BANANA		BATATA		CAPIÉ		LARANJA	
	Estabelecimentos sem declaração	Quantidade (tonel)	Estabelecimentos sem declaração	Quantidade (t)	Estabelecimentos sem declaração	Quantidade (tonel)	Estabelecimentos sem declaração	Quantidade (t)	Estabelecimentos sem declaração	Quantidade (t)	Estabelecimentos sem declaração	Quantidade (tonel)
ESTADO	1 179	91 876	542	2 088	15 780	7 674 550	2 105	3 801	13 296	38 157	12 006	10 058 639
1. Angra dos Reis	-	-	-	-	44	292 129	-	-	12	5	15	291
2. Araruama	2	(x)	11	18	225	12 014	1	(x)	63	13	311	23 147
3. Barra do Pirai	2	(x)	-	-	91	72 917	17	11	29	183	53	34 902
4. Barra Mansa	6	6	-	-	89	19 341	1	(x)	19	137	77	46 654
5. Bom Jardim	3	28	-	-	274	31 376	726	182	615	2 253	159	11 214
6. Bom Jesus do Itabapoana	115	122	12	23	744	77 401	18	2	502	3 879	355	43 659
7. Cabo Frio	-	-	-	-	18	4 337	-	-	3	1	25	4 428
8. Cachoeiras	-	-	-	-	229	61 878	2	(x)	15	23	10	6 448
9. Cambuí	27	33	63	380	424	105 902	11	7	876	7 696	148	2 827
10. Campos	288	1 670	13	106	2 799	259 941	7	1	1 992	3 987	1 877	148 884
11. Cantagalo	12	23	1	8	402	33 895	28	36	297	883	280	14 176
12. Capivari	5	317	1	(x)	312	131 099	3	0	285	428	134	11 508
13. Carmo	27	137	-	-	28	28 911	5	2	141	219	175	10 459
14. Casimiro de Abreu	-	-	-	-	110	127 047	3	0	102	418	31	5 757
15. Duas Barras	14	37	-	-	244	36 222	72	28	280	1 774	299	14 233
16. Entre Rios	1	(x)	2	(x)	87	77 514	5	6	57	220	78	130 843
17. Itaboraí	95	39 128	-	-	113	55 646	-	-	15	1	328	959 102
18. Itaguaí	-	-	-	-	773	1 028 055	-	-	4	6	42	303 170
19. Itaocara	21	419	5	21	274	13 071	5	0	186	213	184	2 858
20. Itaperuna	114	339	253	1 039	1 009	136 342	6	2	233	9 853	612	88 469
21. Macaé	14	33	-	-	723	332 756	22	17	439	1 156	158	23 751
22. Magé	12	525	-	-	97	338 219	1	(x)	9	1	43	31 613
23. Mangaratiba	1	(x)	-	-	230	644 479	4	0	90	13	26	17 180
24. Maricá	-	-	2	(x)	211	259 455	4	7	47	18	125	85 179
25. Miracema	17	752	42	77	268	22 954	6	3	267	1 356	74	6 500
26. NITERÓI	5	1 565	-	-	32	19 410	-	-	-	-	35	24 771
27. Nova Friburgo	23	327	-	-	465	74 208	488	710	358	430	340	43 397
28. Nova Iguaçu	8	1 040	-	-	164	290 826	3	101	11	13	1 598	4 217 084
29. Paraitinga do Sul	-	-	-	-	77	13 787	6	2	83	189	93	18 579
30. Parati	6	21	-	-	157	326 072	5	6	157	85	76	1 595
31. Petrópolis	1	(x)	-	-	168	47 691	171	257	156	204	232	29 618
32. Piraí	2	(x)	-	-	101	41 264	10	2	59	37	78	47 508
33. Resende	29	767	1	(x)	192	36 030	23	57	116	334	119	39 050
34. Rio Bonito	-	-	-	-	380	527 213	2	(x)	208	68	196	50 553
35. Rio Claro	2	(x)	-	-	220	33 071	93	50	141	40	138	29 830
36. Santa Maria Madalena	3	7	-	-	311	139 073	17	46	438	1 122	57	6 377
37. Santa Tereza	1	(x)	-	-	83	15 348	3	1	26	236	64	2 522
38. São Antonio de Pádua	15	23	4	14	271	12 477	4	1	670	772	139	7 870
39. São Fidélis	33	72	96	383	1 090	154 287	27	20	746	1 620	399	37 518
40. São Gonçalo	179	42 764	1	(x)	494	306 234	3	4	33	2	1 244	2 985 694
41. São João da Barra	33	90	1	(x)	255	12 811	3	1	59	179	225	8 886
42. São Pedro da Aldeia	12	507	2	(x)	156	77 145	1	(x)	36	1	275	233 141
43. São Sebastião do Alto	2	(x)	1,8	25	37	4 334	2	(x)	137	196	9	25
44. Sepetiba	2	(x)	2	(x)	247	8 176	37	53	109	502	98	8 606
45. Siqueira	-	-	-	-	302	72 362	-	-	148	174	265	23 267
46. Sumidouro	-	-	-	-	184	12 016	164	178	114	858	211	7 336
47. Teresópolis	5	4	-	-	159	9 899	384	1 811	27	2	877	15 723
48. Trajano de Moraes	1	(x)	-	-	172	103 983	110	141	291	1 421	60	2 870
49. Valença	2	(x)	-	-	126	61 225	28	5	113	599	111	33 384
50. Vassouras	16	996	-	-	697	436 433	89	31	141	100	409	188 773

* Correspondentes ao número de estabelecimentos que cultivam inclusive os estabelecimentos o algodão verde e o de outras espécies.
 (x) Resultado emitido a fim de evitar incorreções de interpretação. Os dados emitidos incluem as seguintes notas: TOTAL.

Município de São Gonçalo

2008/08/2008



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de São Gonçalo
Gabinete da Prefeita

LEI Nº. 170, DE 21 DE AGOSTO DE 2008.

EMENTA: INSTITUI E DELIMITA AS ZONAS DE USO PREDOMINANTEMENTE RURAIS – ZUPR NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, no uso de suas atribuições legais, e,

Faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO aprovou e EU sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º – Fica instituída a Zona de Uso Predominantemente Rural – ZUPR no Município de São Gonçalo.

Art. 2º – As Zonas de Uso predominantemente Rurais - ZUPR destinam-se ao incentivo das atividades agropecuárias no Município, caracterizando-se pelas predominâncias de usos não necessariamente urbanos.

Art. 3º – Nas ZUPR devem ser observadas as seguintes condições para o seu uso:

I – uso prioritário para atividade agropecuária;

II – o lote mínimo resultante para projeto de parcelamento de terra deverá ser de 5.000m² (cinco mil metros quadrados);

III – a taxa de ocupação de terreno máxima permitida deverá ser de 20% (vinte por cento).

Art. 4º – Nas ZUPR são toleráveis os seguintes usos:

I – residencial unifamiliar destinado à habitação rural;

II – de recreação e lazer; e

III – agroindustriais leves e manufaturas.

Art. 5º – Na ZUPR não será permitida a construção de condomínios residenciais.

CP



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de São Gonçalo
Gabinete da Prefeita

Art. 6º - É considerado imóvel rural todo aquele utilizado para exploração agropecuária e ou agroindustrial pelo grupo familiar, quer economicamente, quer para subsistência, de pessoa física ou jurídica que explore qualquer atividade rural, mediante a instalação de empregados.

Art. 7º - A existência de iluminação pública nas estradas ou caminhos vicinais, escolas públicas e postos de saúde não descaracterizam as zonas de uso predominantemente rurais, porque se trata de equipamentos públicos necessários, de apoio às famílias enquadradas no PRONAF (Programa Nacional de Apoio e Fortalecimento da Agricultura Familiar).

Art. 8º - Fica aprovada a delimitação das seguintes Zonas de Uso predominantemente Rurais - ZUPR, constantes do Anexo Único desta Lei:

- I - Monjolos;
- II - Largo da Idéia;
- III - Campanha;
- IV - Itaitindiba;
- V - Santa Isabel;
- VI - Ipiúba;
- VII - Anara Grande;
- VIII - Arrastão;
- IX - Rio do Ouro.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Gonçalo, 21 de agosto de 2008.

APARECIDA PANISSET
Prefeita



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de São Gonçalo
Gabinete da Prefeitura

ANEXO ÚNICO
(Lei nº 170, de 21 de agosto de 2008)

**PLANO DE ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO
GONÇALO**

**DELIMITAÇÃO DAS ZONAS DE USO PREDOMINANTEMENTE RURAL
(ZUPR)**

ZUPR – MONJOLOS

Descrição: Tem início no ponto de interseção entre o Rio Aldeia com a linha geodésica de divisa com o Município de Itaboraí, deste ponto segue pela divisa (limite intermunicipal) na direção Noroeste (NW), até encontrar a Estrada Sem Nome, segue pelo eixo desta até encontrar o final da Rua Itatiba, segue pelo eixo desta até encontrar a Estrada João de Abreu, segue pelo eixo desta até encontrar a Rua Doutor Onézimo, segue pelo eixo desta até encontrar a Rua Ibirapitanga, segue pelo eixo desta até encontrar a Estrada da Restaurada, segue pelo eixo desta até encontrar a Estrada de Sacramento, segue pelo eixo desta até encontrar a Estrada do Monte Formoso, segue pelo eixo desta até encontrar a Estrada de Engenho Novo, segue pelo eixo desta até encontrar a Rua Padre Paulo Estibaine, segue pelo eixo desta até encontrar com a cota 75m, deste ponto segue na direção Sudoeste (SW), até encontrar com uma Rua Sem Nome, segue pelo eixo desta até encontrar a Rua Gal. Manoel Ferreira, segue pelo eixo desta até encontrar novamente a cota 75m, deste ponto segue na direção Sul (S), até encontrar com a Rua José Toledo Silva, segue pelo eixo desta até encontrar a Rua Mário Alves Viana, segue pelo eixo desta até encontrar a Rua Roberto Lisboa, segue pelo eixo desta até encontrar a Rua Cantor Orlando Gonçalves Silva, deste ponto segue em linha reta na direção Leste (E), até encontrar o final da Rua Pedro Corrêa Machado, segue pelo eixo desta até encontrar a Estrada de Bonsucesso, segue pelo eixo desta até encontrar a Rua Rio Danúbio, segue pelo eixo desta até encontrar a cota 75m, deste ponto segue na direção Sudeste (SE) e desce pela vertente do Morro da Quinta Dom Ricardo na direção Sul (S), até encontrar o final da Rua Álvaro Corrêa de Sá, segue pelo eixo desta até o seu final, deste ponto segue por uma linha reta que passa no final das Ruas América Velasco de Sá, Antônio José de Souza e Armir Fortes Pinheiro e segue na direção Sudoeste (SW), até encontrar a Estrada do Sapê, segue pelo eixo desta até encontrar a Estrada de Itaitindiba, segue pelo eixo desta até encontrar a Estrada Laura Faria, segue pelo eixo desta até encontrar a Estrada Camilo Ribeiro, segue pelo eixo desta até encontrar o Rio Frio, deste ponto segue pela margem esquerda deste na direção Noroeste (NW), até encontrar o Rio Itaitindiba, deste ponto segue pela margem esquerda deste na direção Norte (N), até encontrar o Rio Aldeia, deste ponto segue pela margem esquerda deste na direção Norte (N), até encontrar o ponto inicial.

ZUPR – LARGO DA IDÉIA

GP



Estado do Rio de Janeiro
Pretensura Municipal de São Gonçalo
Gabinete da Prefeitura

Descrição: Tem início na confluência do Rio Aldeia com o Rio Itaitindiba, segue pela margem direita deste na direção Sul (S), até encontrar com o Rio Frio, segue pela margem direita deste na direção Sudeste (SE), até encontrar a divisa com o Município de Itaboraí, deste ponto segue pela linha geodésica de divisa municipal na direção Noroeste (NW), até encontrar o Rio Pitangas (Limite Intermunicipal), segue pela margem esquerda deste na direção Oeste (W), até a confluência com o Rio Aldeia, segue pela margem direita deste na direção Sul (S), até encontrar o ponto inicial.

ZUPR – CAMPANHA

Descrição: Tem início no ponto de interseção da Estrada Camilo Ribeiro com o Rio Frio, segue pela margem esquerda deste na direção Sudeste (SE), até encontrar a divisa com o Município de Itaboraí, deste ponto segue pela linha geodésica de divisa municipal na direção (SE), até encontrar a Estrada de Itaitindiba, segue pelo eixo desta até encontrar a Estrada Laura Faria, segue pelo eixo desta até encontrar a Estrada Camilo Ribeiro, segue pelo eixo desta até encontrar o ponto inicial.

ZUPR – ITAITINDIBA

Descrição: Tem início na interseção da Estrada de Itaitindiba com a Estrada de São Tomé, segue pelo eixo desta até encontrar a cota 75m, deste ponto segue na direção Nordeste (NE), margeando a cota 75m, até encontrar a divisa com o Município de Itaboraí, deste ponto segue pela linha geodésica de divisa municipal na direção Noroeste (NW), até encontrar a Estrada de Itaitindiba, segue pelo eixo desta até encontrar o ponto inicial.

ZUPR – SANTA ISABEL

Descrição: Tem início no ponto de interseção da Estrada de São Tomé com a Estrada de Cordeiro, segue pelo eixo desta até encontrar com a Estrada da Serrinha de Cordeiro, segue pelo eixo desta até encontrar a cota 75m, deste ponto segue na direção Norte (N), margeando a cota 75m, até encontrar a Estrada de São Tomé, segue pelo eixo desta até o ponto inicial.

ZUPR – IPIÍBA

Descrição: Tem início na interseção da Av. Francisco de Azeredo Coutinho com a Rua Vereador Luiz Paulo Guimarães, segue pelo eixo desta até encontrar a Alameda Caracas, segue pelo eixo desta até encontrar a cota 75m, deste ponto segue na direção Sul (S), margeando a cota 75m, da Serra do Calaboca, até encontrar a Estrada da Serrinha de Cordeiro, segue pelo eixo desta até encontrar a Estrada de Cordeiro, segue pelo eixo desta até encontrar a Estrada da Fortuna, segue pelo eixo desta até encontrar o Caminho dos

ep



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de São Gonçalo
Gabinete da Prefeitura

Mendes, segue pelo eixo deste até encontrar a Av. Francisco de Azeredo Coutinho, segue pelo eixo desta até encontrar o ponto inicial.

ZUPR – ANAIA GRANDE

Descrição: Tem início no ponto de interseção da Rua Daniel dos Santos com a Estrada da Meia-Noite, segue pelo eixo desta até encontrar a Rua Agnello Collet, segue pelo eixo desta até encontrar a Rua Exp. Sebastião Clementino Machado, segue pelo eixo desta até encontrar a Rua Odete Duarte Pinto, segue pelo eixo desta até encontrar a Rua Exp. Basílio Zechim Filho, segue pelo eixo desta até encontrar novamente a Estrada da Meia-Noite, segue pelo eixo desta até encontrar a Estrada do Anaia, segue pelo eixo desta até encontrar a cota 75m, deste ponto segue na direção Sudoeste (SN), margeando a cota 75m até encontrar a Rua Emilio Ferreira Nunes, segue pelo eixo desta até encontrar a Rua Rosenda Maria Firmina, segue pelo eixo desta até encontrar novamente com a Estrada do Anaia, segue pelo eixo desta até encontrar a Rua Guerra Junqueira, segue pelo eixo desta até encontrar a Rua Altamir de Almeida, segue pelo eixo desta até encontrar a Rua Platão, segue pelo eixo desta até encontrar a Rua Paulo Duarte, segue pelo eixo desta até encontrar com a cota 75m, deste ponto segue na direção Norte (N), margeando a cota 75m até encontrar a Estrada Nelson da Costa Barros, segue pelo eixo desta até encontrar novamente com a Estrada da Meia-Noite, segue pelo eixo desta até encontrar a Rua Profeta Ezequiel, segue pelo eixo desta até encontrar a Rua Arcanjo Miguel, segue pelo eixo desta até encontrar a Rua Pedro Apóstolo Mello, segue pelo eixo desta até encontrar com a Av. Francisco de Azeredo Coutinho, segue pelo eixo desta até encontrar a Rua Nilton Berriel, segue pelo eixo desta até encontrar o Rio Aldeia, deste ponto segue pela margem esquerda deste, na direção Leste (F), até encontrar o final da Rua Exp. Benedito Elísio dos Santos, deste ponto segue em linha reta na direção Norte (N), até encontrar com a cota 75m, deste ponto segue na direção Norte (N), margeando a cota 75m até encontrar uma Rua Sem Nome, segue pelo eixo desta até encontrar novamente com a Rua Nilton Berriel, segue pelo eixo desta até encontrar a Rua Luiz Martins de Oliveira, segue pelo eixo desta até encontrar a Rua Zeni Rodrigues de Souza, segue pelo eixo desta até encontrar a Rua Anécio de Almeida Costa, segue pelo eixo desta até encontrar a Rua Obed Goulart Luz, segue pelo eixo desta até encontrar a Rua Acelino da Costa Pimentel, segue pelo eixo desta até encontrar a Rua João Abrantes, segue pelo eixo desta até encontrar a Rua Waldemar José Gonçalves, segue pelo eixo desta até encontrar a Rua Daniel dos Santos, segue pelo eixo desta até encontrar o ponto inicial.

ZUPR – ARRASTÃO

Descrição: Tem início no ponto de interseção da Rua Exp. Luiz Lopes Dorneles com a Estrada da Paciência, divisa com o Município de Niterói, segue pelo eixo deste até encontrar a Estrada do Arrastão, segue pelo eixo desta até encontrar a Rua "B", segue pelo eixo desta até encontrar novamente a cota 75m, deste ponto segue na direção Norte (N), margeando a cota 75m até encontrar uma Rua Sem Nome, segue pelo eixo desta até encontrar a Rua General Euclides de Araújo Silva, segue pelo eixo desta até encontrar a

ep



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de São Gonçalo
Gabinete da Prefeita

Rua Exp. Luiz Lopes Dorneles, segue pelo eixo desta e pelo seu prolongamento em linha reta até encontrar o ponto inicial.

ZUPR – RIO DO OURO

Descrição: Tem início na interseção da Alameda Caracas segue pelo eixo desta até a cota 75 em direção nordeste até encontrar a Estrada das Piabas, margeando a RJ 100 até encontrar o limite com Município de Marica, subindo no sentido Norte (N) Serra de Calaboca deste ponto segue no sentido Sul (S), além encontrar a interseção Avenida Francisco Azevedo Coutinho, Rua Vereador Luiz Paulo Guimarães, segue até encontrar ponto inicial.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Primeira Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de São Gonçalo

Rua Cel. Serrado, 1.000, 8º andar, CEP 24.420-200, 26 de Junho, São Gonçalo, RJ
Tels.: (21) 3713-5531 / (21) 3707-3564 (fax)
nucleosg@mp.rj.gov.br

PROT. GERAL
CF. 38585, 09
Prom. N.
Data 05.11.09
PROT. GERAL

Ofício n. 797 /2009 – 1PJTC SG

São Gonçalo, 22 de outubro de 2009.



Referência:

IC 27/99/MA

Objeto do procedimento: Revitalização da área das ruínas da FAZENDA ENGENHO NOVO, localizada no Município de São Gonçalo/RJ.

Senhor Subsecretário,

A fim de instruir os autos do procedimento supra referido, encaminho cópia da ata da reunião realizada em 17 de setembro de 2009 e da lista de presença para ciência e arquivo, bem como solicito a V.S.^a os préstimos para a imediata contratação e implementação de projeto de escoramento e proteção das ruínas da Fazenda Engenho Novo, tendo em vista ofício encaminhado pelo INEPAC dando notícia da situação pendente das ruínas e da necessidade da realização de obras emergenciais. Seguem cópias de fls. 1261/1265.

Ao ensejo, renovo protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

ORIGINAL ASSINADO
RENATA NEME CAVALCANTI
Promotora de Justiça

Ao Senhor SÉRGIO RICARDO DA FONSECA
Subsecretário de Agricultura e Pesca do Município de São Gonçalo
Rua Feliciano Sodré, 100
Centro, São Gonçalo / RJ
CEP: 24.440-440

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DE SÃO GONÇALO
PROJ. 1999.00000165



TERMO DE CONCLUSÃO

Na presente data, faço estes autos conclusos
à Excelentíssima Senhora Promotora de Justiça,
DRA. RENATA NEME CAVALCANTI.

Daniela S. M. de Castro
Daniela S. M. de Castro
Técnico - Matr. 2570

*Link - se respecta complementar
encaminhada pela AMPA.*

*Oficie-se à Presidência do INEPAC,
com urgência, solicitando a maior
presteza na análise dos projetos de
escoamento e restauração da rede
da fazenda Engenho Novo, em SG,
tendo em vista os riscos de degra-
dação daquele bem tombado.*
SG, 12/06/12.

Página 1

Renata Neme Cavalcanti
Renata Neme Cavalcanti
Promotora de Justiça
Matr. 1990

143

Agricultura

Plantio lucrativo e sustentável

Produtores da Fazenda Engenho Novo, em Monjolos, comemoram o sucesso do cultivo orgânico no assentamento

Flávia Tenente
falasaogoncalo@extra.inf.br

► O agricultor Marco Antônio da Silveira Coelho, mais conhecido como Carrapato, integra hoje o grupo de 147 famílias de pequenos produtores rurais que inovam nas técnicas de plantio e se voltam para a produção sustentável em São Gonçalo. Hoje, com 56 anos, ele mora no lote rural da Fazenda Engenho Novo, que fica em Monjolos, e vive do cultivo orgânico de batata-doce, abóbora e qui-

bo, e da produção de ovos, que vende em uma feira livre em Alcântara.

Desde 2009 o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (Iterj), vinculado à Secretaria de Estado de Habitação, retomou a regularização fundiária das terras, legalizou os lotes e está realizando a construção de 40 casas sustentáveis. Um dos personagens mais importantes na luta pela titulação, o presidente da Associação e Sindicato dos Produtores Ru-

rais de São Gonçalo, Onofre de Souza Pereira, de 71 anos, afirma que hoje a vida dos agricultores familiares melhorou muito.

— A maior parte dos nossos 150 associados já produz o suficiente para vender de 10 a 15 caixas de alimentos, duas vezes na semana, para mercados locais, sacolões e até mesmo para o Ceasa. Com tantas mudanças, a maior tarefa no momento é conseguir mão de obra especializada, além de cuidar do reflorestamento e da recuperação do solo através da adubação verde — ressaltou Onofre Pereira.

Marco Antônio conta que,

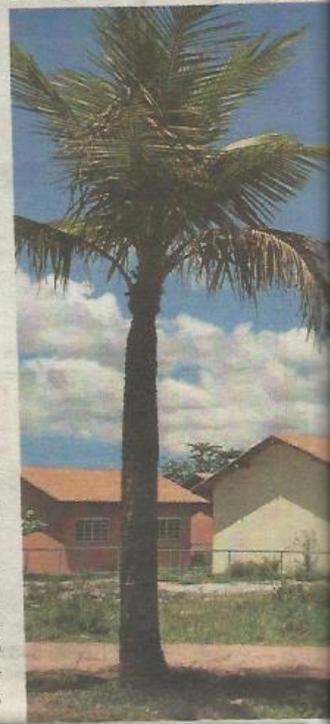
«Podemos ampliar a venda dos produtos e até abastecer as escolas da região»

Onofre Pereira
agricultor

antes do projeto, morava em uma casa de um cômodo com a mulher, mas que, agora, vive em um "palacete":

— Esse projeto regularizou os terrenos e trouxe dignidade e qualidade de vida para os trabalhadores rurais. Só o fato de o governo ceder equipamentos para o cultivo de vegetais e criação de animais já é de uma ajuda inestimável para quem vive da terra — frisou ele.

Com 7,5 quilômetros quadrados e mais de dois séculos de história, a Fazenda Engenho Novo foi construída no início do século XIX, e teve como dono Belarmino Siqueira, o Barão de São Gonçalo.



Compra é priorizada

Com a produção excedente, a associação se organiza para abastecer as creches comunitárias do município de São Gonçalo e seu entorno, como prevê a lei federal 11.947/2009. A norma determina que 30% dos recursos destinados à merenda es-

colar sejam utilizados na aquisição de gêneros alimentícios, comprados diretamente da agricultura familiar, priorizando os assentamentos da reforma agrária.

— Graças aos incentivos, conseguimos melhorar a nossa produção — disse Onofre. ✦



Onofre comemora o crescimento da produção rural orgânica

